

g100

MUNICÍPIOS POPULOSOS
COM BAIXA RECEITA PER CAPITA
E ALTA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA



o nosso mundo
a nossa dignidade
o nosso futuro



2015
Ano Europeu do
Desenvolvimento

A União Europeia lança Ano Europeu do Desenvolvimento 2015.

2015 é um ano destinado a sensibilizar e envolver os cidadãos nas políticas de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia.

O Ano Europeu do Desenvolvimento 2015 constitui uma oportunidade para demonstrar o forte compromisso da União Europeia, dos Estados-Membros e dos parceiros para a erradicação da pobreza em todo o mundo.

Siga o Ano Europeu do
Desenvolvimento 2015:



europa.eu/eyd2015/pt-pt



eeas.europa.eu/delegations/brazil/index_pt.htm



facebook.com/delegacaouebrasil

g100

MUNICÍPIOS POPULOSOS
COM BAIXA RECEITA PER CAPITA
E ALTA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de Frente Nacional de Prefeitos e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

APRESENTAÇÃO



Originário das contradições do federalismo brasileiro, o **g100** é resultado dramático do descompasso entre a divisão do bolo tributário nacional e do vertiginoso processo de urbanização que o Brasil sofreu a partir da década de 1970. Ao não acompanhar as transformações demográficas ocorridas no país, que fizeram milhões de brasileiros afluírem do campo para as cidades, o sistema federativo marginalizou um grupo importante de municípios onde reside parcela significativa da população brasileira.

Enfrentando uma complexa realidade de escassez de recursos públicos e uma população representativa em situação de vulnerabilidade, o **g100** tem tido dificuldades em superar os efeitos das distorções federativas. Geograficamente localizados em regiões metropolitanas, à margem dos grandes centros, ou como cidades-polo de regiões economicamente deprimidas, os municípios do **g100** reúnem cerca de 12% da população do país. Propiciar a esses brasileiros um conjunto de serviços públicos básicos e uma digna qualidade de vida tem sido um grande desafio. Por esse motivo a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) se dedica permanentemente em reivindicar políticas de compensação para esses municípios.

Mais do que isso, é necessário escancarar a legitimidade das demandas desse grupo de municípios, com o propósito de exigir tratamento diferenciado. No entanto, as políticas compensatórias não resolverão a situação do **g100** no longo prazo. Na última edição deste anuário nos deparamos com um quadro desolador que evidenciava que, se mantidas as condições atuais, o **g100** levaria um século para igualar sua receita per capita à dos demais municípios.

É preciso romper esse pernicioso cerco das desigualdades federativas com medidas reformadoras profundas e transpor o atraso estrutural que tem impedido os municípios do **g100** de investirem de maneira satisfatória nos serviços públicos para os cidadãos. Esta publicação tem o propósito de fornecer subsídios tanto para a formulação de políticas públicas imediatas como para promover uma ampla discussão sobre a reforma do Estado Brasileiro. Além disso, traz os resultados do projeto da FNP com a União Europeia para o fortalecimento institucional dos municípios do **g100**.

José Fortunati

Prefeito de Porto Alegre

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos

SUMÁRIO

EDITORIAL	
SÉRGIO RIBEIRO - Desigualdades federativas aprofundam as desigualdades sociais.....	4
ARTIGO	
FERNANDO REZENDE – Basta de remendos. Precisamos de um novo modelo de federalismo fiscal	6
RECEITA PER CAPITA	
Sistema de transferências de recursos não leva em consideração as realidades díspares entre os municípios.....	10
PERFIL ECONÔMICO	
PIB do g100 cresceu acima da média nacional, porém grupo demonstra fragilidade econômica	18
DEMOGRAFIA	
Mais da metade do g100 situa-se nas regiões metropolitanas	24
TABELA: RANKING	30
INFORME ESPECIAL IBGE	
Mais da metade da população vive em 294 arranjos formados por contiguidade urbana e por deslocamentos para trabalho e estudo.....	32
EDUCAÇÃO	
Menor despesa por aluno e piores indicadores de qualidade caracterizam a educação no g100	34
SAÚDE	
A saúde e a iniquidade no financiamento intrafederativo.	40
SEGURANÇA PÚBLICA	
Segurança pública e desenvolvimento.....	46
ARTIGO	
TEREZA CAMPELLO - O desenvolvimento com inclusão social nos municípios.....	50
ARTIGO	
MAGUITO VILELA - O PMAT em Aparecida de Goiânia	52
ARTIGO	
ELIAS GOMES DA SILVA - A participação popular como estratégia de enfrentamento aos desafios da gestão municipal	53
ARTIGO	
WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR - Pesquisa sobre o g100 orienta o país para o fortalecimento federativo.....	56
ARTIGO	
JÚLIO MIRAGAYA - Desigualdade orçamentária entre Distrito Federal e periferia metropolitana aprofunda a desigualdade social.....	58
ARTIGO	
ANA PAULA ZACARIAS - A importância das ações e dos projetos de cooperação da União Europeia nos municípios brasileiros e a experiência europeia na temática do desenvolvimento urbano.....	63
ARTIGO	
GILBERTO OCCHI - Sinergia pelo desenvolvimento regional.....	66
INFORME ESPECIAL FNP	
Resultados do projeto de fortalecimento institucional do g100	68
TABELA: ÍNDICE g100	76
TABELA: DADOS GERAIS DO g100	78
MAPA COM OS MUNICÍPIOS DO g100 - 2015	82
NOTAS METODOLÓGICAS	
Entenda como é feita a seleção de municípios do g100.....	84

Realização:



SRTVS, Quadra 701, Bloco H, Lote 10, Sala 603 – Brasília-DF
CEP: 70340-910 – Fone: (61) 3044-9800
www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br

g100 - Municípios Populosos com Baixa Receita per Capita e Alta Vulnerabilidade Social/Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. (Abril 2015). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2015

CDU: 336.1

Presidente: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre-RS) • **1º Vice-presidente Nacional:** Fernando Haddad (prefeito de São Paulo-SP) • **2º Vice-presidente Nacional:** Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia-GO) • **1º Vice-presidente de Rel. Internacionais:** Renildo Calheiros (prefeito de Olinda-PE) • **2º Vice-presidente de Rel. Internacionais:** Luciano Rezende (prefeito de Vitória-ES) • **Vice-presidente de Coordenação Institucional:** Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte-MG) • **Secretário-geral:** Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo-SP) • **1º Secretário:** Zenaldo Coutinho (prefeito de Belém-PA) • **2º Secretário:** ACM Neto (prefeito de Salvador-BA) • **Vice-presidente Estadual São Paulo:** Sebastião Almeida (prefeito de Guarulhos-SP) • **Secretário-executivo:** Gilberto Perre

Elaboração: Aequus Consultoria • **Direção:** Tânia Mara Cursino Villela • **Equipe técnica:** Luiz Eduardo de Souza Dalfior, Victor Batista Trindade e Pedro Ururahy de Souza Chã (estagiário) • **Colaboradores:** Carlos Roberto Almeida França, Lígia Schiavon Duarte, Luís Fernando Novais, May Célia Guirado, Ricardo dos Santos Batista, Samira Bueno e Valmir Aranha • **Revisão:** Triade Comunicação • **Administrativo:** Marta Luiza Cursino Villela • **Projeto gráfico, editoração e capa:** Comunicação Impressa • **Fotos da capa:** Brangança-PA - Pulsar Imagens / João Prudente; Salvador-BA - nessa_filme / Shutterstock.com • **Impressão:** Gráfica e Editora GSA

Rua Dr. Eurico de Aguiar, nº 888, salas 504 a 506, Vitória - ES - CEP 29056-200
Telefones: (27) 3235-7841 - 3235-7546 - E-mail: aequus@aequus.com.br • www.aequus.com.br



É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

DESIGUALDADES FEDERATIVAS APROFUNDAM AS **DESIGUALDADES SOCIAIS**



É preciso promover de maneira ampla e efetiva a discussão sobre o g100 no Brasil para escancarar como as desigualdades federativas e tributárias têm reforçado as desigualdades sócio-regionais. Esse esforço é mais do que legítimo, pois no nosso país, apesar dos seus avanços, realidades como as do g100 têm persistido injustamente: cidades populosas excluídas do nosso modelo de federalismo fiscal onde residem grandes populações socialmente excluídas.

O atual sistema de rateio das receitas provenientes da arrecadação dos impostos entre os entes federados foi concebido há meio século. O que deveria ser um mecanismo fundamental para equalizar as

desigualdades regionais e para promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios, a exemplo de outras experiências internacionais bem sucedidas, no Brasil é o alicerce sobre o qual se erigiu um dos mais injustos sistemas tributários do mundo.

Em 2013, a receita corrente per capita média do g100 correspondeu à R\$ 1.311,72, metade da média observada nos demais municípios do mesmo porte populacional. Em Ribeirão das Neves, município ao lado da capital do Estado de Minas Gerais, a quantia foi de diminutos R\$ 891,70.

Esse abismo fiscal entre as cidades mantém uma barreira intransponível para a edificação de um país mais justo, mais igualitário, que seja capaz de oferecer a mesma oportunidade para todos os seus membros. Nunca devemos esquecer que no Brasil o município é a porta de entrada aos serviços públicos essenciais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Conforme é evidenciado nessa publicação, os indicadores socioeconômicos do g100 são muito inferiores à média nacional. Geralmente situadas nas regiões metropolitanas das capitais ou pontuadas pelo interior do país, nesses territórios vive uma população em situação de alta vulnerabilidade social, que depende quase que exclusivamente dos serviços fornecidos pelo Estado.

As cidades do g100 têm obtido importantes conquistas, a começar por terem sido eleitas como critério para a instalação das escolas técnicas federais

e, mais recentemente, para o Programa Mais Médicos. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES) flexibilizou procedimentos do Programa de Modernização da Administração Tributária e de Setores Sociais Básicos (PMAT) para atender ao **g100** com condições mais facilitadas. Desde 2013 a União Europeia apoia ações estratégicas da FNP para o **g100** por meio do Projeto de Fortalecimento Institucional do **g100**. Acredito ainda que a maior conquista do **g100** nesses últimos anos foi termos alcançado uma unidade entre os prefeitos e fortalecido nacionalmente esse grupo.

Em paralelo a essas conquistas mitigadoras, as ações do **g100**, capitaneadas pela FNP, precisam ser direcionadas para reformas estruturantes. Devemos orientar nossa atenção para a reforma tributária e federativa, que é um tema recorrente na agenda política brasileira, e estar sempre atentos às discussões e construir uma posição justa sobre a partilha de recursos entre os entes federados que atendam as necessidades do **g100**.

Nos anos recentes, os municípios conseguiram aumentar em dois pontos percentuais a participação do FPM na arrecadação federal do IR e do IPI, que chegou a 24,5%: 1% por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 55, de 2007, e mais 1% em 2014, através da EC nº 84. As duas medidas foram inegavelmente importantes para injetar mais recursos nos municípios brasileiros. Por outro lado, aumentaram a desigualdade que sofrem os municípios do **g100** pois não foram discutidos os critérios de distribuição do FPM, que privilegiam justificadamente as necessidades dos municípios menores, mas que acentuam a defasagem de receita dos municípios populosos com base tributária restrita como o **g100**. É preciso rediscutir os critérios do FPM para que ele volte a cumprir a sua função social equalizadora.

Precisamos colocar o **g100** no centro das discussões do pacto federativo brasileiro. O **g100** é hoje a bandeira que reúne as maiores condições de sensibilizar a nação em prol de uma ampla reforma federativa. Para isso, devemos construir propostas para

O **g100** é hoje a bandeira que reúne as maiores condições de sensibilizar a nação em prol de uma ampla reforma federativa.

o **g100** que, diga-se, se confundem com os interesses nacionais para construirmos um país menos desigual.

Proponho que, nós prefeitos do **g100**, defendamos, simultaneamente às necessárias políticas compensatórias que foram importantes para o nosso fortalecimento enquanto grupo e para melhorar a vida dos nossos cidadãos, uma agenda estruturante para o **g100**, que contemple entre outras propostas:

- ▮ Criação de um piso nacional para transferências constitucionais aos municípios que considere a receita corrente per capita.
- ▮ Formatação de um fundo de compensação, desenvolvimento e redução das desigualdades regionais para os municípios com baixa receita per capita.
- ▮ Flexibilização dos procedimentos fiscais na contratação de empréstimos e financiamentos de programas e projetos de estruturação administrativa e tributária para os municípios do **g100**.

Pela justa causa que representam, temos a certeza que essas propostas serão bem acolhidas pelos brasileiros.

Esperar cem anos para assistir a natural evolução dessas cidades é tempo demais para uma sociedade que quer passar o país a limpo.

Sérgio Ribeiro

Prefeito de Carapicuíba e Vice-Presidente da FNP para Assuntos do g100

BASTA DE REMENDOS. PRECISAMOS DE UM NOVO MODELO DE FEDERALISMO FISCAL



Nos últimos 40 anos, o Brasil passou por grandes transformações. Em 1970, a música que inundava os lares de todo o país durante a Copa do México animava os 90 milhões de brasileiros que torciam pela vitória da nossa Seleção. De lá para cá, a população mais do que dobrou e a geografia socioeconômica passou por profundas transformações.

Em 1970, o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrava que pouco menos da metade da população estava na zona rural e apenas 14% dela vivia em cidades com mais de

1 milhão de habitantes. Em 2010, já havia mais gente em municípios com mais de 1 milhão de pessoas do que toda a população que permaneceu no campo.

O ritmo da urbanização da população brasileira foi um dos mais rápidos do mundo e foi acompanhado por dois movimentos aparentemente contraditórios: concentração e fragmentação. A população se concentrou em um número relativamente reduzido de municípios maiores (com mais de 100 mil habitantes), nos quais passaram a viver mais da metade dos brasileiros (53% em 2010), ao mesmo tempo em que cresceu o percentual de habitantes que mora em municípios com menos de 50 mil pessoas (18% em 1970 e 22% em 2010).

Essa aparente contradição se explica por outro acontecimento paralelo: o grande crescimento do número de municípios. Em 2010 existiam 5.559 municípios em todo o Brasil, um acréscimo de cerca de 43% em relação ao total das unidades contabilizadas em 1970, sendo que 90% desse aumento é explicado pela criação de municípios com menos de 20 mil habitantes. A criação de novos municípios ocorreu a um ritmo irregular sempre associada a mudanças no federalismo fiscal e nas regras que estabelecem as condições a serem observadas para a operação desse regime.

No estudo Rede de Influência das Cidades, publicado pelo IBGE em 2007, que retrata o processo de formação da rede urbana nacional, o IBGE destaca

PARTICIPAÇÕES ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DAS MICRORREGIÕES DAS CIDADES NUCLEARES

Por região e país - 2010

Região	PIB - Microrregiões cidades nucleares (R\$ mil)	Participação no PIB regional (em %)	População cidades nucleares	Participação na população regional (em%)	Eleitorado 2012	Participação no eleitorado regional (em%)
Norte	127.733.686	63,38	8.476.569	53,43	5.672.039	53,51
Nordeste	331.773.784	65,37	24.080.049	45,37	16.527.054	43,27
Sudeste	1.145.446.329	54,85	38.311.126	47,68	28.620.348	48,29
Sul	337.523.350	54,25	12.646.778	46,18	9.253.655	44,5
Centro-Oeste	256.767.222	73,22	8.342.627	59,38	5.878.686	58,78
Brasil	2.199.244.371	58,33	91.857.149	48,16	65.951.782	47,49

Fonte: IBGE e TSE.

que a articulação econômica, financeira e institucional que conecta as principais cidades brasileiras conduziu a uma situação na qual as 68 microrregiões que compõem os principais nós dessa rede, que incluem as doze metrópoles nacionais, a maioria das capitais regionais e alguns centros sub-regionais que exercem papel relevante na rede urbana nacional, abrigam 846 municípios, que correspondem a apenas 15% dos municípios brasileiros, mas que respondem por quase 60% do PIB nacional e nelas vivem quase a metade dos habitantes e dos eleitores do país, conforme mostra a tabela acima. Nela pode-se ver, ainda, que esses índices são maiores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

DINÂMICA E INÉRCIA

Na contramão da acelerada dinâmica demográfica, o regime de federalismo fiscal permaneceu atrelado ao modelo concebido em 1963 e implementado em 1965. Pior, mudanças pontuais afetaram o equilíbrio do modelo original e contribuíram para gerar acentuadas disparidades entre os municípios com respeito à disponibilidade de recursos financeiros para dar conta de suas responsabilidades, contribuindo para a deterioração das condições de vida nas cidades. Por ter sido implementado na reforma realizada em 1965, esse modelo foi equivocadamente associado a uma obra do regime militar e, talvez por isso, não tivesse merecido a devida atenção para evitar que alterações posteriores

contribuíssem para evitar que a arquitetura original fosse desfigurada.

Na arquitetura original, o modelo concebido pela Comissão instalada na Fundação Getúlio Vargas, para elaborar a proposta de reforma do sistema tributário nacional demandada pelo Ministério da Fazenda, visava alcançar o equilíbrio na capacidade fiscal dos municípios por meio da combinação dos três componentes principais dos respectivos orçamentos: competências tributárias próprias, participação no imposto estadual e transferências de receitas federais.

Nessa linha, as principais medidas contempladas por essa reforma, com repercussão na vida dos municípios, foram a substituição do antigo imposto sobre indústrias e profissões pelo ISS, a criação do FPM e as regras para o rateio da cota-parte no ICM. A divisão do FPM em dois fundos, adotada naquele momento – capitais e interior –, ainda refletia as diferenças entre esses dois grupos, ao passo que as regras adotadas para repartir as transferências federais e estaduais entre eles buscavam equilibrar as capacidades fiscais, num contexto em que os municípios não capitais já deixavam de compor um grupo homogêneo.

No modelo adotado em 1965, a repartição da cota-parte do ICM pelo valor adicionado beneficiava os que já detinham uma base econômica mais desenvolvida, que também eram os mais populosos, enquanto a fórmula adotada para repartir o FPM atribuía peso maior aos menos populosos, que tinham uma economia menos desenvolvida. Buscava-se, assim, operar de forma indi- ➔

reta um regime de transferências inspirado no princípio da equalização fiscal.

No entanto, as sucessivas mudanças introduzidas no modelo original, adiante relacionadas, abandonaram os princípios que mantinham a coerência da lógica adotada na sua concepção, provocando acentuadas disparidades na repartição dos recursos fiscais entre os municípios. São elas:

- ▶ Ampliação da base do FPM, mantida a divisão em dois fundos, a criação da reserva especial para municípios mais populosos, e alterada a regra de repartição da parcela atribuída aos demais municípios, com o pré-rateio do fundo pelos estados e o congelamento do percentual atribuído a cada estado nos níveis preexistentes à época, mantido o critério de rateio no interior de cada estado.
- ▶ Redução das disparidades inter-regionais na arrecadação do ICMS, decorrente das novas bases incorporadas ao imposto estadual e da concentração da receita dos estados nas bases fiscais mais produtivas, além das novas regras adotadas para o rateio da cota-parte municipal, que deixaram à lei estadual a competência para regular uma quarta parte da receita do ICM entregue aos municípios. E, ainda, as mudanças nos critérios adotados pelos estados para calcular o Valor Adicionado Fiscal (VAF) em decorrência da multiplicidade de regimes de cobrança do ICMS.
- ▶ Ampliação da participação dos serviços no PIB brasileiro, que beneficiou os municípios mais desenvolvidos e populosos e nos quais a renda da população residente é maior, inclusive os não capitais.
- ▶ Esvaziamento da base do FPM, decorrente da perda de participação do IPI e do IR na receita federal e das sucessivas desonerações, que foram reduzindo a participação dos montantes repassados aos municípios no total da arrecadação tributária federal.
- ▶ Ampliação de transferências federais vinculadas a programas sociais, revertendo a intenção da reforma de 1988 de dar total autonomia aos municípios com respeito ao uso de seus orçamentos.

Tais mudanças, adotadas ao sabor das pressões do momento, e implementadas na ausência de qualquer lógica que visasse promover o equilíbrio na repartição da capacidade fiscal dos municípios, contribuíram para acentuadas mudanças no tabuleiro. O pré-rateio do FPM entre os estados retirou o caráter nacional desse fundo, ao mesmo tempo em que o congelamento dos percentuais, num contexto de fortes transformações no tamanho das populações estaduais, fez com que municípios de estados que perderam população fossem beneficiados em prejuízo daqueles que sofreram um forte incremento populacional.

DIVERSIDADE E UNIFORMIDADE

Mas as disparidades intermunicipais não se resumem ao tamanho de um dos lados de seus orçamentos, as receitas. Do outro lado, os desequilíbrios resultam de mudanças concomitantes que ocorreram no perfil socioeconômico das suas populações que se refletem nas demandas por serviços públicos. Fatos amplamente reconhecidos, como a alteração do formato da pirâmide etária, a metropolização da pobreza, as desigualdades na repartição da renda, por exemplo, não respeitam os limites que separam os municípios e nem as divisas estaduais. Em outras palavras: a geografia social se distanciou da geografia política e ambas divergem da geografia fiscal.

Nesse contexto, outro fato agravou as dificuldades que acometem as autoridades municipais: o avanço da uniformidade num contexto de acentuadas diversidades. A crescente regulação federal que se estende a praticamente todas as áreas em que se dividem as principais políticas públicas contraria um dos princípios fundamentais do federalismo que visa promover a unidade na diversidade. Daí decorre a recomendação de que a descentralização fiscal é um dos meios requeridos para que a alocação dos recursos públicos possa se ajustar melhor ao perfil socioeconômico das populações e às preferências de seus habitantes.

A uniformidade atropelou a diversidade e trouxe, como consequência, a centralização. Vinculações de receitas, pisos nacionais, transferências vinculadas, normas aplicadas à remuneração do funcionalismo, entre outras determinações que retiram autonomia na gestão dos orçamentos, contribuíram para que um dos instrumentos de grande importância para a vitalidade de qualquer democracia fosse reduzido a um ato que se limita ao cumprimento das formalidades legais. Ninguém se interessa pelo orçamento, a não ser aqueles que, por dever de ofício, precisam se envolver com ele.

IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

Centralização e disparidades contribuíram para a perda de identidade e criaram problemas para a representação dos interesses dos municípios na cena nacional.

Qual a variável que identifica situações similares no atual contexto de acentuadas disparidades intermunicipais? O tamanho das populações? O PIB dos municípios? A renda dos seus habitantes? A região em que se localizam? Nenhuma delas ou alguma combinação? Numa situação em que as disparidades são multifacetadas, como lidar com o problema da representação dos interesses coletivos dos municípios na política nacional?

Um bom exemplo das dificuldades acima apontadas é a formação do g100. Uma iniciativa importante, sem dúvida, que demonstra as consequências de décadas de abandono de qualquer movimento que tivesse o objetivo de abrir um debate sobre a necessidade de construir um novo modelo de federalismo fiscal. A discussão de um novo modelo foi ignorado na reforma constitucional de 1988, que se limitou a promover mudanças pontuais que abriram espaço para que as disparidades se acumulassem. É necessário, agora, adotar uma mudança de atitude. Insistir em mudanças pontuais, como aumentos isolados no FPM, além de não oferecer solução, irá agravar ainda mais as disparidades.

EM BUSCA DE UM NOVO MODELO

A busca do caminho que pode conduzir à elaboração de uma proposta para esse novo modelo nos remete de volta ao desenho elaborado em 1963, com os devidos ajustamentos à realidade atual. Na atualização desse desenho, o essencial é manter o equilíbrio entre os três pilares então concebidos: competências tributárias; participação na receita do principal tributo estadual; e transferências à conta do FPM.

Dadas as competências tributárias, o foco deve dirigir-se para a revisão das regras que tratam da repartição do FPM e da participação no ICMS. Na lógica que inspirou o modelo concebido 50 anos atrás, as disparidades decorrentes da insuficiência das bases econômicas para gerar receitas próprias deveriam ser compensadas pela combinação de dois regimes de participação: nas receitas estaduais e na receita federal. Nessa combinação, a participação na receita estadual (cota-parte do ICMS) operaria como o primeiro estágio de um regime de equalização fiscal, complementado pelo segundo estágio processado por meio da participação na receita federal (o FPM).

A retomada desse caminho começa pela recuperação do caráter nacional do FPM e da cota-parte no ICMS. Notem que tanto a atribuição a uma lei estadual para definir os critérios adotados na repartição da cota dos municípios no imposto estadual quanto a adoção do pré-rateio do FPM entre os estados avançaram na contramão das mudanças que elevaram os municípios à condição de entes federados. O federalismo fiscal ficou encarcerado nas divisas estaduais, enquanto do ponto de vista político os municípios ganhavam independência. Está na hora de corrigir esse equívoco.

Fernando Rezende

Economista, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas da Fundação Getúlio Vargas e consultor de organizações públicas e privadas.

SISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO AS REALIDADES **DÍSPARES ENTRE OS MUNICÍPIOS**

Municípios do **g100** são desfavorecidos pelos critérios de distribuição das duas principais transferências que recebem, o FPM e o ICMS. Como a base para a arrecadação tributária própria desses municípios é restrita em função de suas características socioeconômicas, o **g100** é quase que excluído do pacto federativo, no que tange à repartição de recursos.

A DESIGUALDADE

O **g100** é uma triste caricatura dos desequilíbrios do federalismo fiscal brasileiro. A forte desigualdade na disponibilidade de recursos entre os municípios compromete de forma irremediável a capacidade do poder local de prestar serviços de forma minimamente homogênea em todo território nacional. Há casos, entre os quais se incluem os municípios do **g100**, em que o nível da receita por habitante é tão acanhado que acaba por inviabilizar a oferta digna de serviços públicos à população.

O BAIXO VALOR DA RECEITA PER CAPITA
COMPROMETE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PÚBLICOS NOS MUNICÍPIOS DO g100

FOTO: REMATO SOARES / PULSAR IMAGENS



Se não bastassem os baixos níveis da receita per capita, nos municípios que integram o **g100** reside uma população socioeconomicamente vulnerável. Ou seja, paradoxalmente, o dinheiro não está sendo direcionado para onde mais é preciso, não chega nas cidades que abrigam uma significativa parcela da população mais dependente dos serviços públicos.

Levantamento feito com base em dados fiscais do ano de 2013 revela que a receita corrente per capita dos municípios do **g100**, que passa a incluir mais 14 municípios (veja explicação nas Notas Metodológicas, na página 84), é a metade da registrada pelos demais 273 municípios com mais de 80 mil habitantes, reproduzindo, assim, a mesma situação observada dois anos antes, em 2011. Os R\$ 1.311,72 auferidos pelo **g100** para cada um de seus habitantes, em 2013, representam exatamente 50,4% da média da receita corrente per capita dos demais municípios populosos, que obtiveram R\$ 2.604,08. Comparada à média do total dos municípios do país, a diferença é um pouco menor, da ordem de 58,8%.

É verdade que essa defasagem já foi mais acentuada. Em 2002, a receita per capita dos demais municípios populosos era 2,5 vezes maior que a do **g100**. A redução do *gap* nesses 11 anos foi resultado de um crescimento médio anual de 6,9% na receita corrente per capita do **g100**, ao passo que a taxa dos demais municípios populosos foi de 4,6% ao ano e a do total dos municípios foi de 4,9% ao ano.

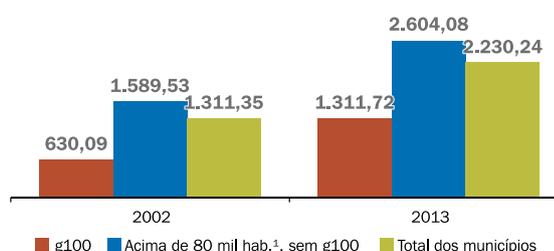
O aumento de arrecadação dos tributos próprios municipais contribuiu de forma bastante expressiva para a redução dos níveis de desigualdade de receita. Enquanto a arrecadação tributária per capita dos demais municípios com população acima de 80 mil habitantes registrou um aumento médio anual de 5,4% e a taxa nacional foi de 5,8%, a do **g100** foi de 10,5%, no período de 2002 a 2013.

Não deixa de ser surpreendente o fato de que, justamente onde a base tributária é mais limitada pelas condições sociais da população e da economia local, haja um movimento mais significativo no sentido de explorá-la mais intensamente. Além do esforço de

elevar a arrecadação, deve-se levar em conta, também, que esse movimento pode estar sendo favorecido pela descentralização das atividades produtivas dos maiores centros urbanos, como as capitais, em direção às cidades adjacentes.

RECEITA CORRENTE PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2014

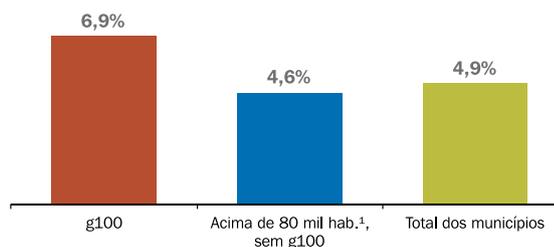


¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA RECEITA CORRENTE

PER CAPITA - 2002-2013



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

ORIGEM DA DESIGUALDADE

A fragilidade fiscal dos municípios do **g100** tem sua origem na forma como se estrutura o sistema tributário e o mecanismo de transferências de recursos entre os níveis de governo.

Para que municípios, estados e União possam ►



FOTO: DELFIM MARTINS / PULSAR IMAGENS

MUNICÍPIOS
TÊM ASSUMIDO
ENCARGOS CADA
VEZ MAIORES EM
ÁREAS COMO
SAÚDE, EDUCAÇÃO,
SEGURANÇA PÚBLICA
E TRANSPORTE
URBANO

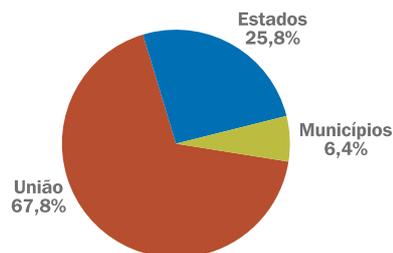
exercer suas funções de prestadores de serviços públicos, reguladores das atividades econômicas e sociais, garantidores da segurança, da justiça e do bem-estar da população, dentre outras, é necessário captar recursos da sociedade. Para isso, existe um sistema de divisão das competências tributárias que define quais impostos, taxas e contribuições devem ser arrecadados por cada esfera de governo.

A divisão das competências tributárias em nossa República Federativa é resultado de um longo processo histórico. Baseia-se em critérios técnicos, mas também foi conformando-se sob a conjuntura política e econômica ao longo de todo o período de existência de nossa nação.

Segundo levantamento publicado no anuário *Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil - Ano 10*, em 2013 a União detinha 67,8% da arrecadação tributária global, isto é, tudo aquilo que o Estado retira da economia de forma compulsória, baseado em alguma legislação. Os governos estaduais, por sua vez, recolheram 25,8% e os municípios 6,4%.

A pequena fatia municipal deve-se ao fato de sua competência tributária estar restrita a tributos de menor poder arrecadatório, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) e as Taxas, quando comparados aos tributos de nível nacional, como o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e as contribuições, e com os tributos estaduais, como o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), para

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA GLOBAL - 2013



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração: Kleber Pacheco de Castro.

citar alguns exemplos.

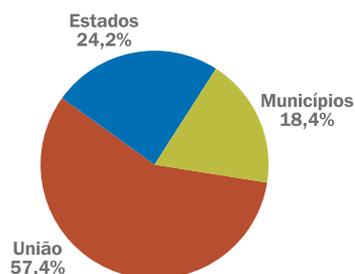
A fim de buscar o equilíbrio entre a repartição de recursos e a repartição dos encargos entre os governos que compõem a Federação existe no Brasil um sistema de transferências de recursos, a exemplo do que ocorre em todas as nações federadas no mundo. Com efeito, após realizadas as transferências, os municípios passam a deter 18,4% de toda a receita efetivamente disponível, enquanto que os estados ficam com 24,2%, fatia muito próxima da sua participação na arrecadação direta, e a União fica com 57,4%.

Esse resultado da repartição dos recursos disponíveis tem suscitado dois grandes debates em nossa Federação. Primeiramente, questiona-se se a fatia reservada para os estados e municípios estaria de acordo com os encargos assumidos por esses entes. Em segundo lugar, os critérios de repartição dos recursos entre os estados e os municípios são justos e adequados à cada realidade?

Pela ótica dos municípios, a resposta, à primeira questão, é a de que há um enorme descompasso entre receitas e encargos, uma vez que os municípios, especialmente a partir da Constituição de 1988, estão assumindo tarefas cada vez maiores em áreas como saúde, educação e segurança pública.

Quanto à segunda questão, os dados aqui apre-

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NA RECEITA DISPONÍVEL - 2013



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração: Kleber Pacheco de Castro.

sentados sobre a receita corrente per capita indicam que a repartição dos recursos entre os municípios são fonte de acentuados desequilíbrios. As realidades municipais são díspares e o nosso sistema de transferências de recursos não as leva em consideração.

A seguir, será apresentado como a distribuição de cada uma das principais transferências destinadas aos municípios acaba por concentrar recursos em alguns e por marginalizar outros.

RECEITAS MUNICIPAIS

O sistema de transferências de recursos no Brasil, implementado em meados da década de 1960, foi idealizado realmente como um sistema onde cada peça tinha uma função e, no conjunto, deveria surtir um efeito final razoavelmente equilibrado.

No entanto, a função sistêmica do federalismo fiscal daquela época foi em grande parte perdida por diversos fatores. Dentre eles, o fato do sistema não ter acompanhado as mudanças demográficas e do perfil econômico das cidades.

Duas fontes fundamentais para o financiamento dos municípios são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a receita do ICMS. Principal transferência da União para os municípios, o FPM

tem um caráter redistributivo com o objetivo de dar suporte financeiro às cidades, sobretudo às de menor porte populacional, cuja base para a arrecadação própria é limitada e insuficiente para que cumpram suas funções básicas. Já a distribuição do ICMS é devolutiva, pois destina um montante maior para os municípios que mais contribuíram com a geração da riqueza.

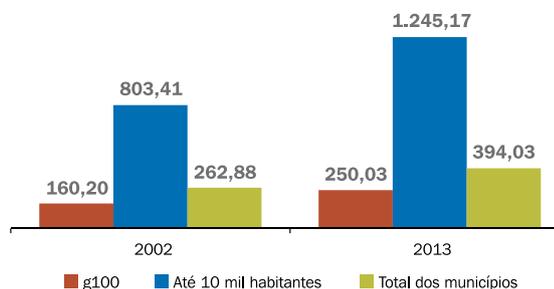
Nesse contexto se insere o **g100**. Por serem cidades populosas não são beneficiadas pela distribuição do FPM. O **g100** possui também uma formação econômica fragilizada, sem a presença de importantes projetos industriais que lhe possibilitem ter uma participação mais significativa na distribuição do ICMS. Com relação à sua arrecadação tributária própria, o **g100** também está em posição de desvantagem, uma vez que a falta de uma economia dinâmica e de uma população com capacidade contributiva maior tornam-lhe a base arrecadatória bastante restrita.

FPM - Em 2013, foram transferidos R\$ 394,03 por habitante a título de FPM em âmbito nacional. As cidades do **g100** receberam, em média, R\$ 250,03, enquanto que naquelas com população de até 10 mil habitantes o valor alcançou R\$ 1.245,17 per capita.

O valor acentuadamente mais alto recebido pelos municípios menores se deve à forma como são defi-

FPM PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2014



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

nidos os coeficientes de participação de cada cidade no fundo. A distribuição para os municípios, exceto as capitais, obedece a uma tabela (Decreto-Lei nº 1.181/1981) na qual são estabelecidos coeficientes para cada faixa de tamanho populacional. Os coeficientes, de uma faixa populacional para a próxima, são aumentados de forma constante, enquanto que as faixas populacionais crescem de forma progressiva. Assim, os municípios que possuem um contingente populacional menor recebem relativamente mais recursos do FPM.

No **g100**, apesar dos baixos valores recebidos por habitante, pois são municípios com mais de 80 mil habitantes, o FPM tem um peso significativo em seus orçamentos, reflexo da restrita capacidade de arrecadação própria e da baixa participação no ICMS transferido pelos estados. Em média, o FPM respondeu, em 2013, por 18,8% da receita corrente dos municípios do **g100**, ao passo que seu peso foi de 7,4% nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes.

Um dos problemas da forte dependência orçamentária dos municípios do **g100** perante ao FPM é a insegurança em torno de seu repasse. O fundo é formado por 23,5% da arrecadação federal do IR e do IPI. Com relativa frequência, a alíquota do IPI é reduzida ou mesmo zerada em determinados setores a fim estimular a atividade econômica, refletindo

negativamente na arrecadação e, por consequência, nas transferências do FPM.

Conquista dos movimentos municipalistas. Os municípios conseguiram alavancar em dois pontos percentuais a parcela do IR e do IPI destinada ao FPM, nos anos recentes. A Emenda Constitucional (EC) nº 55/2007 aumentou em 1% a entrega de recursos do FPM aos municípios. Com isso, a participação municipal passou de 22,5% para 23,5% nos dois tributos. O repasse do 1% é feito no primeiro decênio de dezembro de cada ano, com base na arrecadação dos impostos nos dozes meses anteriores.

Em 2014, o Congresso Nacional promulgou a EC nº 84, que aumentou em mais um ponto percentual os recursos destinados ao FPM (de 23,5% para 24,5%). Esse aumento virá de forma escalonada, em 0,5 ponto percentual em 2015, mais 0,5 ponto percentual em 2016, e o repasse será feito no primeiro decênio de julho de cada ano.

QPM-ICMS - Constitucionalmente, 25% da arrecadação estadual do ICMS são repassados para os

JABOATÃO DOS
GUARARAPES-PE,
COM 681 MIL
HABITANTES, POSSUI
O 5º MENOR FPM
PER CAPITA DO g100,
COM R\$ 113,24,
EM 2013



FOTO: DELFIN MARTINS / PULSAR IMAGENS

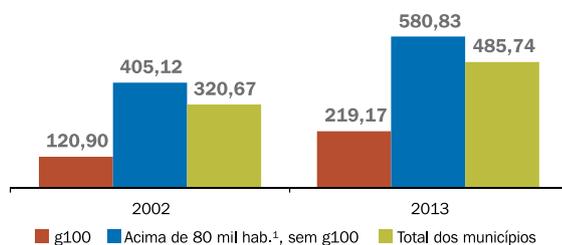


A PREFEITURA DE BRAGANÇA-PA ARRECADOU R\$ 48,31 POR HABITANTE EM TRIBUTOS, ENQUANTO QUE A MÉDIA NACIONAL FOI DE R\$ 512,84, EM 2013

municípios. Esse fundo pode ser chamado de Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS). O Índice de Participação dos Municípios (IPM) é o indicador que estabelece o percentual que cada município terá na distribuição da QPM-ICMS, num determinado ano. Conforme estabelece a Constituição, todos os estados do Brasil devem repassar, no mínimo, 75% dos recursos com base no Valor Adicionado Fiscal (VAF), que corresponde ao que é economicamente produzido dentro do território de cada município. Ainda segundo a Carta Magna, até 25% são distribuídos de acordo com as normas estabelecidas por cada unidade federada.

QPM-ICMS PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2014



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

De modo geral, as cidades do **g100** possuem baixo dinamismo econômico, portanto baixo VAF, o que resulta em pequena fatia na receita do ICMS frente ao tamanho de suas populações. Em 2013, a média de repasse da QPM-ICMS direcionada aos municípios do **g100** foi de R\$ 219,17 por habitante. Nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes, o valor médio per capita foi de R\$ 580,83, quase três vezes maior. No total dos municípios, o valor médio per capita foi de R\$ 485,74.

Entre 2002 e 2013, o crescimento médio anual na QPM-ICMS per capita do **g100** foi de 5,6%, percentual acima da média dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, de 3,3%. Apesar do crescimento mais intenso no **g100** e da queda

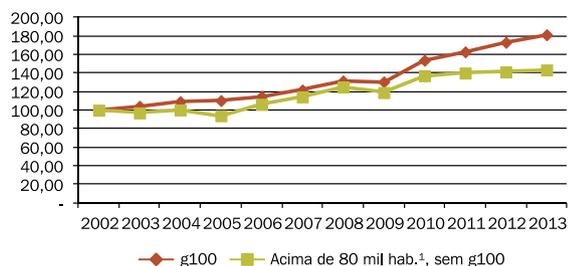
na disparidade desses dois grupos, a diferença nos valores ainda é bastante expressiva.

A partir de 2010 é possível identificar um crescimento mais intenso da receita de ICMS per capita no **g100** frente às demais cidades com mais de 80 mil habitantes. Isso pode estar refletindo o fato de que em momentos de baixo dinamismo da economia brasileira, as cidades mais industrializadas sentem de forma mais aguda a redução no nível de atividade econômica. Ao mesmo tempo, a tendência à interiorização do desenvolvimento no país pode estar favorecendo os municípios do **g100**.

Por deterem menores fatias do ICMS, esses recursos também acabam por ter pequeno peso nos orçamentos das cidades do **g100**. A QPM-ICMS respondeu, em média, por 16,7% da receita corrente do **g100** em 2013, ao passo que nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes seu peso foi de 22,3%.

EVOLUÇÃO DA QPM-ICMS PER CAPITA

Base 100=2002



¹Não inclui Brasília.

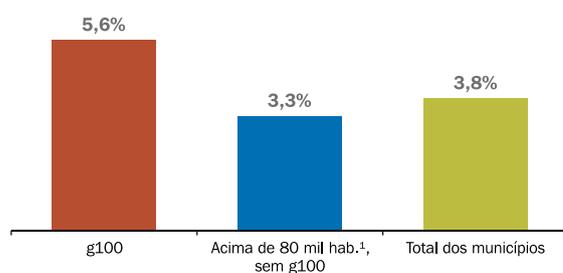
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



FOTO: ROGERIO REIS / PULSAR IMAGENS

ITACOATIARA,
NO AMAZONAS,
MESMO
SENDO PÓLO
AGROPECUÁRIO FAZ
PARTE DO g100

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA QPM-ICMS PER CAPITA - 2002-2013



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

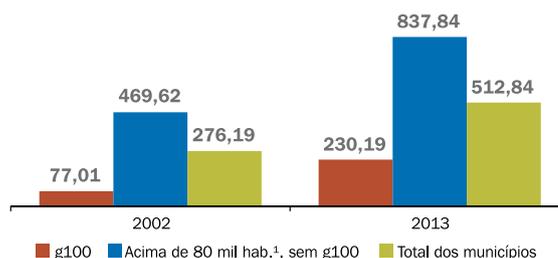
Tributos - Os números revelam que os municípios do **g100** têm aumentado sua arrecadação própria numa intensidade maior que a dos demais municípios. Enquanto a receita tributária do **g100** cresceu a uma taxa média de 10,5% ao ano, entre 2002 e 2013, os demais municípios com mais de 80 habitantes registraram aumento de 5,4%. Apesar dessa diferença no ritmo da arrecadação, a defasagem de valores entre esses dois grupos é notável. Nos municípios do **g100** a receita com tributos foi de R\$ 230,19 por habitante, em 2013, enquanto que nas demais cidades de mesmo porte populacional o valor foi de R\$ 837,84.

Com o aumento mais intenso na receita tributária própria, subiu também sua importância no orçamento do **g100**. Em 2002, a receita tributária representava, em média, 12,2% da receita corrente dos municípios do **g100**. Em 2013, a participação passou a ser de 17,5%. Apesar dessa evolução, sua importância é bem menor que nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes, que foi, em média, de 32,2%.

Dentre os itens que compõem a receita tributária, os municípios do **g100** apresentaram a arrecadação de

RECEITA TRIBUTÁRIA PER CAPITA

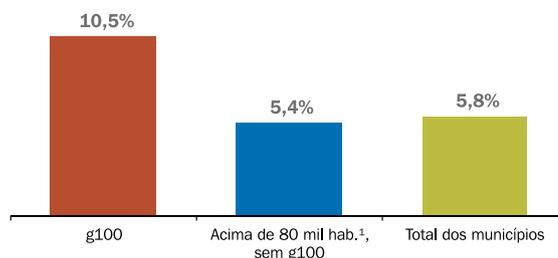
em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2014



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2013



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

ISS per capita extremamente baixa. Em 2013, o valor recolhido por habitante foi de R\$ 105,48, enquanto que nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes foi quase quatro vezes maior, de R\$ 421,11. Pode-se afirmar que muitos municípios poderiam explorar melhor suas bases de arrecadação. No entanto, o real motivo para o baixo nível de receita de ISS nas cidades do **g100** é o fato de possuírem uma economia menos desenvolvida, concentrando atividades de baixo poder de contribuição. Municípios situados em regiões metropolitanas também sofrem com a maior concentração da rede de serviços nas capitais.

No caso do IPTU e do ITBI, a baixa arrecadação per capita está associada ao menor valor dos imóveis nas cidades do **g100**. Em 2013, a arrecadação per capita

do **g100** com o IPTU foi de R\$ 41,95 e com o ITBI de R\$ 25,58. Nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes esses valores foram, respectivamente, de R\$ 213,10 e de R\$ 79,05.

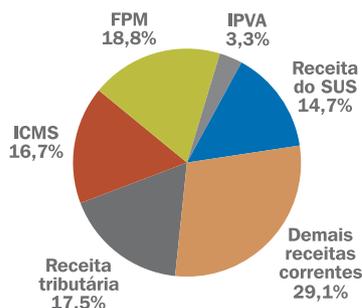
O mesmo cenário de baixo recolhimento no **g100** é visualizado na arrecadação das taxas municipais, em comparação com as outras cidades de mesmo porte populacional. Em 2013, enquanto o **g100** arrecadou R\$ 27,67 por habitante, a média dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes foi de R\$ 45,94.

Os indicadores apresentados explicitam de forma cristalina a incapacidade do Sistema Tributário Nacional de irrigar adequadamente de recursos as cidades do **g100**.

Ao contrário, ele acentua as desigualdades fiscais entre os municípios brasileiros. Dos três pilares que formam a base das receitas municipais, o FPM favorece as cidades de menor porte populacional e as outras duas, a QPM-ICMS e a receita tributária, contemplam as de maior desenvolvimento econômico.

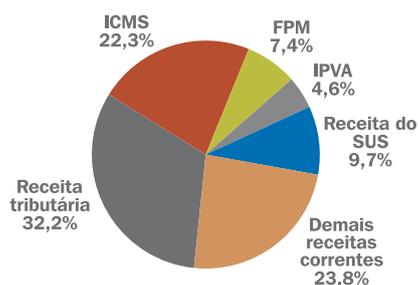
Conforme é explorado ao longo dessa publicação, é exatamente nas cidades do **g100** onde os indicadores socioeconômicos são os menos favoráveis. Vale dizer: os municípios populosos mais carentes do Brasil não dispõem de fontes adequadas de financiamento para enfrentar os enormes desafios que essas cidades lhes reservam.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE DOS MUNICÍPIOS DO g100 - 2013



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES¹, EXCETO O g100 - 2013

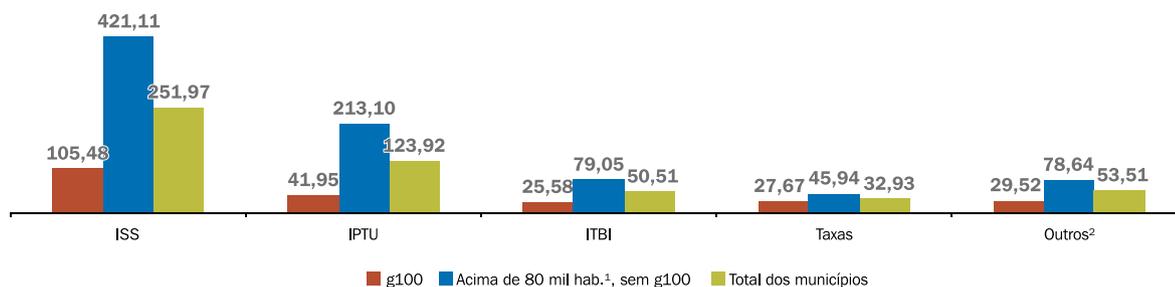


¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

RECEITA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PER CAPITA - 2013

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2014



¹Não inclui Brasília. ²Inclui IRRF e Contribuições de melhoria.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PIB DO g100 CRESCEU ACIMA DA MÉDIA NACIONAL, PORÉM GRUPO DEMONSTRA FRAGILIDADE ECONÔMICA

O Brasil viveu nos últimos anos um processo de desconcentração regional da riqueza. Dos grandes centros urbanos saíram indústrias para o interior dos estados e para regiões menos industrializadas, novos aglomerados urbanos demandantes de serviços básicos foram se criando na esteira das políticas de transferência de renda e do aumento real do salário mínimo, e o agronegócio se expandiu na direção da fronteira agrícola. A evolução do PIB nos últimos dez anos captou melhora na economia do **g100**, todavia a intensidade não foi suficiente para alterar de modo efetivo os indicadores de vulnerabilidade social.

PIB

Entre 2002 e 2012, o PIB dos municípios do **g100** cresceu 11,9% ao ano. Nas cidades com população acima de 80 mil habitantes (excluído o **g100**) essa variação foi ligeiramente inferior (11,3%). Isso significou que o **g100** aumentou sua participação, de 5,9% para 6,1%, no PIB do conjunto dos municípios brasileiros nesse período, um ganho irrisório diante das grandes defasagens que esse grupo tem em diversos indicadores socioeconômicos e fiscais, quando comparado com outros conjuntos de municípios.

O abismo socioeconômico entre as cidades do **g100** e os demais municípios com mais de 80 mil habitantes também pode ser medido pela comparação entre o acréscimo em valores do PIB nesses dez anos, diferença que confirma a enorme discrepância das suas

estruturas produtivas.

Em 2012, o Brasil possuía 365 cidades com população acima de 80 mil habitantes, sendo que em 114 delas, no chamado **g100**, o aumento do PIB em valores significou um adicional de R\$ 181,5 bilhões nas suas economias, em relação a 2002. Ou seja, para cada cidade gerou-se, em média, anualmente, uma riqueza adicional de R\$ 159,2 milhões. Para as demais 251 cidades com população superior a 80 mil habitantes os acréscimos foram os seguintes: R\$ 1,9 trilhão no PIB entre 2002 e 2012, sendo que, em média, cada município adicionou R\$ 735,9 milhões ao ano, valor quase cinco vezes superior ao obtido pelo **g100**.

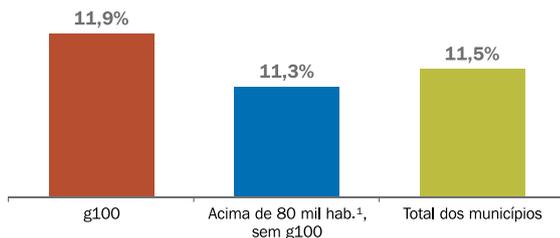
Cidades com população elevada e economia fraca, como é o caso do **g100**, apresentam, conseqüentemente, patamar de PIB per capita bastante reduzido. Na média das demais cidades com população acima de 80 mil



MOVIMENTAÇÃO DE PEDESTRES EM ÁREA COMERCIAL EM BELFORD ROXO - RJ

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB

2002-2012



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

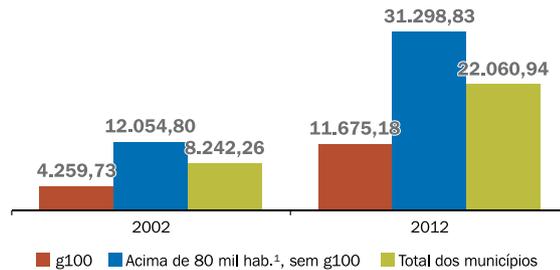
habitantes o PIB per capita atingiu R\$ 31,3 mil, em 2012. Nos municípios do **g100** esse indicador alcançou o valor de R\$ 11,7 mil.

Percebe-se uma melhora na relação entre o PIB per capita desses dois grupos de municípios a partir de 2009. Até 2008, o desempenho do PIB do **g100** não foi suficiente para afetar positivamente o indicador e a relação caiu de 35,3%, em 2002, para 33,4%, em 2008. A partir de 2009, inicia-se um movimento mais forte de diminuição da diferença entre o PIB per capita do **g100** e o das demais cidades com mais de 80 mil habitantes. A relação subiu para 37,3%, em 2012, o maior nível desde 2002.

A despeito dessa recuperação, a situação das economias do **g100** é de fragilidade. A composição setorial do PIB configura um cenário desafiador para o futuro, uma vez que as atividades econômicas que agregam valor e,

PIB PER CAPITA

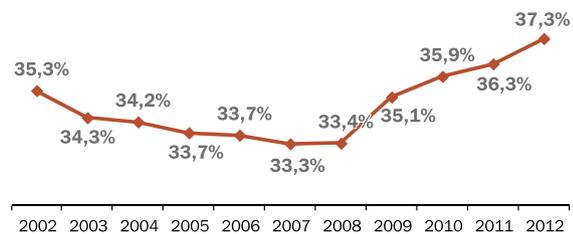
em R\$ 1,00 - correntes



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

RELAÇÃO ENTRE O PIB PER CAPITA DO g100 E O DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES¹, SEM g100



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

assim, se constituem na base para a arrecadação tributária própria apresentam um peso menor na distribuição do valor adicionado: a indústria e o setor de outros serviços¹

¹ O PIB de outros serviços se refere ao total do setor de Serviços excluído o PIB do setor Administração Pública.

participaram em 2012 com, respectivamente, 18,2% e 45,5% do PIB. Na média dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes esses percentuais foram de, respectivamente, 22,5% na indústria e de 49,1% nos outros serviços.

Por outro lado, as cidades do **g100** dependem mais do setor público para o desenvolvimento local, sendo que a participação desse segmento no PIB chegou a 21,5% em 2012, percentual muito superior ao patamar de 9,6% verificado no conjunto de municípios com população acima de 80 mil habitantes, excluído o **g100**.

Quanto à distribuição do PIB entre os municípios do **g100**, observa-se que se reproduz, em menor escala, o elevado padrão de concentração da riqueza em poucos municípios no Brasil. Dez, dentre os 114, ou seja, 8,8% dos municípios concentraram, em 2012, 42,62% do valor adicionado do conjunto do **g100**. Quatro municípios são do Rio de Janeiro: São Gonçalo, São João do Meriti, Belfort Roxo e Nova Iguaçu, sendo esses três últimos da baixada fluminense. Os demais estão localizados nos estados de Pernambuco (Jaboatão dos Guararapes), Bahia (Salvador e Feira de Santana), Goiás (Aparecida de Goiânia), Amapá (Macapá) e Espírito Santo (Cariacica).

Essas cidades são populosas, com mais de 400

O PIB PER CAPITA DE PASSOS-MG, DE R\$ 16.034,66, UM DOS MAIS ALTOS DO **g100**, AINDA É MENOS DA METADE DO PIB DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES, EXCETO **g100**

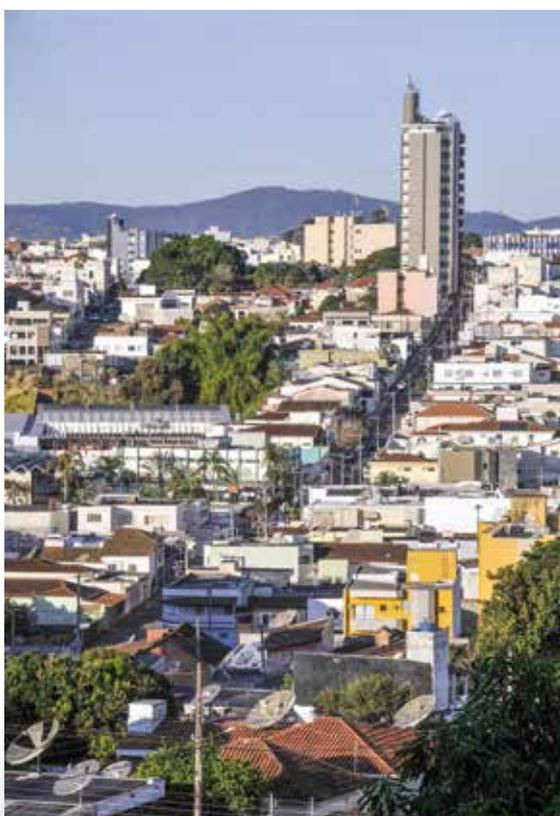
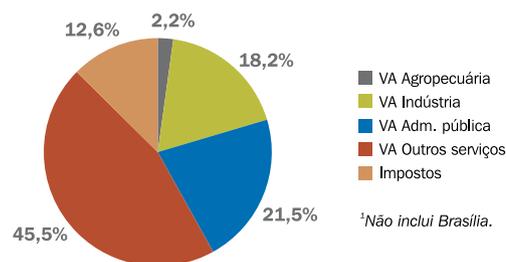


FOTO: JOÃO PRUDENTE / PULSAR IMAGENS

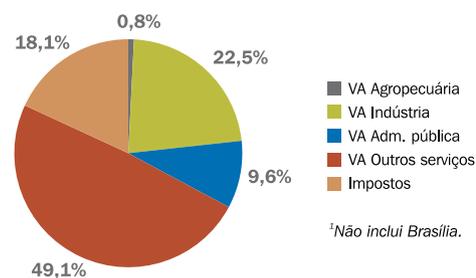
COMPOSIÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS DO **g100**

2012



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

COMPOSIÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES¹, EXCETO OS DO **g100**, 2012



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

mil habitantes cada uma, e gravitam em torno de locais que concentram alguma atividade econômica dinâmica, como é o caso da refinaria Duque de Caxias (Reduc) e do polo Gás-químico na baixada fluminense. Esses municípios do **g100** acabaram desenvolvendo o setor de comércio e de serviços e indústrias de pequeno porte em setores tradicionais de bens de consumo não duráveis. Adquiriram, assim, a capacidade de gerar um volume maior de valor adicionado em relação às demais cidades do **g100**, porém numa magnitude insuficiente à que seria necessária para proporcionar às suas prefeituras maiores recursos para serem destinados à prestação de serviços públicos e investimentos capazes de melhorar os indicadores de vulnerabilidade social.



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ELEVADA E ECONOMIA FRACA CARACTERIZAM O g100. FOTO DE SANTARÉM-PA

EMPREGO, RENDA E BOLSA FÁMILIA

O mercado de trabalho brasileiro apresentou elevada taxa de formalização nos últimos dez anos. Os municípios do **g100** obtiveram entre 2002 e 2013, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), um crescimento médio anual de 5,8% na geração de postos de trabalho, variação superior ao observado no total dos municípios brasileiros (5%) e nas demais cidades com população acima de 80 mil habitantes (4,8%).

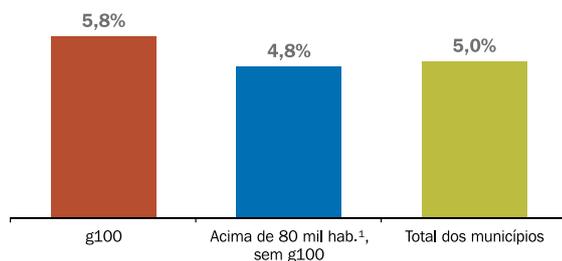
O estoque de empregos formais no **g100** atingiu 3,8 milhões de trabalhadores em 2013, com acréscimo de 1,8 milhão de postos de trabalho, em relação a 2002.

O aumento do salário mínimo acima da inflação e as políticas de transferência de renda do Governo Federal criaram condições para o desenvolvimento do setor de serviços essenciais à população e para o crescimento do comércio nos municípios do **g100**. Esses dois setores responderam por 74,7% da criação do emprego formal, sendo que os serviços concentraram 46,8% e o comércio ficou com 27,8%.

Esse bom desempenho do emprego formal nas cidades do **g100** proporcionou-lhe uma melhora na geração de postos de trabalho por mil habitantes. Em 2002, elas tinham uma capacidade média de gerar 99 empregos formais por mil habitantes, 43,7% do percentual observado nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes. Em 2013, após 11 anos, essa relação subiu

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO EMPREGO

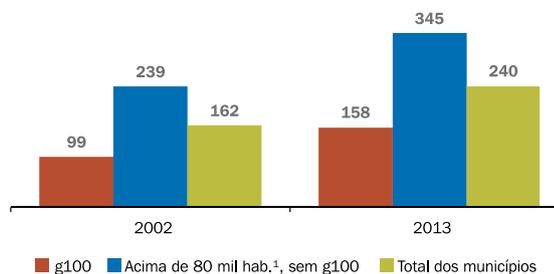
2002-2013



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.

EMPREGOS POR MIL HABITANTES



¹Não inclui Brasília.

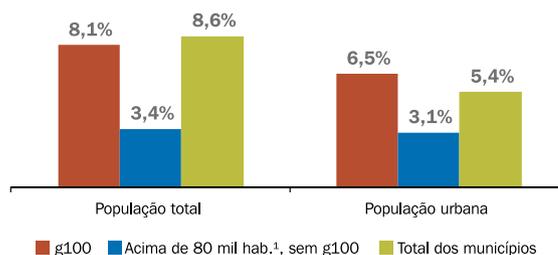
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.

para 48,7% e o indicador por mil habitantes atingiu 157 no **g100**.

O crescimento econômico e a alta dos empregos formais no **g100** não foram capazes de alterar a distribuição da renda entre as famílias dos municípios com mais de 80 mil habitantes. O Censo Demográfico de 2010 mostrou que 64,4% das famílias do **g100** auferiram rendimento per capita entre um oitavo (1/8) de salário mínimo e um salário mínimo, enquanto que nos demais municípios com mais 80 mil habitantes esse percentual atingiu 44,6%. Nas faixas superiores, acima de dois salários mínimos de renda familiar per capita, ao contrário, a participação do **g100** foi de apenas 11,3%, patamar bem inferior ao observado no conjunto das demais cidades com mais 80 mil habitantes, de 25,6%.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com base nas informações do Censo Demográfico de 2010, quantificou o tamanho da população que vive em condições de extrema pobreza. O estudo considerou a renda de até R\$ 70 por mês como fator de corte para inclusão nesse critério. No **g100**, 8,1% da sua população (1,8 milhões de pessoas) foi classificada como vivendo em situação de extrema pobreza. Esse percentual nos demais municípios com população acima de 80 mil habitantes foi bem menor, na faixa de 3,4%. Em relação à população urbana, a participação da população extremamente pobre no **g100** alcançou 6,5% (1,3 milhões de pessoas), frente a 5,4%

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL E URBANA - 2010



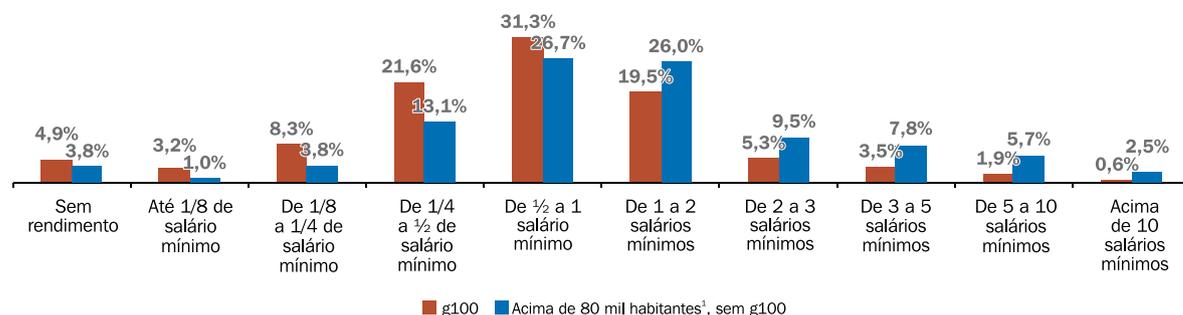
¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

no total dos municípios brasileiros e 3,1% nas cidades de 80 mil habitantes, exceto o **g100**.

Os dados do programa Bolsa Família seguem no mesmo sentido daqueles sobre a extrema pobreza citados acima, demonstrando que as condições sociais da população que habita o **g100** são realmente piores que as dos demais municípios. Quanto ao acesso ao programa, as informações do MDS mostram que nas cidades do **g100** 65% das famílias inscritas no Cadastro Único receberam o Bolsa Família, em 2011, enquanto que nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes esse percentual foi menor, na faixa de 53,9%. No **g100** é maior também o rendimento médio recebido pelas famílias, que foi de R\$ 1.302,24, no mesmo ano, enquanto que

RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA - 2010

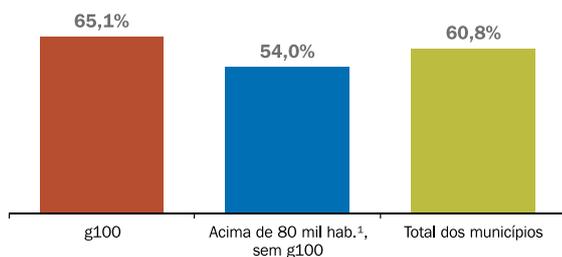


¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010.

nos demais municípios populosos foi de R\$ 1.260,17. Isso significa dizer que, provavelmente, as unidades familiares do **g100** têm mais filhos e a renda per capita média é inferior aos demais municípios.

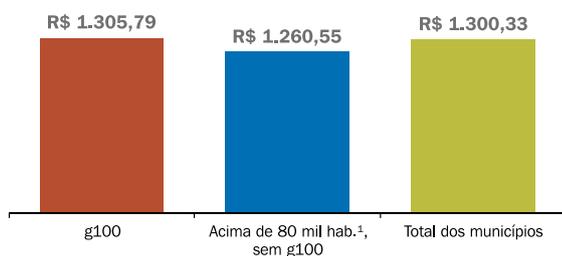
PERCENTUAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS QUE RECEBERAM O BOLSA FAMÍLIA - 2011



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

VALOR MÉDIO ANUAL QUE AS FAMÍLIAS RECEBERAM DO BOLSA FAMÍLIA - 2011



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PERSPECTIVAS

A evolução do PIB do **g100** e a sua composição deixam claro que a redução da vulnerabilidade social dos municípios não dependerá somente do crescimento econômico. O abismo em relação às regiões e cidades com grau desenvolvimento superior é tão profundo que praticamente é impossível reproduzir uma expansão econômica nos municípios do **g100** – que consiga trazer

FOTO: RUBENS CHAVES / PULSAR IMAGENS



PINHEIRO-MA POSSUI APENAS 55 EMPREGOS PARA CADA MIL HABITANTES, A 7ª MENOR TAXA NO g100

fatores de produção modernos e capazes de ampliar a capacidade de arrecadação de impostos das prefeituras.

Além disso, percebe-se que dentro do **g100** também há concentração de riqueza em alguns municípios e que, mesmo eles, não conseguiram mudar efetivamente o grau de desigualdade social. Ou seja, o tipo de crescimento econômico derivado nessas cidades como os municípios da baixada fluminense, que dependem indiretamente da expansão do setor de petróleo e petroquímica, ou municípios próximos aos centros econômicos desenvolvidos, como são os casos de Cariacica, no Espírito Santo; de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana de Recife; e de Aparecida de Goiânia, na Região Metropolitana de Goiânia – não produz recursos suficientes para enfrentarem problemas sociais de toda natureza.

Este levantamento corrobora, portanto, a ideia de que uma reforma no sistema de transferências de recursos que considere as diferenças sociais e econômicas entre os municípios seria o caminho mais indicado para, pelo menos, reduzir as discrepâncias entre as capacidades dos governos do **g100** em atender a sua população, em relação às cidades que concentram atividades econômicas mais dinâmicas.

DEMOGRAFIA

MAIS DA METADE DO g100 SITUA-SE NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Com crescimento demográfico positivo, elevado percentual de residentes que se desloca para trabalhar ou estudar e mais da metade dos municípios localizados em áreas metropolitanas, o **g100** acumula uma população maior que a do Estado de Minas Gerais.

As informações demográficas são medidas fundamentais para dimensionar demandas para o poder público. Com elas é possível detalhar quão diverso é o grupo que precisa ser atendido em seus programas e quais são as demandas geracionais específicas para as áreas de educação, saúde e emprego.

O texto a seguir fornece um panorama das principais características demográficas do **g100** e sobre como esses

municípios se inserem na configuração da rede urbana nacional. Os indicadores baseiam-se nos dados do último Censo Demográfico de 2010 e nas estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2014. Além disso, uma avaliação sobre os municípios do **g100** que situam-se nas Regiões Metropolitanas (RMs) foi acrescentada ao texto com o intuito de se iniciar a uma investigação sobre as diferenças desse subgrupo do **g100** em relação aos demais.

SITUADO NA REGIÃO
METROPOLITANA
DE SÃO PAULO,
ITAQUAQUECETUBA
TEVE UMA DAS
MAIS ALTAS TAXAS
DE CRESCIMENTO
DEMOGRÁFICO DO
g100, DE 5,8% A.A.,
DESDE 1970



FOTO: DEJIM MARTINS / PULSAR IMAGENS

A POPULAÇÃO DO g100

A característica demográfica central dos municípios do **g100** é marcada pela tendência de crescimento populacional positiva e acima da média nacional. Apesar de as informações recentes apontarem mudanças na dinâmica demográfica do país rumo à diminuição do ritmo de crescimento, bem como na conformação de uma estrutura etária mais envelhecida, a população dos municípios do **g100** enfrenta o desafio de lidar com um crescimento demográfico ainda significativo.

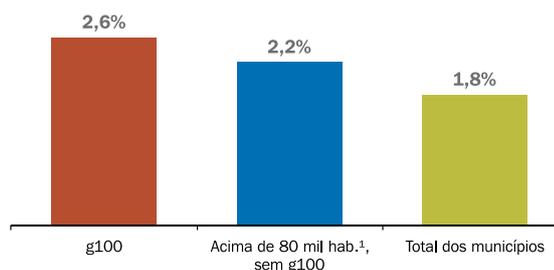
Os municípios que compõem a atual configuração do **g100** totalizam 24,1 milhões de habitantes no ano de 2014 e representam 11,9% da população brasileira. Para que se tenha ideia da importância de tal volume demográfico, este é maior que a população residente no Estado de Minas Gerais, que conta com 20,7 milhões de habitantes, número superior, por exemplo, ao do Chile, que registra 17,8 milhões de habitantes.

A taxa de crescimento anual da população do **g100** é 30% superior à observada para o conjunto dos municípios brasileiros entre os anos 1970 e 2014: 2,6% a.a. contra 1,8% a.a. Essa diferença também é maior que a taxa de 2,2% a.a. registrada pelos demais municípios do país acima de 80 mil habitantes. O crescimento acima da média nacional normalmente ocorre por uma combinação de componentes demográficos marcados por taxas de fecundidade mais elevadas, menor esperança de vida e por dinâmicas migratórias mais intensas.

Esse importante crescimento demográfico se reflete na estrutura etária do **g100** que apresenta um perfil populacional mais jovem quando comparado com

TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

1970 - 2014



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censos Demográficos e Estimativas Populacionais de 2014.

as demais áreas do país. Sua população com menos de 15 anos corresponde a 25,4% da população total padrão, participação pouco superior à registrada pela média dos municípios do Brasil, com 24,1%. Dos três grupos em comparação, a menor parcela de jovens é registrada nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, com cerca de 21,9% da população com menos de 15 anos. Tal distribuição indica que ainda persistem, nos municípios do **g100**, demandas por políticas voltadas à saúde materno-infantil, ampliação e adequação de unidades de atendimento pediátrico, programas de aleitamento materno, vacinação, orientação nutricional, assim como por políticas educacionais, especialmente aquelas voltadas à educação infantil, ao fundamental I e fundamental II. Por outro lado, deve haver um aumento na demanda por vagas no ensino médio e técnico, pois esse processo de transformação demográfica culmina com a entrada de uma importante parcela de jovens no mercado de trabalho.

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO - 2010

Localidade	População com menos de 15 anos	População em idade ativa	População com 60 anos ou mais
g100	25,4%	65,7%	8,9%
Acima de 80 mil habitantes ¹ , sem g100	21,9%	67,2%	10,9%
Total dos municípios	24,1%	65,1%	10,8%

¹Não inclui Brasília. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico - 2010.

A população entre 15 e 59 anos é o grupo etário numericamente mais expressivo do **g100**. Esse grupo populacional é diretamente impactado pelas políticas públicas focadas em melhores oportunidades de trabalho e distribuição de renda, pois estão relacionadas com as atividades produtivas. Sua parcela corresponde a dois terços da população total no **g100**, proporção semelhante à que ocorre na soma dos municípios brasileiros: 65,7% e 65,1%. Para os demais municípios populosos, essa proporção é ainda maior, da ordem de 67,2%.

No cenário de envelhecimento pelo qual passa a população brasileira, o **g100** apresenta ritmo um pouco mais lento que os demais grupos, mas não menos importante. Enquanto a população com 60 anos ou mais do **g100** representa 8,9% do total, nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes e para o total dos municípios do país essa faixa etária tem uma participação superior: 10,9% e 10,8%, respectivamente.

O índice de envelhecimento – indicador que dimensiona a relação entre os segmentos de idosos e de jovens de determinada população – também confirma o estágio pouco menos avançado do **g100** no processo de envelhecimento populacional. Estima-se que em seus municípios residem 35,1 indivíduos com 60 anos ou mais para cada cem jovens com idade inferior a 15 anos, ou seja, um idoso para cada três jovens, enquanto a média para os municípios brasileiros é de 45%, quase um idoso para cada dois jovens. Essa diferença é ainda maior se comparada com os demais municípios com mais de 80 mil habitantes, onde o índice de envelhecimento registrado é de 49,8%.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO - 2010

Localidade	Índice de envelhecimento
g100	35,1%
Acima de 80 mil hab. ¹ , sem g100	49,8%
Total dos municípios	45,0%

¹Não inclui Brasília. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico - 2010.

Apesar de o envelhecimento populacional ocorrer de forma relativamente menos acentuada nos municípios do **g100**, sua intensificação, tal como já acontece em outras regiões do país, exigirá do poder público municipal atenção específica e/ou reformulação na quantidade de vagas para atendimento médico e de leitos hospitalares especializados, para citar apenas questões relacionadas à saúde. Ressalte-se que nessa parcela da população os problemas de saúde concentram-se, principalmente, na ocorrência de doenças crônicas, que demandam maior tempo de internação e cuidados terapêuticos.

LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DA POPULAÇÃO DO g100

Em termos de localização espacial, os municípios do **g100** estão distribuídos nas cinco grandes regiões do país e em 21 dos 26 estados da federação. Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco concentram os maiores volumes populacionais dos integrantes do **g100**, com, respectivamente, 5,1 milhões, 3,3 milhões e 3,2 milhões de habitantes. O município mais populoso do grupo é Salvador (BA), com 2,9 milhões de habitantes, e que, junto com São Gonçalo (RJ), com 1 milhão de habitantes, chegam muito perto do patamar de 4 milhões

A POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS DE IDADE REPRESENTA 25,4% NO TOTAL DO g100.

FOTO DE CRUZEIRO DO SUL-AC



FOTO: CYNTHIA BRITO / PULSAR IMAGENS

de habitantes. O ranking das dez maiores cidades do **g100** somam 8,4 milhões de habitantes: Salvador (BA), São Gonçalo (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Jabotão dos Guararapes (PE), Feira de Santana (BA), Aparecida de Goiânia (GO), Ananindeua (PA), Belford Roxo (RJ), São João de Meriti (RJ) e Macapá (AP).

O Estado do Amapá, com proporção de 74,2%,

apresenta a maior parcela populacional residente em municípios do **g100**, seguido por Pernambuco, com 34,8%, e Bahia, com 34,1%. Pernambuco também é o Estado que apresenta o maior número de participantes no **g100**, com 16 municípios. Ressalte-se que no Amapá os 74,2% da população estadual concentra-se em apenas dois municípios: Macapá, a capital, e Santana.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO g100 POR ESTADO E POPULAÇÃO - 2014

Estado	Número de municípios do g100	População do g100	Participação da pop. do g100 na pop. do Estado
Acre	1	80.953	10,2%
Alagoas	0	0	0,0%
Amapá	2	557.322	74,2%
Amazonas	3	299.121	7,7%
Bahia	13	5.154.739	34,1%
Ceará	7	1.171.937	13,3%
Distrito Federal	0	0	0,0%
Espírito Santo	1	378.915	9,8%
Goiás	7	1.261.362	19,3%
Maranhão	8	922.864	13,5%
Mato Grosso	2	355.881	11,0%
Mato Grosso do Sul	0	0	0,0%
Minas Gerais	12	1.729.519	8,3%
Pará	11	1.896.950	23,4%
Paraíba	3	335.135	8,5%
Paraná	6	801.265	7,2%
Pernambuco	16	3.226.680	34,8%
Piauí	1	149.348	4,7%
Rio de Janeiro	8	3.348.799	20,3%
Rio Grande do Norte	0	0	0,0%
Rio Grande do Sul	3	586.296	5,2%
Rondônia	1	129.242	7,4%
Roraima	0	0	0,0%
Santa Catarina	0	0	0,0%
São Paulo	4	1.087.861	2,5%
Sergipe	4	454.825	20,5%
Tocantins	1	167.176	11,2%
Total	114	24.096.190	11,9%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas Populacionais de 2014.

REDE URBANA

A inserção dos municípios na rede urbana do país constitui importante elemento para compreender suas características econômicas, sociais e demográficas, pois retratam o modo pelo qual se relacionam com os municípios circunvizinhos, como impactam e como são impactados. Essa rede se estrutura por meio de uma hierarquia de cidades na qual as RMs são os principais pontos de convergência do sistema.

Normalmente, a formação do espaço metropolitano tem como base um núcleo urbano densamente habitado e outros de menor porte populacional localizados no entorno. O intenso crescimento horizontal de suas áreas periféricas leva à junção de diferentes cidades em um espaço urbano contínuo. Esse agregado urbano, chamado de conurbação, é de tal modo importante para a configuração das cidades metropolitanas que sua malha urbana se sobrepõe aos limites políticos administrativos.

Tal configuração demanda dos municípios funções diferenciadas na divisão social do trabalho metropolitano agregando áreas com estruturas industriais sofisticadas,

outras baseadas no setor terciário voltado para serviços que apoiam a produção, algumas economicamente menos significativas e até aquelas que têm como função serem “dormitórios” para a mão de obra que se emprega nos municípios do entorno. Desse processo resulta um elevado grau de integração, sobretudo do ponto de vista econômico, por meio do qual seus municípios podem influenciar economicamente, politicamente e até mesmo culturalmente seu entorno imediato, uma rede de cidades próximas e algumas vezes a dinâmica de todo o país.

Mais de a metade dos integrantes do **g100**, 62 municípios, localizam-se em áreas metropolitanas¹, sendo os municípios de Salvador e Macapá capitais de estados e cidades-sede de Região Metropolitana. É grande a importância dos municípios metropolitanos do **g100**, pois concentram 70% da população do grupo e apresentam taxa anual de crescimento populacional 60% maior que a registrada pelos não metropolitanos no período 1970/2014: 3% a.a. contra 1,8% a.a. Esse crescimento demográfico ainda mais acentuado, por si só, já é um forte indicativo da necessidade de implementação de políticas que minimizem os desequilíbrios causados pela inserção dos municípios em tal conformação urbana.

Outra informação que retrata as inter-relações municipais e que já foi apresentada em estudos sobre o **g100** e que está aqui atualizada para sua nova configuração são os deslocamentos pendulares, ou seja, a mobilidade diária da população para trabalhar e/ou estudar em um município diferente daquele que reside. Através de quesitos formulados nos censos demográficos é possível identificar esses fluxos e estimar o volume de pessoas que realizam tais deslocamentos.

No caso do **g100**, esses deslocamentos são bastante significativos e quase três vezes maior do que nas demais localidades. Enquanto que no **g100** o grupo populacional que se desloca para trabalhar em outros municípios corresponde a 26,1% de sua população, nos demais municípios acima de 80 mil habitantes e para a

NO **g100**, 26,1% DE
SUA POPULAÇÃO
OCUPADA
DESLOCA-SE
PARA TRABALHAR
EM OUTROS
MUNICÍPIOS.
FOTO DE FEIRA DE
SANTANA-BA



FOTO: LUCIANA WHITAKER / PULSAR IMAGENS

¹ A Constituição de 1988 define que os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. O Brasil possui 33 regiões metropolitanas e três regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) que são compostas por municípios de diferentes unidades da Federação.



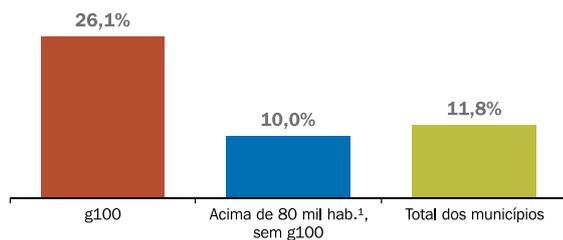
SALVADOR-BA (FOTO), COM 2,9 MILHÕES DE HABITANTES, E MACAPÁ-AP, COM 446,7 MIL, SÃO DUAS CAPITAIS QUE PERTENCEM AO g100

soma dos municípios do país a parcela é de aproximadamente 10%. Nota-se que esse arranjo metropolitano que implica na separação de local de residência e de trabalho faz com que o trabalhador contribua para o aumento da produção e da riqueza e para a decorrente ampliação da capacidade de arrecadação do município em que trabalha, ao passo que suas necessidades de bens e serviços públicos essenciais – saúde, educação, moradia, saneamento etc. – quase sempre são supridas em seu município de residência.

Com relação às informações sobre os deslocamentos da população para estudar em outros municípios,

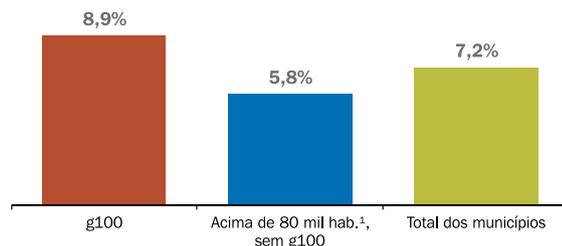
observa-se também uma diferença entre os municípios do g100 e os demais. No g100, 8,9% de seus estudantes estão matriculados em estabelecimentos de ensino localizados em municípios diferentes daqueles em que residem, percentual superior ao do total dos municípios do país, com 7,2%, e ao dos municípios com população acima de 80 mil habitantes, com deslocamentos de 5,8% de seus estudantes. Uma hipótese sobre a maior ocorrência desses deslocamentos entre os estudantes do g100 pode estar relacionada com a busca de maior oferta de vagas, sobretudo em cursos de nível médio e superior em municípios mais estruturados.

PERCENTUAL DE OCUPADOS LOTADOS EM POSTOS DE TRABALHO LOCALIZADOS EM OUTRO MUNICÍPIO - 2010



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censos Demográficos - 2010.

PERCENTUAL DE ESTUDANTES MATRICULADOS EM ESCOLAS LOCALIZADAS EM OUTROS MUNICÍPIOS - 2010



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censos Demográficos - 2010.

RANKING

TRABALHADORES LOTADOS EM OUTROS MUNICÍPIOS - 2010

Posição	UF	Município	Trab. lotados em outros mun.
			em R\$
1º	SP	Francisco Morato	63,2
2º	MG	Ibirité	62,3
3º	RS	Alvorada	62,0
4º	GO	Novo Gama	61,4
5º	SE	Nossa Senhora do Socorro	60,3
6º	RJ	Mesquita	60,1
7º	PR	Almirante Tamandaré	60,0
8º	MG	Ribeirão das Neves	59,3
9º	GO	Águas Lindas de Goiás	57,7
10º	MG	Sabará	57,3
11º	SP	Ferraz de Vasconcelos	56,3
12º	RJ	Japeri	56,1
13º	PR	Piraquara	55,8
14º	SP	Carapicuíba	55,7
15º	RS	Viamão	55,0
16º	GO	Valparaíso de Goiás	53,6
17º	RJ	Belford Roxo	52,6
18º	MG	Vespasiano	52,5
19º	RJ	Queimados	52,3
20º	PR	Colombo	52,2
21º	RJ	Nilópolis	52,1
22º	PE	Camaragibe	51,9
23º	PE	Abreu e Lima	51,8
24º	PR	Sarandi	51,2
25º	SE	São Cristóvão	51,1
26º	PR	Fazenda Rio Grande	50,7
27º	PE	Paulista	50,2
28º	MG	Santa Luzia	49,6
29º	RJ	São João de Meriti	48,9
30º	GO	Planaltina	48,4
31º	PE	São Lourenço da Mata	47,6
32º	SP	Itaquaquecetuba	46,7
33º	PE	Olinda	45,1
34º	ES	Cariacica	43,9
35º	PB	Bayeux	43,5
36º	MA	Paço do Lumiar	43,4
37º	GO	Aparecida de Goiânia	41,7
38º	MA	São José de Ribamar	39,9
39º	PE	Jaboatão dos Guararapes	39,1
40º	RJ	Nova Iguaçu	39,0
41º	RJ	São Gonçalo	38,4
42º	PA	Marituba	38,0
43º	PA	Ananindeua	37,0
44º	CE	Caucaia	36,2
45º	GO	Trindade	34,5
46º	PB	Santa Rita	33,9
47º	PE	Igarassu	32,5
48º	MG	Coronel Fabriciano	32,2
49º	MA	Timon	30,8
50º	MT	Várzea Grande	24,8
51º	MG	Conselheiro Lafaiete	22,4
52º	PE	Carpina	17,0
53º	AP	Santana	16,0
54º	CE	Maranguape	15,7
55º	GO	Formosa	13,2
56º	PE	Vitória de Santo Antão	11,3
57º	CE	Crato	10,8
58º	PA	Abaetetuba	10,7
59º	BA	Alagoinhas	10,5

Posição	UF	Município	Trab. lotados em outros mun.
			em R\$
60º	BA	Serrinha	9,9
61º	BA	Senhor do Bonfim	7,4
62º	PB	Patos	7,2
63º	BA	Guanambi	7,1
64º	MA	Santa Inês	6,5
65º	SE	Itabaiana	6,5
66º	MA	Pinheiro	6,4
67º	PE	Petrolina	6,3
68º	PA	Castanhal	5,9
69º	PI	Parnaíba	5,9
70º	CE	Juazeiro do Norte	5,5
71º	MG	Caratinga	5,5
72º	BA	Itabuna	5,4
73º	PE	Garanhuns	5,3
74º	SE	Lagarto	5,2
75º	PE	Gravatá	5,0
76º	BA	Salvador	4,8
77º	BA	Feira de Santana	4,6
78º	BA	Ilhéus	4,5
79º	BA	Teixeira de Freitas	4,5
80º	AM	Manacapuru	4,3
81º	MA	Bacabal	4,3
82º	MA	Codó	4,2
83º	CE	Itapipoca	4,2
84º	CE	Iguatu	4,1
85º	PE	Serra Talhada	4,1
86º	BA	Santo Antônio de Jesus	3,7
87º	PE	Araripina	3,6
88º	MG	Passos	3,6
89º	MG	Ubá	3,6
90º	TO	Araguaína	3,5
91º	PR	Guarapuava	3,4
92º	BA	Vitória da Conquista	3,4
93º	PA	Bragança	3,4
94º	CE	Quixadá	3,3
95º	BA	Valença	3,3
96º	RO	Ji-Paraná	3,2
97º	AP	Macapá	3,2
98º	AC	Cruzeiro do Sul	2,9
99º	PE	Caruaru	2,9
100º	MA	Barra do Corda	2,7
101º	PA	Santarém	2,6
102º	PA	Itaituba	2,4
103º	BA	Porto Seguro	2,2
104º	AM	Itacoatiara	2,1
105º	MG	Teófilo Otoni	2,0
106º	PE	Santa Cruz do Capibaribe	1,9
107º	PA	Cametá	1,8
108º	MT	Cáceres	1,8
109º	PA	Breves	1,8
110º	AM	Parintins	1,7
111º	PA	Tailândia	1,6
112º	RS	Uruguaiana	1,3
113º	MG	Nova Serrana	0,8
114º	PA	São Félix do Xingu	0,3

g100	26,1
Acima de 80 mil hab.¹, sem g100	10,0
Total dos municípios	11,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹Não inclui Brasília.

ALUNOS QUE ESTUDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS - 2010

Posição	UF	Município	Alunos matr. em outros mun.
			em %
1º	PR	Almirante Tamandaré	28,4
2º	MA	São José de Ribamar	26,9
3º	RJ	Mesquita	25,2
4º	SE	Nossa Senhora do Socorro	22,4
5º	MA	Paço do Lumiar	22,3
6º	GO	Novo Gama	22,2
7º	MG	Sabará	21,8
8º	GO	Aparecida de Goiânia	21,0
9º	MG	Ibirité	20,7
10º	SP	Carapicuíba	20,2
11º	PR	Colombo	20,1
12º	PR	Piraquara	19,8
13º	SP	Ferraz de Vasconcelos	19,5
14º	PR	Sarandi	18,4
15º	PE	Paulista	17,9
16º	RS	Viamão	17,7
17º	GO	Valparaíso de Goiás	16,9
18º	PE	Olinda	16,9
19º	PE	Abreu e Lima	16,8
20º	MG	Ribeirão das Neves	16,0
21º	PE	Jaboatão dos Guararapes	15,7
22º	RJ	São João de Meriti	15,6
23º	PA	Ananindeua	15,6
24º	RJ	Nilópolis	15,4
25º	RJ	Belford Roxo	14,5
26º	GO	Trindade	14,0
27º	SP	Itaquaquecetuba	13,5
28º	PE	Camaragibe	13,3
29º	MG	Santa Luzia	13,3
30º	ES	Cariacica	12,6
31º	MT	Várzea Grande	12,6
32º	CE	Caucaia	12,4
33º	RS	Alvorada	12,4
34º	MG	Coronel Fabriciano	12,3
35º	SE	São Cristóvão	12,1
36º	RJ	São Gonçalo	12,1
37º	PE	São Lourenço da Mata	11,7
38º	PB	Santa Rita	11,2
39º	MG	Vespasiano	11,1
40º	PR	Fazenda Rio Grande	10,7
41º	PB	Bayeux	10,4
42º	GO	Águas Lindas de Goiás	10,4
43º	SP	Francisco Morato	10,1
44º	MA	Timon	9,8
45º	PA	Marituba	9,3
46º	AP	Santana	9,3
47º	RJ	Nova Iguaçu	9,2
48º	RJ	Queimados	8,9
49º	RJ	Japeri	8,8
50º	MG	Nova Serrana	7,9
51º	CE	Crato	7,6
52º	PE	Igarassu	7,2
53º	PE	Santa Cruz do Capibaribe	7,0
54º	PE	Carpina	7,0
55º	GO	Planaltina	6,5
56º	PE	Gravatá	6,4
57º	PE	Araripina	6,3
58º	MG	Ubá	5,9
59º	PA	São Félix do Xingu	5,7

Posição	UF	Município	Alunos matr. em outros mun.
			em %
60º	SE	Lagarto	5,4
61º	MG	Conselheiro Lafaiete	5,3
62º	BA	Guanambi	4,8
63º	BA	Itabuna	4,6
64º	BA	Porto Seguro	4,5
65º	BA	Serrinha	4,5
66º	MG	Passos	4,5
67º	BA	Senhor do Bonfim	4,4
68º	BA	Ilhéus	4,2
69º	MG	Caratinga	4,1
70º	SE	Itabaiana	4,1
71º	CE	Maranguape	4,0
72º	BA	Santo Antônio de Jesus	3,9
73º	PE	Vitória de Santo Antão	3,8
74º	GO	Formosa	3,7
75º	MT	Cáceres	3,7
76º	PA	Castanhal	3,6
77º	CE	Juazeiro do Norte	3,6
78º	PE	Garanhuns	3,2
79º	AM	Manacapuru	3,1
80º	BA	Valença	3,1
81º	CE	Iguatu	3,0
82º	CE	Quixadá	3,0
83º	PE	Petrolina	3,0
84º	PB	Patos	3,0
85º	MA	Bacabal	3,0
86º	MA	Codó	2,7
87º	BA	Alagoinhas	2,7
88º	BA	Feira de Santana	2,6
89º	PA	Abaetetuba	2,5
90º	PE	Serra Talhada	2,5
91º	MA	Santa Inês	2,5
92º	AC	Cruzeiro do Sul	2,4
93º	CE	Itapipoca	2,4
94º	PA	Cametá	2,4
95º	PE	Caruaru	2,3
96º	BA	Salvador	2,1
97º	PA	Itaituba	2,1
98º	PA	Breves	2,0
99º	PA	Bragança	2,0
100º	BA	Vitória da Conquista	1,9
101º	RO	Ji-Paraná	1,9
102º	PI	Parnaíba	1,9
103º	AP	Macapá	1,9
104º	RS	Uruguaiana	1,8
105º	AM	Itacoatiara	1,7
106º	PR	Guarapuava	1,5
107º	MG	Teófilo Otoni	1,4
108º	BA	Teixeira de Freitas	1,3
109º	MA	Barra do Corda	1,3
110º	MA	Pinheiro	1,2
111º	TO	Araguaína	1,1
112º	PA	Tailândia	0,9
113º	AM	Parintins	0,9
114º	PA	Santarém	0,8
g100			8,9
Acima de 80 mil hab.¹, sem g100			5,8
Total dos municípios			7,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹Não inclui Brasília.

MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO VIVE EM 294 ARRANJOS FORMADOS POR CONTIGUIDADE URBANA E POR **DESLOCAMENTOS PARA TRABALHO E ESTUDO**

Mais da metade da população no Brasil (55,9%) residia, em 2010, em municípios que formavam os arranjos populacionais, ou seja, agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, devido aos movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo ou à contiguidade entre manchas urbanas. Isso representava 106,8 milhões de pessoas em 294 arranjos, formados por 938 municípios. Cerca de 7,4 milhões de pessoas se deslocavam entre os municípios do próprio arranjo a que pertenciam para trabalhar e/ou estudar. Levando-se em conta os 27 arranjos fronteiriços, ou seja, formados também por unidades político-administrativas em outros países, o número de residentes totalizava 107,7 milhões.

É o que revela o estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil”, que, além de possibilitar um maior conhecimento da realidade urbana brasileira, fornece subsídios adicionais para a elaboração de políticas públicas, estimulando a parceria entre os municípios envolvidos. É possível acessar a íntegra do estudo pelo link

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/arranjos_populacionais/default.shtm.

A região Sudeste tem o maior número de arranjos (112), que englobam 72,0% da população da região (57,8 milhões) e o Norte com o menor número (17), envolvendo 23,5% da população local (3,7 milhões). Manaus (AM), Campo Grande (MS) e Palmas (TO) são as únicas capitais estaduais que não formam arranjos populacionais.

Os arranjos com mais de 750 mil habitantes e os municípios isolados (que não formam arranjos) de mesma faixa populacional são considerados grandes concentrações urbanas. As cinco maiores em 2010 eram “São Paulo/SP” (19,6 milhões de habitantes), “Rio de Janeiro/RJ” (11,9 milhões), “Belo Horizonte/MG” (4,7 milhões), “Recife/PE” (3,7 milhões) e “Porto Alegre/RS” (3,6 milhões).

As concentrações urbanas se caracterizam por forte deslocamento para trabalho e estudo entre seus municípios. Nas duas maiores, os deslocamentos envolvem mais de 1 milhão de pessoas. É o caso de “São Paulo/SP”, com 1.752.655 pessoas se deslocando entre seus municípios, e do “Rio de Janeiro/RJ”, com 1.073.831. Os maiores fluxos ocorriam entre os municípios de Guarulhos (SP) e São Paulo (SP), Niterói (RJ) e São Gonçalo (RJ), Duque de Caxias (RJ) e Rio de Janeiro (RJ) e entre Osasco (SP) e a capital paulista.

Em relação ao arranjo populacional de “São Paulo/SP”, observou-se, ainda, uma articulação intensa com os arranjos de “Campinas/SP”, “Jundiaí/SP”, “Sorocaba/SP”, “Baixada Santista/SP” e “São José dos Campos/SP”, entre outros. Juntos, estes arranjos formam o que se qualifica como Cidade-Região, que, nesse caso, engloba 89 municípios e 11 arranjos populacionais, somando 27,4 milhões de habitantes.

Apesar de separados por aproximadamente 430 quilômetros de distância, o eixo Rio de Janeiro – São Paulo apresenta um movimento de 13,4 mil pessoas entre seus arranjos, 57,7% delas se deslocando somente em função do trabalho e 40,5% somente devido ao estudo. Da mesma forma, a ligação entre os arranjos de “Goiânia/GO” e “Brasília/DF” promovia um fluxo de 8,8 mil pessoas.

As médias concentrações urbanas são municípios isolados e arranjos populacionais acima de 100 mil a 750 mil habitantes. Juntas, totalizavam 35,5 milhões de residentes, o que equivalia a 18,6% da população brasileira. Assim como as grandes concentrações urbanas, possuem a urbanização como principal processo indutor da integração entre os municípios componentes, em particular com relação ao núcleo.

Além disso, têm médio tamanho populacional e podem ter manchas de urbanização únicas que resultam da expansão de uma ou mais cidades. Em 2010, as médias concentrações urbanas reuniam 77 municípios isolados e 81 arranjos populacionais, totalizando 368 municípios.

Dos arranjos populacionais, 187 (63,6%) tinham até 100 mil habitantes e são considerados de baixa concentração de população. Eles reúnem 8,4 milhões de habitantes (no Brasil e no exterior) e 387 municípios brasileiros, o que corresponde a 7,8% e 41,3% dos totais registrados nos arranjos populacionais, respectivamente. Existe uma forte presença desses pequenos arranjos no entorno de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e João Pessoa (especialmente na direção de Natal), e 75,9% deles são formados por apenas dois municípios.



EDUCAÇÃO

MENOR DESPESA POR ALUNO E PIORES INDICADORES DE QUALIDADE CARACTERIZAM A EDUCAÇÃO NO g100



FOTO: EDUARDO ZAPPALÁ / PULSAR IMAGENS

Apesar de um aumento mais forte no gasto municipal por aluno nos últimos 11 anos, o **g100** continua longe dos valores médios praticados no país e seus indicadores de cobertura, fluxo e notas no Ideb são piores que os dos demais municípios.

A recente mudança de mandato no Governo Federal foi marcada pela assunção do lema “Brasil, pátria educadora”, que explicita a visão que se tornou consenso: a de que não será possível à nossa sociedade avançar no desenvolvimento da cidadania a não ser pelo caminho da ampliação das oportunidades para a educação da população em geral, aumentando a escolarização e tornando-a mais eficiente e eficaz. Apenas a educação tem o efeito transformador de longo prazo que o país necessita, uma vez que os desafios de um mundo cada vez mais competitivo não apenas definem a necessidade de se manter um nível de produtividade

APENAS 10,5% DOS MUNICÍPIOS DO g100 OBTIVERAM NOTAS ACIMA DE 5,5 NO IDEB - ANOS INICIAIS, EM 2013



COM 6.704 ALUNOS NA REDE MUNICIPAL, SÃO CRISTÓVÃO-SE OBTVEU APENAS 3,2 NO IDEB DE 2013. SUA DESPESA POR ALUNO FOI DE R\$ 4.694,93

alto o suficiente para que a atividade econômica gere os recursos materiais desejados para um padrão de consumo adequado, mas, também, fundamentalmente, evidenciam a importância da ampliação da consciência cidadã e da capacidade dos indivíduos de se colocarem diante das escolhas exigidas por um ambiente social cada vez mais complexo, com o aumento exponencial do acesso à informação.

Assim, o enfrentamento do déficit em termos de quantidade e de qualidade da escolarização se apresenta como uma condição para que os municípios do **g100** possam, ao menos, se aproximar cada vez mais dos padrões médios nacionais e, em especial, do que se verifica nas demais cidades de grande porte populacional.

No entanto, o que se vê ainda é uma situação extremamente preocupante nesse aspecto, como demonstram os dados.

Vale destacar, inicialmente, que o Censo Demográfico de 2010 revelou que nos municípios com mais de 80 mil habitantes, exceto os do **g100**, 5,8% dos moradores deslocam-se para outros municípios para estudar. Já nos municípios do **g100**, essa parcela da população que faz a chamada migração pendular para estudar chega a 8,9%, provavelmente por não encontrarem condições adequadas de oferta de ensino onde moram. Com isso,

eles pressionam a demanda e influem nos resultados da educação em outros municípios e, assim, os dados estatísticos relativos aos seus locais de residência, apresentados a seguir, nem mesmo os consideram.

A partir dos resultados do Censo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras instituições calcularam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que, especificamente com o componente que mede a dimensão educação, dá uma primeira sinalização da situação dos municípios do **g100** nesse quesito.

A média desse índice, que procura sintetizar a escolaridade da população adulta¹ e a condição de fluxo escolar da população jovem², foi de 0,6 para os municípios do **g100** e de 0,687 para o conjunto dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes. Considerando que o indicador varia de 0 a 1, sendo diretamente proporcional à condição de excelência em educação, esses 0,087 pontos de diferença entre os dois grupos apontam discretamente para uma separação entre eles.

Porém, é óbvio que essa medida sintética, até mesmo por seu caráter homogeneizador e simplificador da realidade, não é suficiente para a caracterização necessária.

Nesse sentido, para ajudar a quantificar a demanda

¹ A escolaridade da população adulta é medida através do percentual da população de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo.

² A condição de fluxo escolar da população jovem é medida por meio dos percentuais de crianças de 5 a 6 anos na escola, das de 11 a 13 anos cursando os anos finais do ensino fundamental, dos jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e da população de 18 a 20 anos com ensino médio completo. ➔

diferenciada por investimentos em educação, é possível verificar, também a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2010, que no **g100** era de 25,4% a parcela da população com menos de 15 anos de idade, enquanto nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes essa proporção era de 21,9% e no total do país era de 24,1%.

Essa maior presença relativa de jovens na população dos municípios do **g100** contribuirá para manter nos próximos anos uma tendência de taxas de natalidade mais elevadas, o que consolida um provável padrão de pressão sobre a demanda por vagas escolares mais forte do que o verificado em regiões economicamente mais desenvolvidas, em que o perfil demográfico vem se alterando rapidamente, com a ampliação da participação relativa das faixas etárias mais altas na população e, consequentemente, a inversão de prioridades na expansão da oferta de serviços públicos de atendimento aos idosos, em relação àqueles destinados a crianças.

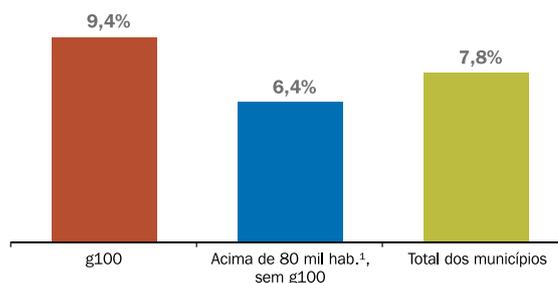
DESPESA POR ALUNO

De fato, as projeções populacionais calculadas pelo IBGE apontam uma taxa média de crescimento anual da população no período 1970-2014 de 2,6% no **g100**, enquanto os demais municípios populosos cresceram 2,2% ao ano. Com isso, a população nesse último grupo

aumentou 163,6% no período, enquanto a do **g100** mais do que triplicou, com crescimento de 204,8%.

Percebe-se, porém, que o aumento do contingente populacional de crianças não tem mostrado paralelo direto na quantidade de matrículas nas redes municipais de ensino, o que vem possibilitando avanços importantes no que se refere à disponibilidade de recursos dos orçamentos municipais por aluno. Enquanto o total de matrículas em escolas municipais cresceu a uma média de 0,3% ao ano no **g100** e de 0,2% nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, os gastos em educação por aluno cresceram a uma média anual de 9,4% no **g100** e de 6,4% nos demais municípios mais

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO GASTO COM EDUCAÇÃO POR ALUNO - 2002-2013

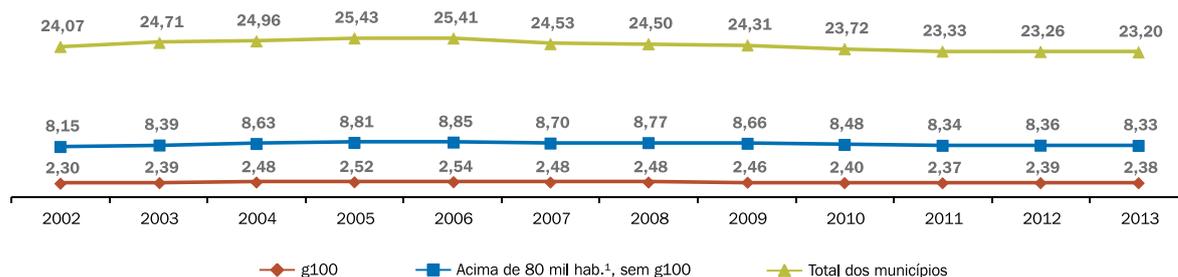


¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

em milhões



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

populosos do país, no período 2002-2013.

Infelizmente, o que se constata, porém, é que esse ritmo de crescimento do gasto por aluno no **g100** ainda é insuficiente para aproximar esse indicador do que se verifica no outro grupo de municípios, uma vez que os valores médios nos dois conjuntos, em 2013, foram de R\$ 4.197,13 e R\$ 6.855,25, respectivamente. Projetando-se as mesmas taxas de crescimento dos últimos 11 anos para o futuro chega-se ao desanimador resultado de que apenas em 2031 os valores se igualariam.

Nesse contexto, além da necessária busca de saídas alternativas para acelerar o ritmo de aumento dos investimentos públicos em educação, como o que se aventa com a perspectiva de receitas advindas da

exploração do petróleo do Pré-sal, faz-se urgente obter todos os possíveis ganhos de eficiência dos recursos envolvidos no sistema educacional. E isso é reforçado quando se tem a dimensão do desafio da adequação da oferta de educação, que envolve aspectos quantitativos e de qualidade, já que não será apenas com mais infraestrutura física que se poderá melhorar os índices de evasão escolar, de distorção idade-série e, sobretudo, de resultados nas avaliações, como a Prova Brasil.

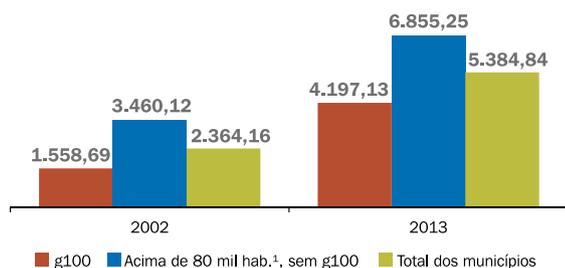
EVASÃO ESCOLAR E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A evasão escolar tem mostrado uma tendência histórica de queda acentuada, devido a programas sociais de incentivo à permanência das crianças na escola e ações como a implantação de sistemas de ciclos e de progressão continuada que reduzem as possibilidades de reprovação e, portanto, da exclusão compulsória de alunos com baixo rendimento escolar. Além disso, a atuação dos conselhos tutelares e das varas da infância e da juventude dos Ministérios Públicos tem se mostrado importante na exigência do cumprimento do preceito legal da obrigatoriedade de que os pais garantam a frequência das crianças à escola.

Mesmo assim, no **g100**, o índice de evasão escolar no ensino fundamental se diferencia das demais loca-

GASTO COM EDUCAÇÃO **POR ALUNO**

em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2014



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

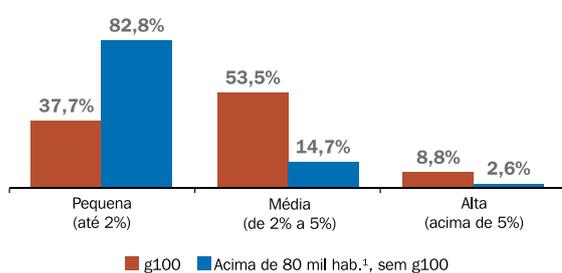
FOTO: RUBENS CHAVES / PULSAR IMAGENS



CONSELHEIRO LAFAIETE-MG ALCANÇOU A MAIOR NOTA NO IDEB - ANOS INICIAIS, DENTRE O g100, COM 6,7. SUA DESPESA POR ALUNO FOI DE R\$ 4.273,11, EM 2013

lidades, pois em 8,8% dos municípios pertencentes ao grupo essa taxa supera o limite de 5%, sendo que nos outros municípios de grande porte populacional essa parcela é de 2,6%. Em contraposição, em 37,7% dos municípios do **g100** a taxa ficou abaixo de 2%, que é o limite alcançado por 82,8% dos municípios com mais de 80 mil habitantes.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR NÍVEL DE EVASÃO ESCOLAR EM TODAS AS REDES DE ENSINO - 2013

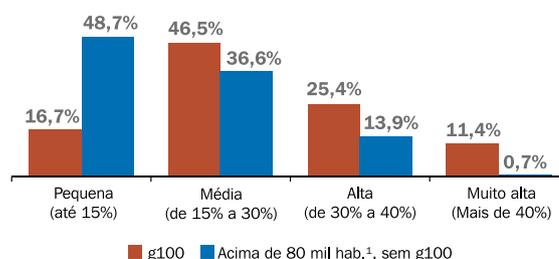


¹Não inclui Brasília.
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Altos índices de evasão escolar evidenciam o fracasso do sistema educacional, pois, mesmo em uma perspectiva otimista, alunos que abandonam os estudos em um determinado ano terão que voltar aos bancos escolares no futuro para recuperar, embora tardiamente, a chance de aumentar sua escolaridade. São esses alunos que, somados aos que foram reprovados mais de uma vez e àqueles que não iniciaram seus estudos na idade preconizada, aumentam as taxas de distorção idade-série, sinalizando mais um dos problemas de eficiência da educação.

Em 11,4% dos municípios do **g100** esse indicador de defasagem entre a idade do aluno e a série cursada ultrapassa 40% no ensino fundamental, enquanto o mesmo ocorre em 0,7% dos demais municípios populosos. Nesse mesmo grupo, 48,7% dos municípios conseguiram manter a taxa de distorção idade-série no patamar mais baixo (menor ou igual a 15%), resultado obtido por apenas 16,7% do **g100**.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE DISTORÇÃO ENTRE A IDADE DO ALUNO E A SÉRIE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL - 2013



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Como não poderia deixar de ser, acompanhando esses indicadores ruins de oferta e de fluxo da educação, as medidas de qualidade do ensino no **g100** mostram uma realidade problemática.

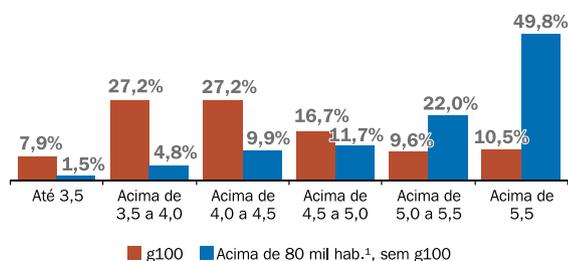
IDEB NO g100

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal sinalizador de resultados da educação, é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a partir dos dados de fluxo escolar e das notas obtidas pelos alunos na Prova Brasil, que mede de forma padronizada, em todas as escolas do país, o quanto os alunos dominam os conteúdos preconizados para a etapa de ensino que estão concluindo.

Os resultados desse índice referente aos anos iniciais do ensino fundamental, para o ano de 2013, mostram que, entre os municípios do **g100**, apenas 10,5% ultrapassaram o valor de 5,5, enquanto 49,8% dos demais municípios mais populosos ficaram nesse patamar. Na parte de baixo da escala, com valor de até 4,0, ficaram 35,1% dos municípios do **g100** e apenas 6,2% do outro grupo.

Para os anos finais do ensino fundamental, os dados são ainda piores. Nenhum município do **g100**

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO AS NOTAS NO IDEB DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2013

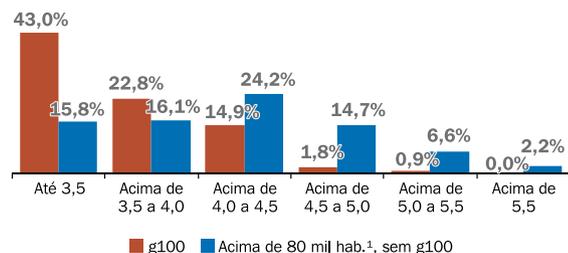


¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

alcançou a nota de 5,5 e apenas 2,7% deles ultrapassaram o valor de 4,5, enquanto quase um quarto (23,5%) dos outros municípios com mais de 80 mil habitantes ficaram acima desse nível. A parcela de municípios do g100 na pior condição, definida por notas de até 3,5, chegou a estarrecedores 43%. Embora seja comum os resultados dos indicadores de qualidade da educação serem piores para as séries mais altas, essa

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO AS NOTAS NO IDEB DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2013



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



situação verificada no g100 demonstra uma condição de desacerto gravíssimo das políticas educacionais.

O Ideb é calculado para todos os elementos do sistema educacional (escolas, redes, municípios, unidades da federação e país), em cada etapa de ensino³, de dois em dois anos. Para cada um dos entes citados, foram definidas metas a serem alcançadas a cada ano, até 2021, quando o indicador do país deverá chegar ao valor de 6,0, correspondente ao nível educacional de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As metas são calculadas de forma que os entes que estão em níveis mais baixos possam ir progredindo de forma mais lenta no início, considerando suas dificuldades.

Os resultados do Ideb 2013 para os anos iniciais do ensino fundamental, que mostram que 30,4% dos municípios com mais de 80 mil habitantes não alcançaram suas metas, são alarmantes. Esses mesmos dados referentes ao g100, em que 40,4% dos municípios ficaram abaixo dos valores planejados, são ainda mais dramáticos.

O desafio que o Brasil tem à frente, de se tornar uma pátria realmente educadora, é imenso e não se concretizará sem soluções específicas para o g100. Sendo assim, exigirá soluções criativas e o envolvimento não apenas das gestões municipais, mas de todas as esferas governamentais e, mais que isso, de esforços coordenados de toda a sociedade.

CARIACICA-ES APRESENTOU NOTA 4,9 NO IDEB NAS SÉRIES INICIAIS E DESPENDEU R\$ 4.255,80 POR ALUNO, EM 2013

³ O Ideb é calculado para as séries iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), séries finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e para o ensino médio, sendo que, para essa última etapa, refere-se apenas às Unidades da Federação e ao país.

A SAÚDE E A INIQUIDADE NO FINANCIAMENTO INTRAFEDERATIVO

Apesar da menor participação dos municípios no total das receitas públicas disponíveis, são eles, sobretudo os do **g100**, que mais vêm ampliando os gastos em saúde.

A municipalização da saúde é, em grande parte, responsável pela ampliação do acesso da população aos serviços de saúde ao longo dos 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). A responsabilização dos municípios na efetivação da Atenção Básica (AB) por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), do Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), entre outros,

possibilitou melhoras consideráveis na qualidade de vida da população e capacitou um grande contingente de profissionais de atuação municipal.

Contudo, se por um lado a ampliação do acesso da população ao sistema nacional de saúde vai ao encontro dos anseios sociais, por outro também gera mais expectativas na obtenção de ações e serviços de

A DESPESA COM SAÚDE POR HABITANTE NO **g100** AINDA É A METADE DO VALOR GASTO PELOS DEMAIS MUNICÍPIOS POPULOSOS



FOTO: ALEXANDRE TONTAKA / PULSAR IMAGENS

saúde na média e alta complexidade, que tendem a ser disponibilizados com tecnologias de maior custo. Os orçamentos municipais, assim como os estaduais e o federal, passam a ser pressionados por gastos crescentes em saúde.

Uma vez que o usuário ingresse no sistema de saúde, cabe aos gestores municipais garantirem, em parceria com os demais entes federados, a integralidade do atendimento aos seus munícipes. Para a grande maioria dos municípios brasileiros, entre eles os que figuram no **g100**, é necessário articular-se regionalmente nas Redes de Atenção à Saúde (RAS), ainda em processo incipiente de organização, para propiciar o adequado atendimento a sua população.

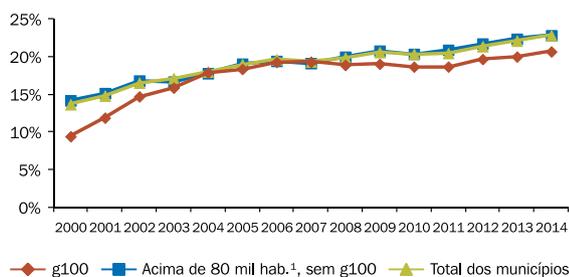
Tanto o financiamento das ações e serviços de saúde como o da estruturação da gestão, com capacitação adequada de pessoal e de infraestrutura para o planejamento e inserção municipal no processo de regionalização do sistema, vêm exigindo esforços dos municípios que estão se refletindo na ampliação da participação municipal nos gastos totais em saúde. Segundo os dados do Ministério da Saúde¹, os municípios, que participavam com 21,2% das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) em 2000, passam a contribuir com 28,3% em 2010. O ente que mais perde participação ao longo do período é a União, que passa de um patamar de 58,5% para 44,8%. Os estados também apresentam uma ampliação relevante de participação nas despesas, de 20,3% para 26,9%, no período.

Ainda que a ampliação da participação dos municípios nos gastos de saúde demonstre forte avanço do comprometimento dos governos locais com a saúde da sua população, deve-se ressaltar a desigualdade da distribuição desses gastos quando se considera a divisão da receita disponível entre as três esferas de governo. Enquanto a União fica com cerca de 57,4% da receita disponível, o Estado fica com 24,2%, restando ao município apenas 18,4%².

É nesse contexto que os municípios vêm despen-

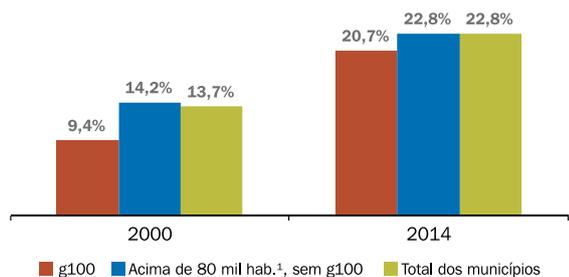
dendo muito mais do que os 15% mínimos necessários de suas receitas anuais com gastos em saúde, conforme estipulado pela Emenda Constitucional nº 29 (EC 29). A ampliação dos gastos em saúde com recursos próprios na esfera municipal é verificada desde a implementação da EC 29, em 2000. Nota-se que, se em 2000 os municípios aplicavam 13,7% das suas receitas em gastos de saúde, em 2014 essa participação passa a 22,8%. O esforço é ainda maior no **g100**, que vai de um patamar de 9,4% no início do período e chega a 20,7% no final.

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA DESPESA EM SAÚDE COM RECURSOS PRÓPRIOS NAS RECEITAS MUNICIPAIS - EC 29



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), do Ministério da Saúde.

PARTICIPAÇÃO DA DESPESA EM SAÚDE COM RECURSOS PRÓPRIOS NAS RECEITAS MUNICIPAIS - EC 29



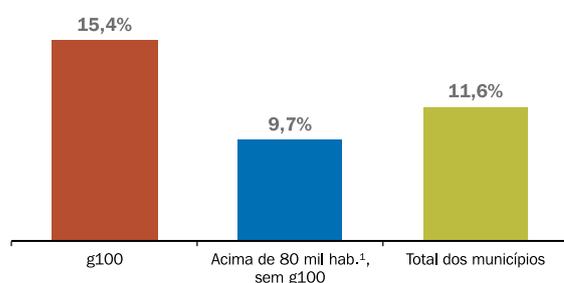
¹Não inclui Brasília.
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), do Ministério da Saúde.

¹ Informações retiradas de <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2013/outubro/02/despesa-total-saude-021013.pdf> em 2 de março de 2015.

² De acordo com estudo apresentado no anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil – ano 10 – edição de 2014, editado pela Frente Nacional de Prefeitos.

Verifica-se também maior esforço do **g100** na obtenção de recursos federais para a saúde. A evolução das transferências do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal no período 2002-2013 demonstra que vem diminuindo a diferença média per capita dos valores auferidos pelo **g100**. Enquanto a taxa média de crescimento anual das transferências para o SUS per capita foi de 15,4% nesse grupo de município, nos demais, com população acima de 80 mil habitantes, a taxa foi de 9,7%. Ainda assim, o valor per capita da transferência para o primeiro é 76% do valor do segundo.

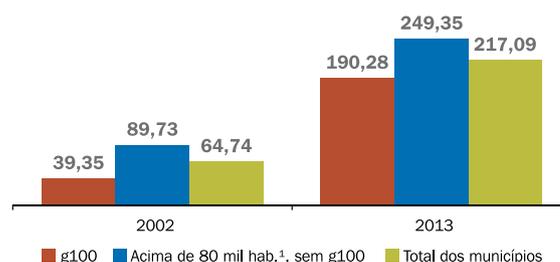
TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS TRANSFERÊNCIAS PARA O SUS PER CAPITA - 2002-2013



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Não podemos esquecer, contudo, que a transferência de recursos da União para os municípios decorre, em grande parte, da adesão do gestor municipal às políticas elaboradas pelo Governo Federal. Políticas formuladas de forma centralizada não estimulam o planejamento

TRANSFERÊNCIAS PARA O SUS PER CAPITA em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2014



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

local que deveria se estruturar primeiramente no reconhecimento das necessidades de saúde municipais e regionais. Esse é um aspecto relevante quando se refere aos municípios do **g100**, haja vista a maior dependência desse grupo dos recursos transferidos pela União para o custeio do SUS. Em 2013, 54,5% das despesas com saúde no **g100** eram custeadas pela transferência ante 37,2% nos demais municípios.

Ainda que as determinações do gestor federal na natureza do gasto realizado pelo município tenham sido atenuadas com a criação dos seis blocos de financiamento pelo Pacto pela Saúde, acordados pelos três entes federativos a partir de 2006, é muito importante avançar no processo de repasse de recursos em função do planejamento local e não na adesão às políticas impostas pelo Governo Federal.

Apesar do **g100** apresentar maior crescimento

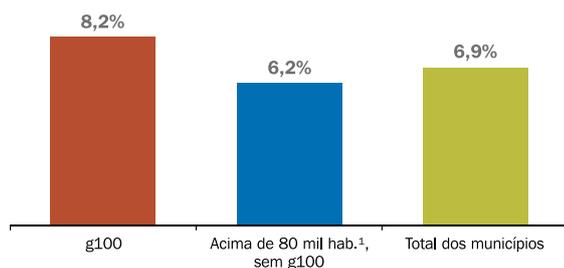
PARTICIPAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL COM SAÚDE NA RECEITA CORRENTE E DOS RECURSOS TRANSFERIDOS PARA O SUS NO TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE DOS MUNICÍPIOS - 2013

Grupos de municípios	Despesa saúde ² / Receita corrente	Transferência SUS ³ / Despesa saúde
g100	26,9%	54,5%
Acima de 80 mil habitantes ¹ , sem g100	26,1%	37,2%
Total dos municípios	25,8%	38,5%

¹Não inclui Brasília. ²Despesa municipal com a função saúde. ³Transferências correntes do Governo Federal para o custeio do SUS dos municípios.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

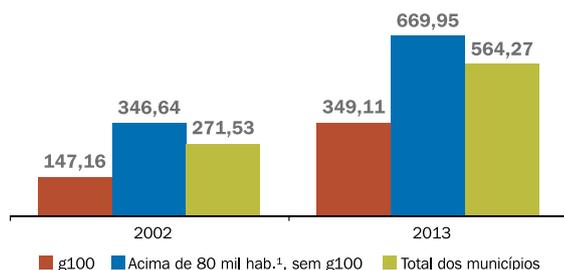
relativo dos gastos per capita com saúde no período 2002-2013, com taxa média anual de crescimento de 8,2%, frente à de 6,2% do grupo dos demais municípios com o mesmo porte populacional, ainda se verifica acentuada diferença entre os valores gastos com saúde per capita desses dois grupos. Enquanto o **g100** despendia em média R\$ 349,11 per capita com saúde em 2013, o conjunto de municípios de mesmo porte populacional despendia R\$ 669,95.

TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO GASTO COM SAÚDE PER CAPITA - 2002-2013



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

GASTO COM SAÚDE PER CAPITA em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2014



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Mesmo considerando que o comportamento de grande parte dos indicadores de mortalidade não revela exclusivamente as condições e a qualidade da assistência

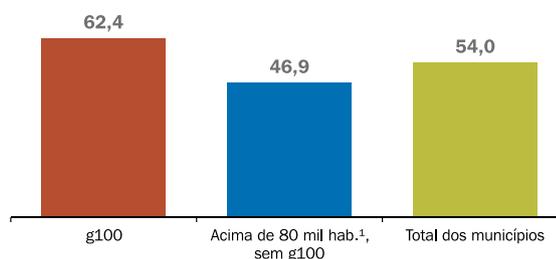
FOTO: RICARDO AZOURY / PULSAR IMAGENS



TEÓFILO OTONI-MG REGISTROU A MAIOR DESPESA COM SAÚDE POR HABITANTE NO **g100**, EM 2013, COM R\$ 695,34

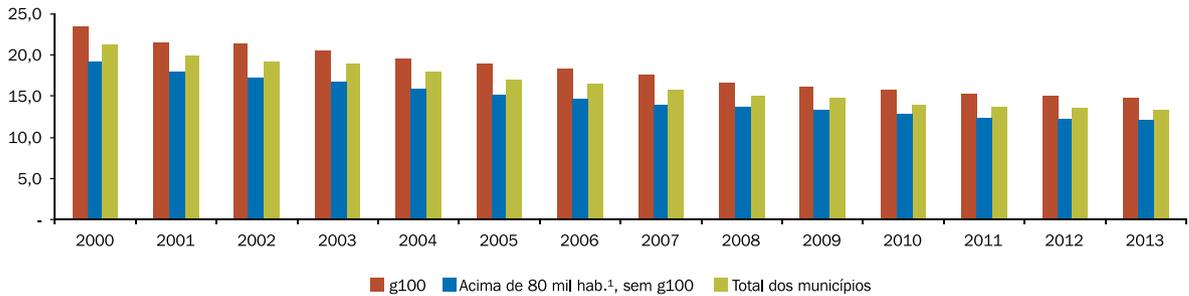
à saúde, sendo resultado de determinantes sociais mais amplos, vale ressaltar que o **g100** apresenta as piores taxas de mortalidade infantil e materna, principalmente quando comparadas com as dos municípios de mesmo porte populacional. Tais indicadores sinalizam os maiores desafios dos municípios que compõem o **g100** no enfrentamento dos seus problemas de saúde.

MORTALIDADE MATERNA TOTAL A CADA CEM MIL NASCIDOS VIVOS - 2013



¹Não inclui Brasília.
Fonte: Departamento de Informática do SUS (DataSUS), do Ministério da Saúde.

MORTALIDADE INFANTIL A CADA MIL **NASCIDOS VIVOS**



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DataSUS), do Ministério da Saúde.

Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de 2014, cerca de 50 milhões de brasileiros contavam com algum plano privado de assistência à saúde, o que equivale a cerca de 25% da população. Nos municípios com mais de 80 mil habitantes, exceto os do **g100**, a proporção chega a 39,6%,

ao passo que no **g100** apenas 18% da população dispõe de planos de saúde suplementar.

Os desafios que se colocam à gestão municipal – estruturação da rede assistencial, inserção na gestão regional, capacitação para operar os instrumentos normativos e jurídicos – para o adequado enfrentamento

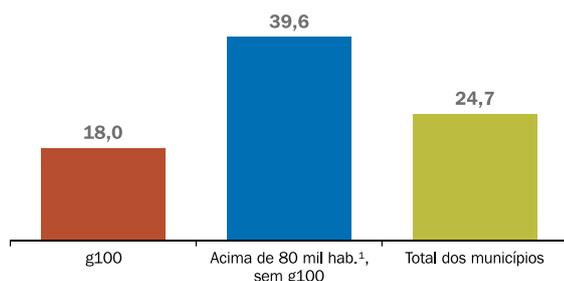
ILHÉUS-BA
REGISTROU A
TRISTE MARCA
DE 23,5 ÓBITOS
PARA CADA MIL
NASCIDOS VIVOS,
A MAIS ALTA TAXA
DE MORTALIDADE
INFANTIL DO g100,
EM 2013



FOTO: PALE ZUPPANI / PULSAR IMAGENS



PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELA REDE DE SAÚDE SUPLEMENTAR - 2014



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

dos problemas de saúde da sua população são muitos e complexos, sobretudo no contexto social e econômico que conforma o **g100**. Cabe aos governos estaduais e federal o reconhecimento de tais especificidades municipais para a construção conjunta de soluções que atendam a população.

MUNICÍPIOS DO g100 SÃO PRIORITÁRIOS NO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Um dos principais objetivos do Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal em 2013, é levar médicos para atuar nas unidades de atenção básica de periferias de grandes cidades e municípios do interior do país, em lugares onde os gestores municipais têm

maior dificuldade em disponibilizar profissionais para o atendimento da população. Municípios com alta vulnerabilidade socioeconômica, pertencentes às regiões metropolitanas e ao **g100**, são prioritários no programa.

Considerando os 114 municípios que compõem o **g100**, 85 são atendidos pelo programa, com 688 vagas autorizadas e 647 preenchidas. Alguns figuram entre aqueles com maior oferta de vagas autorizadas – em grande parte já preenchidas –, como Salvador (82), Nova Iguaçu (46), Aparecida de Goiânia (27), São João de Meriti (25), Ananindeua (22) e Caucaia (21), todos situados em grandes regiões metropolitanas.

Comparando o **g100** com os demais municípios populosos observa-se uma maior adesão ao programa no primeiro grupo. Daqueles municípios que estavam em situação de adesão ao Mais Médicos no **g100**, 90% aderiram. No grupo dos municípios populosos, que não pertencem ao **g100**, isso ocorreu com 88% das cidades. Apesar disso, esse último grupo apresentou maior participação de vagas preenchidas em relação às autorizadas, evidenciando a maior dificuldade do **g100** em atrair profissionais médicos para atuar nas suas unidades de atenção básica, provavelmente em decorrência da sua realidade socioeconômica.

OS MUNICÍPIOS DO g100 POSSUEM TAXA DE VIOLÊNCIA LETAL 30% SUPERIOR À DOS DEMAIS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES

MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE ADESÃO, ADERIDOS, VAGAS AUTORIZADAS E PREENCHIDAS NO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

MARÇO DE 2015

Grupos de municípios	Situação de Adesão	Aderidos	Participação dos aderidos	Vagas Autorizadas	Vagas Preenchidas	Participação de vagas preenchidas
g100	94	85	90%	688	647	94%
Acima de 80 mil hab. ¹ , sem g100	181	160	88%	1233	1182	96%
Total dos municípios	1500	1294	86%	4111	3813	93%

¹Não inclui Brasília. Fonte: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde.

SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO

É mais do que urgente reconhecer que a segurança pública é elemento fundamental para o processo de desenvolvimento e que indicadores de violência letal, como os que o Brasil ostenta atualmente, representam sérios obstáculos ao crescimento econômico e à garantia de direitos dos cidadãos brasileiros.

A violência urbana persiste como um dos mais graves problemas sociais no Brasil e representa a segunda maior preocupação dos brasileiros, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha em meio às últimas eleições. Para se ter uma ideia da magnitude que a violência letal assumiu no país, relatório recente divulgado pela *United Nations Office on Drugs and*

Crime (UNODC) demonstrou que somos os líderes de um triste ranking: concentramos 11% dos homicídios de todo o planeta, embora tenhamos apenas 2,8% da população mundial.

Se podemos afirmar que o Brasil melhorou substancialmente seus indicadores econômicos e sociais nas últimas décadas, não fomos capazes de garantir

OS MUNICÍPIOS
DO g100 POSSUEM
TAXA DE
VIOLÊNCIA LETAL
30% SUPERIOR
À DOS DEMAIS
MUNICÍPIOS COM
MAIS DE 80 MIL
HABITANTES



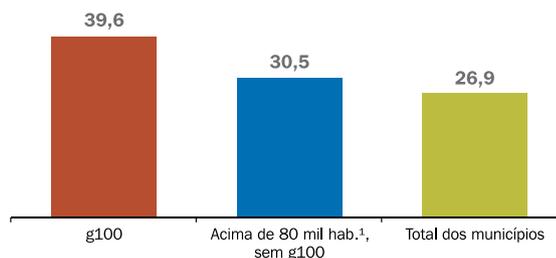
paz, justiça e o direito à vida para milhares de brasileiros. Estima-se, que entre 1996 e 2013, 867 mil pessoas foram assassinadas no país. Contudo, estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada¹ (IPEA) calculou que, de 1996 a 2010, quase 130 mil homicídios no Brasil não entraram nas estatísticas de mortes violentas. Isso significa que o número real de assassinatos no país é de cerca de 60 mil ocorrências anuais.

O gráfico ao lado apresenta a taxa de mortalidade por agressão entre três grupos: municípios do **g100**, municípios que possuem mais de 80 mil habitantes e não compõem o **g100** e a taxa nacional. Verifica-se que, enquanto o Brasil acumula taxa de 26,9 por grupo de 100 mil habitantes, os municípios com mais de 80 mil habitantes sem incluir o **g100** possuem taxa de 30,5 e, por fim, os que compõem o grupo do **g100** detêm a taxa de 39,6. Ou seja, os municípios que compõem o **g100** possuem taxa de violência letal 30% superior aos demais municípios com mais de 80 mil habitantes e 47,2% superior à média nacional. Esse dado é impulsionado pelo indicador de 82 municípios (71,9% dos participantes do **g100**), que possuem taxas de homicídio superiores à média nacional, na evidência do grave quadro de violência endêmica que atinge os municípios que compõem o grupo.

Tal dado revela-se ainda mais grave quando nos atentamos à série histórica do indicador. O gráfico

TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES

2013



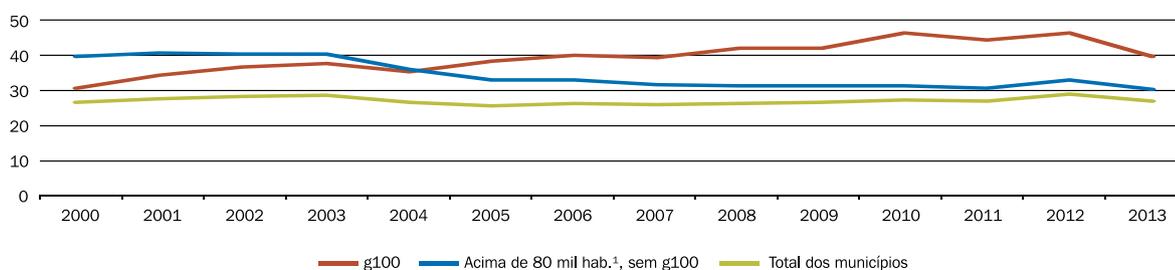
¹Não inclui Brasília.

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM / Datasus).

abaixo apresenta a evolução da taxa de mortes por agressão nacional, para os municípios do **g100** e para os demais municípios populosos, entre os anos de 2000 e 2013. Enquanto observa-se certa estabilidade na curva nacional, com variação de 1,2% e uma queda de 23,6% entre os demais municípios populosos, a taxa entre os municípios do **g100** teve um incremento de 28,6%.

Se os dados demonstram a existência de uma maior vulnerabilidade à violência nos municípios que fazem parte do **g100**, verificamos que as vítimas da violência letal nesses territórios têm um perfil bastante específico, o que pode auxiliar na formulação e no direcionamento de políticas públicas de enfrentamento

EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM / Datasus).

¹ CERQUEIRA, Daniel. Mapa dos homicídios ocultos no Brasil. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. Julho de 2013.

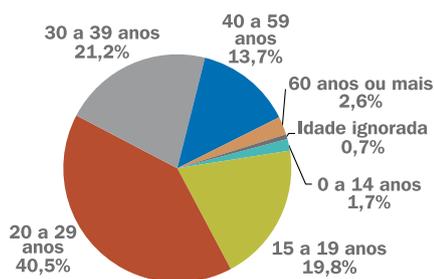


FOTO: DELFIM MARTINS / PULSAR IMAGENS

PORTO SEGURO-BA
REGISTROU
A SEGUNDA
MAIOR TAXA DE
HOMICÍDIOS NO
g100, COM 97,9
OCORRÊNCIAS
POR 100 MIL
HABITANTES,
EM 2013

à violência. Uma informação relevante é, por exemplo, que as vítimas de homicídio são majoritariamente homens (91,4%) e jovens (60,3% possuíam entre 15 e 29 anos quando perderam suas vidas).

DISTRIBUIÇÃO DAS MORTES POR AGRESSÃO NOS MUNICÍPIOS DO g100, POR FAIXA ETÁRIA - 2013

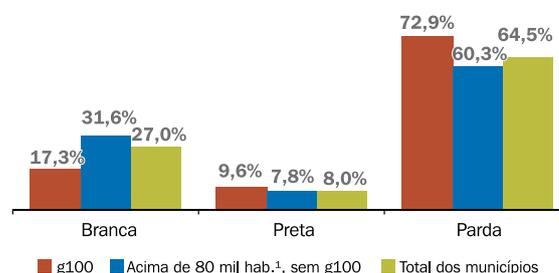


Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM / Datasus).

Cabe destacar que, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 53% das vítimas de assassinato no país em 2013 foram jovens, verificando-se, portanto, uma ligeira sobre-representação de jovens vítimas de homicídio no g100. Essa sobre-representação também é verificada quando comparamos os municípios do g100 com os demais municípios com mais de 80 mil habitantes, como pode ser verificado na tabela abaixo.

Outra especificidade relevante existente nos municípios do g100 é o perfil relacionado à cor/raça das vítimas. Considerando a categoria “negro” como a soma das categorias “pretos” e “pardos”, verifica-se que no g100 os negros representam 82,5% das vítimas de homicídio. Segundo a média nacional, os negros representam 72,9% das vítimas de mortes por agressão, e entre os municípios com mais de 80 mil habitantes,

DISTRIBUIÇÃO DAS MORTES POR AGRESSÃO NOS MUNICÍPIOS DO g100, POR COR/RAÇA - 2013



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM / Datasus).

Nota: As categorias amarelo e indígena não aparecem no gráfico, pois possuem percentual inferior a 1%. A categoria “ignorado” foi excluída da análise.

DISTRIBUIÇÃO DAS MORTES POR AGRESSÃO, POR FAIXA ETÁRIA

2013

Grupo de cidades	0 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 ou mais
g100	1,7	19,8	40,5	21,2	13,8	2,6
Acima de 80 mil hab. ¹ , sem g100	1,8	18,1	38,1	22,3	15,9	3,0
Total dos municípios	1,9	16,7	37,0	22,5	17,2	3,9

¹Não inclui Brasília. Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM / Datasus).

que não fazem parte do **g100**, 60,3%. Reforça-se, portanto, um quadro de violência absolutamente desigual e que atinge segmentos muito específicos da população.

De acordo com o último relatório do Índice de Vulnerabilidade à Violência entre Jovens e Desigualdade Racial, os jovens negros são, em média, 2,5 vezes mais vitimados no Brasil do que os jovens brancos. Porém, a depender do território, essa proporção chega a 13,4 vezes². A exposição de jovens negros à violência, e especialmente à violência letal, atingiu contornos tão agudos que em março de 2015 também serviu de mote para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que tem por objetivo apurar a violência contra jovens negros e pobres³.

Diante do exposto, verificamos que a vulnerabilidade de jovens e negros à violência letal representa atualmente um dos principais desafios às políticas públicas, o que evidencia a necessidade de se investir no fortalecimento das capacidades institucionais dos atores municipais voltados especificamente ao enfrentamento da violência.

Importante lembrar que, além das violações de direitos das vítimas e de seus familiares e do sofrimento gerado, o quadro exposto tem causado sérios prejuízos econômicos. Segundo estudo produzido pelo IPEA, estima-se que os custos sociais da violência no Brasil chegaram a R\$ 258 bilhões em 2013, dos quais R\$ 65 bilhões representam despesas com políticas públicas de segurança e prisionais e R\$ 78 bilhões são gastos com o sistema de saúde, segurança privada e seguros. Desse modo, R\$ 114 bilhões foram gastos com os efeitos mais perversos da violência: vidas perdidas.

Crime é um fenômeno diretamente ligado ao território e que demanda ações dos atores locais para enfrentá-lo por meio da implantação de políticas públicas focalizadas, integração e articulação dos atores do sistema de segurança pública e justiça criminal com os atores municipais e desenvolvimento de ações preventivas. Nesse sentido, é fundamental que os municípios



MUNICÍPIOS POSSUEM ORÇAMENTOS MUITO LIMITADOS PARA MAIS INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

assumam essa agenda como prioritária. É necessário romper com a visão de que segurança pública é um problema exclusivo das polícias ou dos Executivos estaduais e articular as políticas de segurança com os programas sociais.

Em termos orçamentários a participação dos municípios em políticas públicas de segurança ainda é tímida, representando 5,9% do total de gastos nacionais com o tema (FBSP, 2014), o que pode ser, dentre outros motivos, explicado pelas dificuldades que os entes subnacionais possuem de onerar seus limitados orçamentos com gastos específicos para a área. Nesse contexto, o Governo Federal pode assumir papel de destaque, coordenando e induzindo ações por meio de convênios com os municípios.

Diante do exposto, é mais do que urgente reconhecer que a segurança pública é elemento fundamental para o processo de desenvolvimento, e que indicadores de violência letal como os que o Brasil ostenta atualmente representam sérios obstáculos ao crescimento econômico e à garantia de direitos dos cidadãos brasileiros. Nesse contexto, o cenário do **g100** é o pior que se poderia esperar, pois reúne as piores taxas de homicídio do país em municípios com as mais baixas receitas per capita, sugerindo que políticas públicas inovadoras na segurança pública deveriam focalizar as especificidades desse grupo.

² Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3232/indice-vulnerabilidade-juvenil.pdf>

³ Fonte: Câmara dos Deputados - <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/482706-CAMARA-TERA-TRES-NOVAS-CPIS-OUTROS-TRES-PEDIDOS-FORAM-REJEITADOS.html>

O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS



O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem acompanhado nos últimos cinco anos a trajetória dos cem municípios mais populosos e pobres do país, reunidos no **g100**. Desde a concepção do grupo pela Frente Nacional de Prefeitos, o ministério se apresentou como parceiro na identificação e construção de soluções conjuntas por meio de políticas sociais, a partir do diagnóstico de que os municípios mais populosos e com menor arrecadação de tributos per capita também registrariam alta vulnerabilidade social.

Mora nos municípios do **g100** grande parte dos 22 milhões de pessoas que deixaram a extrema pobreza no país e um número expressivo dos beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria, tanto por meio da transferência de renda aos mais pobres como de ações de inclusão produtiva e de acesso a serviços. Isso representa um ganho para todos.

A participação desses municípios foi relevante nos resultados obtidos até aqui pela estratégia de combate à pobreza e isso refletiu a prioridade dada mediante um maior volume de recursos públicos investidos nesses municípios. Levantamento do MDS mostra que os valores repassados por meio da transferência de renda do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada ultrapassaram em quase 60% o total de recursos pagos pelo Fundo de Participação dos Municípios, no caso do **g100**. No Brasil, essas transferências de renda representam, em média, 87% dos recursos repassados pelo fundo aos municípios.

A estratégia de combate à pobreza de que estamos falando conta com uma ferramenta decisiva: o Cadastro Único das Políticas Sociais (CadÚnico), mantido em parceria com as prefeituras municipais. O cadastro permite não apenas a identificação do público beneficiário de programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Tarifa Social de Energia Elétrica, mas o compartilhamento das informações também apoia os governos no mapeamento da oferta de serviços. Esse mapa nos permitiu, por exemplo, ampliar, em parceria com os municípios, a oferta da jornada escolar ampliada do Mais Educação, programa do Ministério da Educação, sobretudo para a população mais pobre.

Dentro da ação Brasil Carinhoso, de combate à pobreza entre mães, crianças e jovens, o MDS tem garantido o repasse adicional de 50% do custo anual por vaga aberta em creches para beneficiários do Bolsa Família. Neste início de 2015, as prefeituras do **g100** têm disponíveis R\$ 42,8 milhões em recursos adicionais para as creches. É dinheiro que está disponível e ainda não foi utilizado.

O Cadastro Único também tem um papel estratégico no esforço de inclusão produtiva dos mais pobres. O público do Cadastro Único é alvo de uma linha especial do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec Brasil Sem Miséria. Neste ano, temos a expectativa de preencher, nos municípios do **g100**, mais de 67 mil vagas nos cursos de qualificação profissional.

Os esforços para melhorar as oportunidades de

inclusão produtiva não se resumem à qualificação profissional, e os resultados são evidentes. Nos cem municípios mais populosos e com menor receita de tributos do país já foi possível registrar, nos últimos quatro anos, 1,2 milhão de operações de crédito produtivo para pessoas inscritas no Cadastro Único; quase 804 mil dessas operações financiaram negócios de beneficiários do Bolsa Família.

Também nesse grupo de municípios, um total de 112,7 mil microempreendedores individuais se formalizaram nos últimos quatro anos entre inscritos do Cadastro Único, número que representa 16% dos microempreendedores individuais do país. Uma parcela significativa também é do Bolsa Família.

O país conta com uma estratégia ampla de combate à pobreza e de inclusão e proteção social. A compreensão das gestões municipais de que as políticas para enfrentar a vulnerabilidade social vão muito além do limite de ações meramente compensatórias ou assistencialistas é fundamental para avançarmos, sobretudo entre os municípios com maior dificuldade de financiamento.

Dentro dessa estratégia, o Estado deve ir atrás dos mais pobres e garantir a prestação de serviços de boa qualidade. Acreditamos que esse caminho só é possível de ser percorrido com parcerias muito sólidas, como a que temos encontrado no diálogo com a Frente Nacional de Prefeitos.

Tereza Campello

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O PMAT EM APARECIDA DE GOIÂNIA

A articulação dos municípios com mais de 80 mil habitantes, as menores receitas per capita e os mais altos índices de vulnerabilidade socioeconômica possibilitou que conquistássemos ao longo dos últimos anos a inclusão destas cidades entre as prioritárias em programas e ações do Governo Federal, como o Brasil sem Miséria, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) e a expansão da Rede de Educação Superior, que contemplou várias destas cidades com universidades ou institutos federais.

Em 2014, conseguimos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) priorizasse os municípios do g100 no momento de avaliar e aprovar o financiamento do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), utilizado para financiar projetos de melhorias de gestão.

O novo modelo de operacionalização do PMAT, que foi criado em 1997 pelo BNDES como instrumento das prefeituras no processo de modernização gerencial e de eficiência fiscal dos municípios, compreende a dotação orçamentária ampliada de R\$ 200 milhões para até R\$ 1 bilhão; a taxa de juros de TJLP (Taxa de Juros ao Longo Prazo) mais 2% ao ano - abaixo da taxa Selic, que está em 12,75%; a ampliação de 8 para 10 anos no prazo total do financiamento e a maior assistência aos municípios na elaboração e tramitação dos projetos.

Por ocasião do anúncio dessas novas medidas do BNDES, apresentamos o projeto do município de Aparecida de Goiânia para obter o financiamento. Antes de se chegar ao projeto, logo no início do nosso segundo mandato à frente da prefeitura, foi realizado um diagnóstico. Partimos da premissa de que a população deseja, além dos serviços públicos básicos – educação, saúde e



infraestrutura urbana –, uma gestão pública eficaz, ágil, desburocratizada e que atenda o cidadão com qualidade. Portanto, em pleno século 21, não podemos e nem devemos admitir processos que estejam ultrapassados.

Efetivamente conseguimos assinar o contrato com o BNDES, no valor de R\$ 40 milhões, no início deste ano e começamos imediatamente a executar o projeto do PMAT em Aparecida de Goiânia, que é a 19ª maior cidade do país em população, com exceção das capitais. Entre as medidas que serão implementadas nos próximos meses, destacam-se: ampliação do Centro Administrativo; reforma de seis prédios públicos; implantação de ambientes corporativos de trabalho; instalação de anel de fibra ótica; modernização da infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI); aquisição de veículos para os setores de arrecadação e fiscalização; capacitação dos servidores públicos; novo plano de cargos e salários e estatuto do servidor; auditoria na folha de pagamento de pessoal; monitoramento da frota da prefeitura; gestão dos bens pela nova contabilidade pública; implantação do ponto biométrico e de vigilância eletrônica dos prédios públicos, entre outras medidas importantes que serão financiadas com esse recurso.

Maguito Vilela

Prefeito de Aparecida de Goiânia-GO e 2º vice-presidente da FNP

A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

Os municípios que compõem o **g100** se caracterizam por terem população acima de 80 mil habitantes, baixa renda por habitante, se localizarem em regiões metropolitanas do país e concentrarem uma vasta população com elevada vulnerabilidade social. Pernambuco lidera, incluindo, nessa relação, 12 cidades.

O crescimento populacional nesses municípios aconteceu de forma desordenada, impulsionado pelo modelo econômico adotado pelos governos centrais nos últimos 60 anos. Modelo que promove a concentração de polos de desenvolvimento e oportunidades de emprego em determinadas áreas do país, o que favoreceu a desigualdade e a concentração de renda, em algumas regiões.

A taxa de crescimento desses municípios supera a média nacional, com crescimento populacional relativamente alto, processo de envelhecimento menos avançado e grande parcela da população constituída por jovens, segundo estudos da Frente Nacional de Prefeitos. Aos municípios coube a posição de espectador desse processo.

A Constituição de 1988 colocou os municípios num novo patamar, tornando-os responsáveis por Políticas Públicas Básicas, em regime de colaboração com a União e os estados. Os municípios assumiram grandes responsabilidades pela educação básica e pela saúde. Atualmente, aplica-se o mínimo de 25%



e 15%, respectivamente, de sua arrecadação, no desenvolvimento dessas políticas, sem que tenha havido mudanças no sistema de distribuição de impostos, centralizados na União.

A forte restrição de financiamento dos gastos em saúde que enfrentam as cidades do **g100**, face as suas demandas, cria grandes obstáculos para se estruturar serviços com condições de qualidade e eficiência, enquanto os baixos níveis de aplicação de recursos na educação pelo **g100** refletem-se nos principais indicadores do sistema escolar, como o ▶

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a taxa de abandono escolar e a distorção idade-série observada nas matrículas escolares.

Os dados do último Ideb revelam que os municípios do **g100** situaram-se em um patamar preocupante no que diz respeito aos índices municipais. Outras políticas, relacionadas a saneamento, habitação, segurança, estradas etc., dependem de recursos conveniados com o Governo Federal.

A falta de infraestrutura urbana nesses municípios de tamanha complexidade social interfere diretamente no alto índice de criminalidade e por isso é necessário repensar a prevenção do crime a partir da lógica local, integrando as ações dos três níveis de governo e associando políticas de repressão e combate direto ao crime às políticas de inclusão, melhorando os níveis de consumo, incorporando as políticas locais e as macropolíticas como produtividade, empregabilidade e sustentabilidade.

Como sair então dessa situação precária em que se encontra a maioria dos municípios? Como valorizar a incorporação de novos valores e enfoques, nos quais as políticas públicas, quanto a sua natureza, seus objetivos e conteúdos, sejam priorizadas? Será que a estratégia econômica que se adota para o desenvolvimento necessariamente contém as políticas sociais que a viabilizam?

Nós, gestores públicos, precisamos, definitivamente, entender que o êxito de uma estratégia de crescimento econômico está condicionado, e fortemente associado, à compreensão de que o fortalecimento do poder local constitui-se em estratégia privilegiada para impulsionar o desenvolvimento, avançar tecnologicamente e melhorar a competitividade, adequando as nossas ações às condições sociais diferenciadas da população.

A coerência do conjunto de ações capazes de transformar a realidade local será assegurada através da articulação entre a administração pública e os diversos atores sociais onde a convergência de interesses garantirá a governabilidade, auxiliará na definição de objetivos que permitirão articular o social,

o político e o econômico, através da implementação de políticas públicas integradas, coerentes e adaptadas à realidade local.

Mas, como os municípios podem realizar tudo isso sem deter as mínimas condições financeiras?

Como bem observa Bernardo Kliksberg, “como financiar o social”? “Haverá sempre uma questão de prioridade na alocação de recursos. A deslegitimação do social, representada pelo mito de sua improdutividade, perturba as prioridades. Por razões éticas elementares, por seu papel como alavanca de desenvolvimento e sua importância para melhorar as desigualdades, o investimento social deve atingir o posto mais alto”.

A coerência do conjunto de ações capazes de transformar a realidade local somente será assegurada por meio da articulação e integração entre a administração pública e os diversos atores sociais [empresas privadas, indústrias, universidades, sindicatos, organizações comunitárias, conselhos representativos] que, conjuntamente, assumem um papel catalisador das forças sociais. Essa articulação efetiva a construção dos liames necessários à reflexão sobre o processo de transformação do contexto econômico e sociocultural e garante sua legitimidade porque foi construída tendo a população como aliada e exercendo o seu protagonismo social.

A convergência de interesses garantirá a governabilidade e auxiliará na definição de objetivos que permitirão articular o social, o político e o econômico, através da implementação de políticas públicas integradas, coerentes e adaptadas à realidade local.

A gestão municipal aparece assim como eixo prioritário da transformação social concretizada através de ações práticas em que a ênfase na participação dos setores organizados e não organizados da sociedade direcionará o foco da ação governamental para a política social, considerada como estruturadora das demais políticas públicas. Dessa forma, através da execução de uma política social articulada e integrada, se combaterão as causas da exclusão social, proporcionando as condições para

o desenvolvimento socioeconômico em condições homogêneas de qualidade e equidade, entendendo-as como princípios básicos para o enfrentamento das desigualdades sociais.

A gestão se tornará parceira da construção de um futuro melhor para a população porque se comprometerá com um projeto social que considera as particularidades dos indivíduos e dos grupos e porque desconstrói a ideia da verticalidade das políticas públicas e amplia a participação da população, estimulando-a a definir as prioridades de ação, a exercer o controle social e a fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

A operacionalização dessas propostas se dará através de uma concreta articulação entre a gestão municipal e os representantes regionais da população que terão como propósito capilarizar as intervenções e estimular a participação democrática, seguindo os princípios propostos por Dawbor:

- ▮ Princípio da proximidade: as decisões devem ser tomadas no nível mais próximo possível da população interessada, com capacidade real de decisão, descentralização dos encargos, atribuição de recursos e flexibilidade de aplicação.
- ▮ Papel mobilizador da administração local: a administração local tem que assumir um papel catalisador das forças sociais em torno dos grandes objetivos de médio e longo prazo da comunidade.
- ▮ Organização dos atores sociais: As administrações locais devem criar foros de elaboração de consensos em torno dos problemas-chave do desenvolvimento, incluindo nesses foros representações das empresas, dos sindicatos, das organizações comunitárias, das organizações não governamentais, das instituições de pesquisa, dos diversos níveis de administração pública presentes

no município, de forma a assegurar que a gestão se torne mais participativa.

Por meio do desenvolvimento de ações permanentes de mobilização social, de escuta e de diálogo entre os cidadãos, a Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes, município integrante da Região Metropolitana do Recife (PE), vem implementando esforços no sentido de garantir o permanente diálogo com a população. Exemplo recente foi a realização da Consulta Popular, ocasião em que os jaboatanenses puderam opinar e indicar suas prioridades sobre dez temas, como transporte, educação, saúde etc. Participaram da Consulta 66 mil pessoas, o que corresponde a 10,2% da população, estimada em mais de 654 mil habitantes. O resultado subsidiou a elaboração do Planejamento Estratégico da prefeitura.

Outro exemplo da nossa gestão refere-se ao Programa Busca Ativa, que levou 521 crianças de volta à escola no município, tendo sido visitados 200 mil domicílios em toda a cidade. A ação contou com a mobilização de toda a população para identificar crianças de 4 a 5 anos fora da escola. Dessa maneira, conseguimos universalizar o atendimento nessa faixa etária.

Muitos seriam os exemplos a serem citados, no entanto, para concluir, queremos ressaltar a necessidade de o gestor público desenvolver novas habilidades para enfrentar os desafios da modernidade. Para tanto, não basta saber conviver e sobreviver à atual situação de crise em que se encontra o país, mas saber exercer o seu verdadeiro papel de liderança que conduz e inspira seus municípios a acreditar em um futuro mais promissor, com mais igualdade e justiça social.

Elias Gomes da Silva

Prefeito de Jaboatão dos Guararapes (PE)

PESQUISA SOBRE O g100 ORIENTA O PAÍS PARA O **FORTALECIMENTO FEDERATIVO**

A preocupação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a realidade dos municípios brasileiros vem desde sua fundação, quando realizou um verdadeiro inventário do país, sob diversos aspectos, percorrendo todos os seus recantos e cidades.

Retratar a realidade dos municípios a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, quando estes tornaram-se entes federados, trouxe ao IBGE mais um desafio: ampliar suas atividades de pesquisa, seus levantamentos estatísticos e cartográficos, e suas análises e estudos com o objetivo de aprofundar ainda mais o conhecimento das cidades brasileiras, considerando a grande diversidade, os diferentes portes e densidades populacionais, as localizações e condições ambientais, as variadas vocações econômicas e as tradições históricas e culturais.

Produzir informações diversas para todos os municípios brasileiros, tratando-os enquanto unidades federadas, possuindo o mesmo status afirmado pelo formato institucional brasileiro, é um grande desafio ao IBGE. Suas pesquisas tornam-se instrumentos fundamentais para a gestão e o planejamento de qualquer cidade; a intenção e o esforço de todos os envolvidos nessas operações é de que todos os habitantes do território sejam contados, independentemente de onde se encontrem. Desse modo, o IBGE cumpre na sua plenitude a missão de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.



É importante delimitar que a tarefa de formular e avaliar diretamente as políticas públicas não cabe ao IBGE como órgão de Estado. Entretanto, as suas informações constituem insumo e subsídio imprescindíveis a esse procedimento, como atesta a sua trajetória reconhecida pela qualidade de suas atividades.

Os censos demográficos das últimas décadas, por exemplo, mostram um forte crescimento populacional, expondo desigualdades entre áreas de moradia e um expressivo número de habitantes sujeitos a desfavoráveis condições de vida, precário acesso a serviços e equipamentos públicos, moradia, educação, emprego e rendimento.

É a partir desse conjunto de informações que foi possível elaborar uma série de estudos patrocinados

pela Frente Nacional de Prefeitos com o intuito de conhecer com profundidade e metodologia adequada os problemas das cidades, contribuindo com soluções e apontando para ações e políticas a serem adotadas. Ressalte-se o recorte de análise ao conjunto de municípios denominado **g100**: municípios populosos e com relevantes indicadores de vulnerabilidade social. Tal informação traz para a reflexão e debate público a necessidade de um tratamento específico sobre essa condição. Estamos diante de valiosa contribuição para um diagnóstico mais apurado, possibilitando a decorrente minimização desse dilema nacional.

Os estudos realizados pela Frente Nacional de Prefeitos a partir do conjunto de dados municipais, hoje disponíveis, contribuem para a orientação do país tendo como referência o desenvolvimento sustentável, nos seus aspectos social, econômico e ambiental. Outro aspecto a se destacar é o fortalecimento institucional do formato federativo do Brasil.

Ao IBGE cabe o apoio a essa iniciativa, o que já ocorre através dos seus indicadores tradicionalmente produzidos e divulgados no âmbito municipal, que são

utilizados explorando todas as suas potencialidades.

Temos ainda, como desafio, que ampliar a pauta temática, aprofundando o apoio ao grupo de municípios inseridos no **g100**, assim como às demais cidades de grande porte, sem deixar de considerar o compromisso do IBGE com o tratamento indiferenciado para todos.

Uma possibilidade é aprofundar o levantamento de informações sobre a mobilidade da população através dos meios de transportes intramunicipal e entre os municípios, pelos diversos modais. Uma demanda que emerge com força a partir dos movimentos sociais recentes e que merece a devida atenção do poder público.

Finalmente, resta ao IBGE reconhecer nesse trabalho contínuo produzido a partir do recorte específico do **g100**, o esforço de realizar pesquisas e proceder análises que auxiliem efetivamente na redução das desigualdades sociais, da pobreza e na ampliação da qualidade de vida da população brasileira.

Wasmália Socorro Barata Bivar

Presidenta do IBGE

DESIGUALDADE ORÇAMENTÁRIA ENTRE DISTRITO FEDERAL E PERIFERIA METROPOLITANA **APROFUNDA A DESIGUALDADE SOCIAL**



INTRODUÇÃO

A denominada Área Metropolitana de Brasília (AMB), região formada pelo Distrito Federal e por 12 dos 19 municípios goianos que integram a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal (DF) e Entorno e estabelecem com o DF relações de natureza metropolitana, apresenta uma enorme desigualdade em termos de orçamento público.

A receita total do DF é mais de 15 vezes superior à da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB). Considerando-se que o contingente populacional é 2,4 vezes maior, tem-se que a receita per capita do Distrito Federal supera em 500% a média dos municípios metropolitanos, informação crucial para precisar a capacidade de gastos dos gestores municipais para o atendimento das demandas da população local.

Em 2012, a Área Metropolitana de Brasília possuía, segundo estimativas do IBGE, 3.661,1 mil habitantes, sendo que 2.648,5 mil no Distrito Federal e 1.012,6 mil (27,7%) na Periferia Metropolitana de Brasília (PMB). Já a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), estimou a população da PMB em 2013 em 1.130 mil habitantes e estima-se que,

em 2015, o contingente populacional da PMB supere 1,2 milhão de habitantes, representando quase 30% do total metropolitano, projetado em 4,1 milhões.

Deve-se destacar que o ritmo do crescimento populacional nos municípios da Periferia Metropolitana de Brasília tem sido, em média, quase duas vezes superior ao do Distrito Federal. Os municípios mais populosos em 2012 eram Luziânia (179,6 mil habitantes), Águas Lindas de Goiás (167,5 mil), Valparaíso de Goiás (138,7 mil), Formosa (103,3 mil), Novo Gama (98,1 mil) e Planaltina (82,8 mil), todos, exceto Luziânia, integrantes do **g100**.

1. RECEITA PÚBLICA TOTAL EM 2011 E 2012

No ano de 2012 as Receitas Públicas Totais na Área Metropolitana de Brasília (AMB) registraram um total de R\$ 27,307 bilhões, crescimento nominal de 14,51% sobre a receita de 2011 (R\$ 23,847 bilhões) ou crescimento real de 4,27%. É flagrante o desequilíbrio existente na distribuição do total das receitas realizadas, onde o montante do DF atingiu R\$ 25,651 bilhões e a Periferia Metropolitana registrou R\$ 1,656 bilhão.

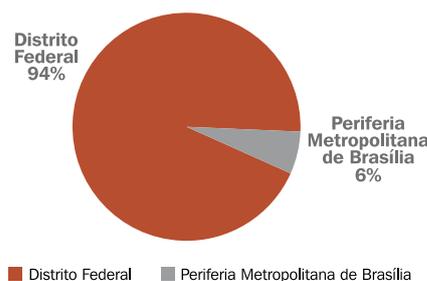
As Receitas Totais no DF, que tiveram incremento nominal de 13,47% e real de 3,33% entre 2011 e 2012, assinalavam participação de 94,80% na receita do total da AMB em 2011, tendo caído ligeiramente para 93,94% em 2012. Já a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), que cresceu nominalmente expressivos 34% entre 2011 e 2012, teve sua participação aumentada de 5,20% em 2011 para 6,06% em 2012% (Figura 1).

Essa disparidade na distribuição das receitas na AMB evidencia, além de exacerbada concentração de recursos no DF, um cenário gravemente destoante do propósito fiscal federativo, tornando premente a reversão desse quadro com medidas concretas de fortalecimento socioeconômico que resultem em efetiva redução das desigualdades e maior participação dos municípios no bolo da arrecadação. Observa-se que, excepcionalmente, as receitas do DF contêm um componente a mais em relação à periferia, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Entre os municípios da PMB, as maiores receitas

totais são observadas em Luziânia (R\$ 274,7 milhões), Cristalina (R\$ 247,09 milhões), Águas Lindas de Goiás (R\$ 201,6 milhões), Valparaíso de Goiás (R\$ 196,9 milhões) e Formosa (R\$ 168,5 milhões).

FIGURA 1: RECEITAS TOTAIS NO DISTRITO FEDERAL E PERIFERIA METROPOLITANA DE **BRASÍLIA**



2. RECEITA SEGUNDO GRANDES GRUPOS

A composição da receita apresenta a preponderância da arrecadação corrente sobre as de capital, o que é corriqueiro, considerando serem as receitas correntes ininterruptas, enquanto as de capital são transitórias e não ingressam continuamente nos cofres públicos, ou seja, dependem de ações específicas para se concretizarem.

No Distrito Federal as receitas correntes respondiam, em 2012, por 57,7% do total e as receitas de capital por apenas 3,7%. Outros 38,8% eram representados pelo FCDF. Já na PMB, as receitas correntes respondiam por 95,3% e as de capital por 4,7%. No caso das receitas de capital, no DF elas provêm quase totalmente de transferências de convênios dos estados e de operações de crédito. Na PMB, embora haja casos isolados de receitas provenientes da alienação de bens, predominam as transferências de convênios com a União, destinadas a programas como educação, saúde, e outros. Em alguns municípios, essas equivalem a até 100% do total das suas receitas de capital.

Na composição das Receitas Totais do Distrito Federal há a primazia das Receitas Tributárias (40,1% do total) sobre as de Transferências Correntes (6,0%) e Demais Receitas (15,1%), que engloba Receitas de

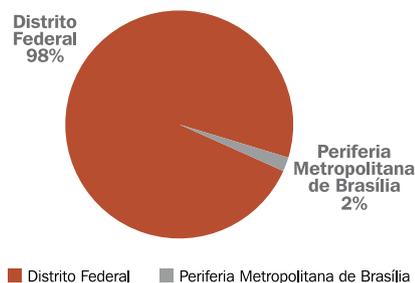
Capital, de Contribuições, Patrimonial etc. O restante (38,8%) é representado pelo FCDF.

Já na PMB ocorre o oposto: uma forte participação das Transferências Correntes (68,8% da Receita Total), também denominadas constitucionais e legais, que emanam do caráter cooperativo e solidário do federalismo fiscal adotado na Constituição Federal de 1988, e diminuta presença das Receitas Tributárias (11,6%), com as Demais Receitas respondendo por 19,5%. As Receitas Tributárias são o principal indicador do dinamismo da economia local e do empenho do poder público em organizá-la e explorá-la com eficiência.

3. RECEITAS TRIBUTÁRIAS

As Receitas Tributárias na AMB somaram R\$ 10,479 bilhões no ano de 2012, crescimento nominal de 10,31% em relação aos R\$ 9,499 bilhões em 2011. O Distrito Federal, onde a receita cresceu 9,83% em termos nominais, registrou participação no total da receita tributária da AMB de 98,60% em 2011 e 98,16% em 2012. Já a Periferia Metropolitana apresentou crescimento nominal de 44,41%, com participação de 1,40%, em 2011, e 1,84% em 2012 (Figura 2).

FIGURA 2: RECEITAS TRIBUTÁRIAS NO DISTRITO FEDERAL E PERIFERIA METROPOLITANA DE **BRASÍLIA**



O recolhimento de somente R\$ 192,4 milhões no conjunto dos municípios metropolitanos, comparados a R\$ 10,29 bilhões no DF (mais de 50 vezes maior), reflete a fragilidade da economia da PMB e também a imperiosa necessidade da adoção de medidas de fortalecimento do ainda embrionário esforço de arrecadação

dos municípios da região periférica de Brasília.

As Receitas Tributárias, detalhadas conforme a espécie de tributos, permitem qualificar o fato gerador desses recursos próprios na área de estudo e possibilita conjecturar um cenário parcial da performance econômica e da organização territorial de cada ente através dos tributos afins. Os indicativos econômicos são vislumbrados pelo desempenho do ICMS e ISS, e os territoriais pelo IPTU e ITBI.

No DF, dada a sua condição singular de Estado e município, os recursos tributários são captados através de sete impostos, seguidos das taxas de prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia. Assim como na maioria dos municípios da PMB, as Contribuições de Melhoria não constam também do rol de receitas do DF. Na Periferia Metropolitana de Brasília as fontes tributárias constituem-se de quatro impostos além das taxas citadas e, em alguns municípios, a contribuição de melhoria.

Entre as fontes de receitas próprias comuns ao DF e Entorno estão os impostos ISSQN, incidente sobre atividade econômica, IPTU, ITBI e IRRF (que incidem sobre o governo e suas autarquias e fundações), incidentes sobre o patrimônio e a renda, todos de competência municipal. Compete exclusivamente ao DF, além desses, o ICMS, principal fonte de arrecadação própria, o IPVA e o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação). Deve-se ressaltar que os municípios da PMB têm acesso à parte do ICMS e do IPVA arrecadados pelo governo estadual através da cota-parte, incluída nas Transferências Correntes.

4. RECEITA TRIBUTÁRIA SEGUNDO PRINCIPAIS TRIBUTOS

A observação do valor arrecadado e das peculiaridades dos tributos comuns a cada localidade possibilitam algumas avaliações sobre o potencial econômico e os cenários para o desempenho do esforço de arrecadação local.

4.1 ISSQN: Incidente sobre os serviços de qualquer natureza é, no DF, a terceira principal fonte de receita

própria (R\$ 1,16 bilhão), superado pelo ICMS (R\$ 5,66 bilhões) e pelo IRRF (recolhido pela União). Nos municípios da PMB, embora seja o tributo com maior volume arrecadado entre dez dos 12 estudados, totalizou apenas R\$ 55,8 milhões. Os municípios que mais se destacaram na arrecadação do ISS foram: Cristalina (R\$ 17 milhões), Luziânia (R\$ 12 milhões), Valparaíso (R\$ 10,2 milhões) e Formosa (R\$ 5,6 milhões). Três municípios populosos, Planaltina (R\$ 2,16 milhões), Novo Gama (R\$ 590 mil) e Águas Lindas de Goiás (R\$ 550 mil) tiveram arrecadações diminutas.

4.2 IPTU: O fato gerador do IPTU é a propriedade predial e territorial, assim como a posse e o seu domínio útil. No DF é o quarto em volume de arrecadação (R\$ 474,7 milhões). Nos municípios da PMB, o tributo totalizou R\$ 40,2 milhões, sendo que as maiores arrecadações ocorreram em Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás, todas acima de R\$ 7 milhões. O volume do IPTU associado ao ITBI sinaliza os níveis de ocupação do território e de empenho da administração pública na promoção do ordenamento territorial e regularização do acervo imobiliário do município.

4.3 ITBI: Tendo como fato gerador a transmissão do bem imóvel ou do direito real a ele relativo, o ITBI é o penúltimo em relevância arrecadatória no DF (R\$ 276,6 milhões). No acumulado da arrecadação da PMB, entretanto, é o segundo em importância (R\$ 42,2 milhões), sendo o principal arrecadador o município de Valparaíso de Goiás (R\$ 16,6 milhões).

4.4 IRRF: Reza a Constituição Federal, em seu artigo 158, que pertencem aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem. No DF, a arrecadação do IRRF (R\$ 1,96 bilhão) ultrapassa todos os tributos, exceto o ICMS. Na Periferia Metropolitana, a arrecadação soma R\$ 30,2

milhões, destacando-se Formosa e Luziânia, ambos com cerca de R\$ 6 milhões.

4.5 ICMS e IPVA: Na AMB esses são tributos de competência exclusiva do DF cabendo aos municípios as respectivas cotas-parte transferidas pelos estados juntamente com outros repasses constitucionais e legais. As cotas-parte do ICMS e IPVA são as mais importantes entre os recursos transferidos pelos estados aos municípios, representando mais que o dobro da arrecadação própria de alguns municípios da Periferia Metropolitana

5. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As Transferências Correntes na AMB registraram um montante de R\$ 4,294 bilhões em 2012, crescimento de 15,99% sobre os R\$ 3,702 bilhões de 2011, tendo representado 15,73% das receitas totais da Região. Nos municípios da PMB (R\$ 1,257 bilhão) tiveram um peso excepcional, representando 75,97% da receita total em 2012 e chegando a representar mais de 90% da arrecadação corrente de alguns municípios, demonstrando a alta dependência desses municípios em relação aos recursos provenientes das esferas federal e estadual. Já no Distrito Federal (R\$ 3,036 bilhões), sua participação na receita total foi de apenas 11,84%.

Na PMB as transferências correntes compreenderam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que totalizou R\$ 325,3 milhões, ou quase 20% do total; a cota-parte do ICMS (R\$ 247 milhões); transferência do Fundeb (R\$ 355 milhões); e recursos do SUS (R\$ 71 milhões) e do FNDE (R\$ 46,5 milhões). No DF, destacaram-se Fundeb (R\$ 1,48 bilhão), SUS (R\$ 575 milhões), FPE (R\$ 428 milhões) e FNDE (R\$ 260 milhões).

6. RECEITA PER CAPITA

Uma forma mais apropriada de se abordar a situação da receita pública, de maneira a facilitar as análises comparativas, é apresentá-la como de receita per capita. No Distrito Federal ela foi de R\$ 9.685,04, nada menos que 492% superior à média dos muni- ➤

cípios da PMB (R\$ 1.634,09). Se as assimetrias são aumentadas em face da vultosa receita representada pelo FCDF, o quadro seria ainda pior não fossem as transferências governamentais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se deduz dos dados apresentados e das análises realizadas, a vultosa discrepância observada entre o montante das receitas diretamente arrecadadas e das transferidas para a PMB aponta para a premente necessidade de intervenção do poder público, no sentido de fortalecer as arrecadações locais por meio de ações adequadas às características de cada município.

O Orçamento Público, pela ótica da Receita, visa a atender as demandas básicas da população, compreendendo o fornecimento de bens e serviços públicos essenciais. A extrema escassez de receita, contudo, leva ao não atendimento dessas demandas e, no caso da Área Metropolitana de Brasília, à busca de atendimento no núcleo da metrópole, o Distrito Federal.

Dentro desse quadro, parece urgente um diálogo mais frequente e eficaz entre os gestores públicos para viabilizar soluções de curto, médio e longo prazos, em face da precariedade da qualidade de vida da maioria da população dos municípios da PMB, visto que suas populações vêm aumentando de forma acelerada desde a transferência da Capital

da República para o Planalto Central.

A Periferia Metropolitana de Brasília ocupa posição de destaque no ranking do **g100**, com a presença de cinco municípios: Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Formosa, Novo Gama e Planaltina.

Para tanto, faz-se imprescindível a mobilização dos representantes dos entes regionais envolvidos na problemática ressaltada. Uma medida capital é a promoção do desenvolvimento econômico na PMB, ampliando de forma substantiva as atividades produtivas na região, condição para a ampliação da Receita Tributária.

Outra medida possível é a criação de um fundo específico para robustecer os magros orçamentos das municipalidades da periferia de Brasília ou, como já aventado, a aprovação de Projeto de Lei tramitando no Congresso Nacional, datado de 2011, o qual destina 10% dos recursos do FCDF para os municípios da PMB na proporção de 1% ao ano até completar 10 anos.

São medidas concretas para mitigar uma das distribuições mais assimétricas e injustas existentes em nosso país em termos de recursos orçamentários.

Júlio Miragaya

Presidente do Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional (Ibrase), vice-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e diretor técnico e de atendimento do Sebrae no DF

A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES E DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E A EXPERIÊNCIA EUROPEIA NA TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Brasil e a União Europeia compartilham uma relação de longa data com base em fortes laços históricos e culturais, além de uma herança comum, que contribui no tempo para reforçar suas relações econômicas e políticas. São mais de cinco décadas de estreita cooperação.

Em 2007, ambos estabeleceram as bases de uma parceria estratégica visando ao fortalecimento das relações culturais, econômicas e políticas. Hoje, o bloco é o maior parceiro comercial do Brasil e é também o maior investidor estrangeiro no país.

No contexto dessa parceria estratégica, a União Europeia e o Brasil têm desfrutado de uma relação cada dia mais forte. Tem-se intensificado a cooperação através de intercâmbios políticos de mais alto nível sobre questões de interesse comum sobre as nossas economias e sobre os desafios globais. Na reunião de cúpula UE-Brasil, realizada em Bruxelas em 2014, foi reafirmado por ambos os lados a complementaridade das ideias e a visão conjunta de futuro.



Ambos estão engajados em 32 diálogos setoriais, que cobrem ampla gama de assuntos, incluindo agricultura, transporte, meio ambiente, ciência e tecnologia e também questões políticas. Esses diálogos resultaram numa série de acordos concretos em setores como os da ciência, educação e do transporte, entre outros. Além ▶

disso, nos últimos 30 anos, a União Europeia vem cooperando com o Brasil em mais de mil projetos de interesse comum, que tiveram como foco as áreas dos direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, pesquisa, tecnologia e inovação.

O debate em torno da sustentabilidade urbana e do papel das cidades no Brasil e no mundo é um debate mundial e não somente brasileiro. A problemática do desenvolvimento sustentável é a mesma em todos os países do mundo. As cidades desempenham um papel crucial como motores da economia, como espaços de conectividade, de criatividade e inovação, e também enquanto centros de serviços para as áreas circundantes. Porém, as cidades são também locais onde se concentram problemas de desemprego, segregação e pobreza.

A Europa é um dos continentes mais urbanizados do mundo. No último século, passou de essencialmente rural para predominantemente urbano. Hoje, as três quartas partes da população europeia (350 milhões de pessoas) vivem em áreas urbanas e essa percentagem continua a crescer. Para alcançar um desenvolvimento sustentável e resultados equitativos é necessário assegurar uma boa governação local, que crie as condições necessárias para implementar processos de desenvolvimento inclusivos, reativos e eficazes.

Por esse motivo, a União Europeia está convencida de que o fortalecimento das cidades é um fator-chave para o fomento do desenvolvimento sustentável em nível global, regional e local. Nessa medida, os seus programas de ação incluem o desenvolvimento de uma participação crescente nas cidades, nas políticas de desenvolvimento sustentável e coesão social e de uma cooperação mais dinâmica entre as mesmas.

No âmbito da sua Política de Coesão para o período de 2014-2020, a União Europeia pretende fomentar as estratégias integradas para melhorar e impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável com vista a aumentar a capacidade de resistência das cidades num contexto de inter-relação dos desafios urbanos.

Para fazer face às complexidades do desenvolvimento sustentável e para combater a pobreza, as políticas e os programas de desenvolvimento impostos

de cima e geridos de forma centralizada não são, por si só, suficientes. Tanto os intervenientes públicos como os privados têm o seu papel a desempenhar nesse domínio, especialmente em nível local. Nas duas últimas décadas, os governos centrais de muitos países delegaram determinadas responsabilidades às autoridades locais no âmbito de processos nacionais de desenvolvimento, a fim de que a elaboração das políticas públicas e a prestação de serviços tivessem em conta as realidades locais.

No entanto, esse reconhecimento político nem sempre tem sido acompanhado de níveis adequados de autonomia, de desenvolvimento de capacidades e de recursos financeiros, pelo que o processo de empoderamento das autoridades locais está incompleto. Em muitos países parceiros da União Europeia, o financiamento canalizado diretamente através das autoridades locais continua a representar uma pequena parte das despesas nacionais do setor público e da ajuda internacional ao desenvolvimento.

Há ainda uma série de obstáculos a ultrapassar para libertar o potencial de desenvolvimento das autoridades locais. É com esse fim que a União Europeia reafirma a importância das autoridades locais nos países parceiros para a realização dos objetivos de desenvolvimento e propõe um empenho mais estratégico em prol do seu empoderamento.

Em verdadeiro espírito de cooperação e de entendimento estratégico, a União Europeia tem trabalhado em conjunto com o Brasil em diversos projetos concretos, em parceria com entidades governamentais, municipalidades e organizações da sociedade civil, nas cinco regiões do país, com o objetivo de promover a inclusão social, econômica e política das pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio de reforço às capacidades das organizações de base, fortalecimento de capacidades de lideranças locais, geração de renda, acesso à moradia e aos serviços básicos de saúde, educação e formação profissional, procurando igualmente trocar boas práticas em políticas e promover sinergias entre organizações da sociedade civil e dos governos municipais.

Vale destacar que a União Europeia tem, igualmente, através de diversos programas regionais, estabelecido uma rede para o desenvolvimento das relações diretas e duradouras entre autarquias europeias e latino-americanas, por intermédio da difusão, da aquisição e da aplicação de “boas práticas” no âmbito das políticas urbanas e locais. Os projetos apoiados tiveram um impacto direto na formulação e na execução das políticas públicas locais a longo prazo respondendo, assim, à política da União Europeia em torno do objetivo da coesão social no centro da “aliança estratégica” entre as duas regiões.

A complexidade das questões presentes na atualidade exige cada vez mais ações integradas com a participação de instituições públicas e privadas. Trata-se de somar esforços para enfrentar os desafios da redução de pobreza, da construção de uma sociedade mais inclusiva, com mais justiça social.

Por esse motivo, reconhecendo o valor e a eficácia da cooperação descentralizada e da relação estruturada com a sociedade civil e da importância do fortalecimento das autoridades locais, a União Europeia, atendendo a um pedido apresentado pela Frente Nacional de Prefeitos, resolveu apoiar o projeto “*Fortalecimento Institucional dos 100 Municípios Populosos com Alta Vulnerabilidade Social e Menor Arrecadação Pública nas Ações Públicas de Combate à Pobreza*”. O projeto nasceu do reconhecimento da contribuição oferecida pelas autoridades locais brasileiras na luta contra a pobreza, na promoção da igualdade de gênero e dos direitos humanos, em particular econômicos e sociais,

sobretudo dos grupos vulneráveis.

Gostaria de destacar a satisfação da União Europeia em ter contribuído através desse projeto para maximizar o impacto de políticas públicas estratégicas de redução da pobreza e das desigualdades sociais e de gênero nesses municípios. Ao capacitar mais de cinquenta gestores municipais, realizar um prolífico número de reuniões e seminários com prefeitos, secretários e representantes do governo federal, esse projeto aumentou a capacidade institucional desses municípios em atender mais e melhor suas populações. Sobretudo, considero importante a contribuição europeia para promover a solidariedade entre os municípios do g100, essencial para a superação dos seus grandes desafios comuns e para a obtenção de novas conquistas.

É nosso desejo que as atividades realizadas nesse e demais projetos apoiados pela União Europeia e implementados pelas entidades governamentais e organizações da sociedade civil sejam vistas como um modelo para a solução dos problemas sociais e ambientais que afligem as metrópoles, pois o desenvolvimento das nossas cidades determinará o futuro desenvolvimento econômico, social e territorial de cada país.

Ana Paula Zacarias

Embaixadora, Chefe de Delegação da União Europeia no Brasil



SINERGIA PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



A riqueza da diversidade regional brasileira, associada aos investimentos públicos constantes e crescentes, representa uma oportunidade para o País ampliar sua capacidade competitiva e ocupar um novo papel no cenário internacional.

Para sua concretização, é preciso atacar de frente as desigualdades entre as regiões e as microrregiões. Nos últimos anos, um grande esforço político e institucional tem se voltado nesta direção, com a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Agora é o momento de dar mais um salto, com o fortalecimento institucional das regiões e o aumento da capacidade técnica dos entes federados.

O Ministério da Integração Nacional tem atuado para a promoção da equidade no acesso às oportunidades e melhoria da alocação de recursos, que contribuem para a qualidade de vida, geração regional de riquezas e para o desenvolvimento econômico, com reflexo nos indicadores sociais, econômicos e territoriais. Os resultados apontam que esta é a direção certa para vencer o grande desafio de propiciar mais equilíbrio entre as regiões.

Com o apoio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o ministério disponibilizou cerca de R\$ 32 bilhões para investimento em infraestrutura hídrica e oferta de água, estratégias de prevenção de desastres e a revitalização de bacias hidrográficas.

Alguns exemplos de obras são as de contenção de erosão fluvial (AM), o Canal do Sertão Alagoano (AL), o Cinturão das Águas (CE), a Barragem de Jequitaiá (MG), o Canal das Vertentes Litorâneas (PB),

a Adutora do Agreste (PE), a Barragem do Atalaia (PI), a Adutora Chapecozinho (SC) e a Barragem Taquarimbó (RS), além do Projeto de Integração do Rio São Francisco, que vai levar segurança hídrica a 390 municípios do semiárido.

Nas ações de inclusão produtiva, o ministério participou na geração de emprego e renda para cerca de 90 mil famílias. Elas ofertam oportunidades de trabalho e serviços e permitem a permanência das pessoas nos territórios onde estão suas raízes.

Os municípios da faixa de fronteira também são prioritários para atuação na estruturação das cadeias produtivas como as do leite e da uva, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e para a integração transfronteiriça com os países vizinhos. Esse é o mesmo objetivo da portaria que conceitua e lista os municípios brasileiros caracterizados como “cidades-gêmeas” e a inserção na agenda do governo federal da discussão sobre os consórcios intermunicipais transfronteiriços.

Além disso, o ministério também participou da articulação federativa entre governo federal, estados e municípios para reduzir as assimetrias econômica e social. São exemplos dessa atuação a participação do ministério nas Regiões Integradas de Desenvolvimento, com destaque para a do Distrito Federal e entorno, e o apoio aos planos estaduais de desenvolvimento regional.

O Ministério da Integração Nacional conta com

a sinergia das esferas federal, estaduais e municipais na política de reconversão, diversificação e integração econômica do Brasil, a fim de aplicar o pacto federativo e transformar a desigualdade regional em memória, não mais em presente.

Vale ainda destacar a mobilização de recursos dos fundos regionais sob gestão do ministério que permitiram oferta, nos últimos quatro anos, de mais R\$ 100 bilhões para financiamento do desenvolvimento alinhado com a PNDR. Para o quadriênio 2015-2018, a perspectiva é de que sejam disponibilizados mais de R\$ 120 bilhões.

Alcançar o novo padrão regional, mais inclusivo, exige um esforço contínuo, com respaldo ao crescimento econômico e planejamento estratégico para antecipar as necessidades locais. O olhar nacional a partir dos princípios de aplicação da PNDR proporciona o equilíbrio necessário e alcança todas as particularidades eminentes no País.

Pouco a pouco, os esforços empreendidos para reduzir as diferenças de desenvolvimento e de qualidade de vida entre as regiões, mediante a promoção da equidade no acesso a oportunidades, ganha cor e dimensão. Sempre em linha com valorização da diversidade e da imaginação de cada região.

Gilberto Occhi

Ministro da Integração Nacional

RESULTADOS DO PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO g100

A Cooperação Descentralizada surge pelas mãos da Comissão Europeia em 1989, no contexto do 4º Convênio de Lomé entre as Comunidades Europeias e seus parceiros de África, Caribe e Pacífico, visando ações e políticas de cooperação para o desenvolvimento realizadas por governos subnacionais (municípios, províncias, estados ou outros) por meio do estabelecimento de relações bilaterais ou multilaterais. O papel dos governos subnacionais, e também a principal garantia de legitimidade de muitas ações de cooperação, é de ator autônomo, politicamente independente, com competências técnicas nas áreas da gestão local de políticas urbanas, com responsabilidades em coesão social e desenvolvimento de sua sociedade local.

Em um cenário internacional globalizado, temos os municípios em papel de destaque nesse contexto. A cooperação com a União Europeia (UE) interage com a realidade que a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) trata diariamente: a política pública encontrada em diferentes estágios de consolidação de acordo com o município, desenvolvido ou não. Coube à FNP buscar na UE as respostas de um processo que esta já ultrapassou, o da integração regional, respeitando todas as diferenças. Consideramos que o Brasil pode

se inspirar em como minimizar as diferenças olhando para a Europa no seu processo de constituição da Comunidade Europeia, com uma única moeda, sem fronteiras, num esforço para minimizar as diferenças e construir um ambiente onde pessoas e bens possam transitar livremente.

Esse é um aprendizado que temos praticado regionalmente, no marco do processo de integração regional do Mercosul. As prefeituras brasileiras são muito ativas na rede Mercocidades em cooperação técnica, intercâmbio de experiências e fomento a iniciativas de atuação comum. Entre os avanços, as ações comuns, em matéria de desenvolvimento urbano por parte de seus membros (mais de 200 prefeituras

SALA TEMÁTICA NOVAS CONQUISTAS PARA O
g100 NO II EMDS, EM ABRIL DE 2013



na atualidade), nos provocam a formular projetos que possam se estender além de cem cidades com o mesmo perfil, mas também governos intermediários (estados e províncias) na busca de soluções para determinado recorte dentro do Mercosul.

A experiência e o acúmulo do **g100** são inspiradores para o Brasil, que necessita enfrentar diferenças graves que existem e persistem entre cidades. A partir da experiência rica e complexa da União Europeia, o Brasil busca seu próprio caminho ao enfrentar essas questões em grupos focalizados de municípios, trilhando uma rota própria e original de como reduzir diferenças federativas e corrigindo distorções que os governos federais ainda precisam superar. Isso pode nos oferecer instrumentos para atuar com outros países em cooperação descentralizada, como países africanos, que também passam por situações semelhantes no sentido de colaborar com essa tecnologia e sua replicabilidade para diminuir as diferenças entre cidades, entre condições e serviços públicos de um grupo de municípios com condições e qualidades de vida muito desiguais.

O PROJETO

Em janeiro de 2013, a Frente Nacional de Prefeitos firmou com a União Europeia o Projeto de Fortalecimento Institucional do **g100**. Com um valor de 460 mil euros e uma duração prevista de 24 meses, foi lançado em Brasília (DF), com a presença de prefeitos, parceiros e autoridades do Governo Federal. Desde então, esse projeto tornou possível ao **g100** alcançar realizações significativas e conquistas importantes.

O **g100** é parte do Programa de Cooperação Atores Não Estatais e Autoridades Locais em Desenvolvimento da União Europeia e tem por objetivo apoiar e desenvolver ações de promoção da integração socioeconômica e da coesão social nos municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade social.



O projeto vem ao encontro das necessidades dos municípios do **g100** em se apropriarem de mecanismos, propostas e instrumentos de desenvolvimento social, econômico e sustentável promovidos pelos governos centrais, instituições internacionais e organismos não governamentais.

O Governo Federal brasileiro desenvolveu nos últimos anos mecanismos eficientes de combate à pobreza e redução das desigualdades. Mecanismos estes que são operados e implementados localmente pelos municípios, por suas estruturas e seus agentes. Nos municípios do **g100** essa apropriação das ferramentas desenvolvidas pelo Governo Federal é comprometida devido ao fenômeno das baixas receitas que impede os gestores municipais de investirem em políticas públicas eficientes e de capacitarem seus servidores para a aplicação e o acompanhamento dos programas.

Esse projeto buscou reduzir a distância institucional interposta entre a reconhecida eficácia dos programas federais de combate à pobreza e a reduzida capacidade administrativa dos municípios do **g100** em implementar, manter e melhorar localmente essas políticas.

Nesse sentido, o projeto foi estruturado em três componentes estratégicos:

- ▶ Fortalecimento da rede de prefeitos do **g100** e das capacidades de planejamento e de intersectorialização das políticas públicas.
- ▶ Aumento da qualificação profissional e educação empreendedora nas camadas sociais mais vulneráveis desses municípios.
- ▶ Melhoria e aumento dos instrumentos e possibilidades de incremento e geração de trabalho e renda por meio de mecanismos de financiamento da atividade empreendedora local. ▶

LANÇAMENTO DO PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO **g100** FIRMADO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A FNP

JOSÉ FORTUNATI,
PRESIDENTE DA
FNP, E A TURMA
DA II CAPACITAÇÃO
DE GESTORES
E AGENTES DE
MICROCRÉDITO



Para atingir esses resultados realizamos ciclos de capacitações, seminários, encontros e reuniões de prefeitos, gestores, e parceiros do Governo Federal e da União Europeia. Nossos principais parceiros, além da União Europeia, foram o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Caixa Econômica Federal e o Istituto Sindacale per la Cooperazione Allo Sviluppato (ISCOS – Piemonte).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Essencialmente três políticas públicas foram selecionadas para formatar o projeto, todas inseridas no escopo do *Plano Brasil Sem Miséria* (BSM), cuja plataforma é a integração, articulação e convergência das diversas ações e programas federais de combate à pobreza extrema e inclusão social.

O *Programa de Inclusão Produtiva*, por exemplo, trata de sistematizar uma metodologia para articular a inserção de brasileiros em situação de vulnerabilidade e beneficiários do Programa Bolsa-Família no mercado de trabalho.

No *Pronatec BSM*, os brasileiros remanescentes dos programas sociais de transferência de renda são conduzidos e estimulados a se matricular e frequentarem cursos de qualificação profissional patrocinados pelo Governo Federal e articulados pelos municípios junto às instituições locais de ensino técnico e profissionalizante.

O *Programa Crescer de microcrédito produtivo*

orientado tem por objetivo ofertar acesso facilitado e favorecido aos micro e pequenos empreendedores para a contratação de crédito, gerar renda e empregos por meio da concessão de microcrédito e do acompanhamento dos investimentos, com o intuito de formalizar os tomadores, permitindo, assim, um maior acesso a benefícios como os trabalhistas e previdenciários. A iniciativa envolve orientar os empreendedores, sobretudo os advindos dos programas *Bolsa-família* e *Pronatec* a tomar crédito para iniciar, incrementar e estruturar atividades econômicas autônomas.

Com base nessas três políticas, *Inclusão Produtiva* (articulação e capacitação), *Pronatec BSM* (qualificação profissional) e *Crescer* (empreendedorismo), o projeto buscou capacitar os municípios do **g100** para o combate à pobreza extrema e para o desenvolvimento socioeconômico local.

SUPERANDO DESAFIOS

Apesar do criterioso planejamento e das consistentes parcerias firmadas para o projeto, surgiram dificuldades de ordem conjuntural extremamente adversas.

Em janeiro de 2013, os prefeitos que haviam vencido as eleições de 2012 acabavam de ser empossados para seus mandatos. Nessa ocasião, repetindo o mesmo fenômeno ocorrido em esfera nacional, cerca de 70 prefeitos do **g100** não se reelegeram, alguns estavam encerrando seu segundo mandato,

e outros haviam sido derrotados nas eleições. Em face desse cenário de ampla renovação de prefeitos à frente dos municípios do **g100**, foi necessário ajustar as estratégias inicialmente traçadas e reconquistar, sensibilizar e capacitar os novos gestores. Esse fato descontinuou os esforços de articulação e mobilização acumulados pela FNP junto aos municípios do **g100** nos anos anteriores, além de gerar mais investimento em municípios que já haviam recebido capacitação, pois, dada a fragilidade institucional, vemos a descontinuidade de gestão a cada troca de prefeito.

Outro fenômeno conjuntural que ocasionou dificuldades à implementação do projeto foram as manifestações populares que se iniciaram em junho de 2013. Muitos dos municípios do **g100** foram palco de protestos, sobretudo aqueles de região metropolitana e os localizados próximos às cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. As manifestações alteraram o foco da agenda dos municípios, o que provocou a necessidade de ajustes nas estratégias para a obtenção dos resultados esperados.

Em face dessas adversidades, duas mudanças fundamentais foram empreendidas no intuito de assegurar o êxito do projeto. A primeira foi a de

priorizar e potencializar as atividades de âmbito nacional com a finalidade de conferir maior unidade e visibilidade ao projeto e à pauta dos municípios do **g100**, sensibilizando novos atores e parceiros para a disseminação do projeto. Dessa forma os seminários e eventos locais foram realocados para reforçar e concentrar os nacionais. Além disso, a FNP empreendeu esforços para formar uma rede consolidada de gestores do **g100** por meio das capacitações do projeto.

A segunda foi o reforço das parcerias da FNP com outras instituições, além das estabelecidas anteriormente, o que proporcionou maior capilaridade ao projeto. Nesse sentido, a FNP buscou as parcerias com o Ministério da Saúde, com a Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Ministério da Previdência Social, entre outras. Além disso, para melhor monitorar e acompanhar os resultados, a FNP ampliou a parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e suas plataformas de informação.

ALCANÇANDO A UNIDADE

A FNP definitivamente intensificou a agenda institucional para o projeto, mobilizando os diversos atores estratégicos em mais 16 seminários, encontros e reuniões. O resultado positivo dessa ampla agenda foi materializado no exitoso encontro dos prefeitos do **g100** com o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, quando foram anunciadas as condições especiais para os municípios do **g100** na contratação do financiamento do *Programa de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos (PMAT)*.

Na mesma ocasião, os prefeitos foram recebidos e capacitados pela ministra do Desenvolvimento, pelo diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República em ações e programas ►



II CAPACITAÇÃO DOS GESTORES E AGENTES DE MICROCRÉDITO DO g100, 26 DE AGOSTO DE 2014



federais específicas para os municípios. Desse encontro, tão próximo ao governo central, os governos subnacionais puderam, em conjunto, apresentar sua pauta e dialogar sobre as possibilidades e os caminhos viáveis para a superação das diferenças federativas.

A partir do encontro de prefeitos com o presidente do BNDES, realizado em 26 de fevereiro de 2014 no Rio de Janeiro (RJ), o projeto adquiriu abrangência nacional plena. Nessa data foi lançado o Anuário **g100** – 2013 que contou com ampla cobertura da imprensa nacional e o prestígio de prefeitos e autoridades. Desde então, o **g100** consolidou a unidade e a coesão necessárias às ações coordenadas de mobilização.

CAPACITANDO E CRIANDO REDES DE GESTORES

O projeto realizou três ciclos de capacitação de gestores municipais nos programas federais de inclusão com ênfase nos de operacionalização e oferta de microcrédito.

Com 70 gestores capacitados dos cem municípios, o projeto acabou por estruturar uma rede de interlocutores locais. Os grupos de gestores formaram *Fóruns*

LANÇAMENTO DO ANUÁRIO g100 2013 E ENCONTRO DOS PREFEITOS DO g100 COM O PRESIDENTE DO BNDES

de Interação e Compartilhamento de Boas Práticas Locais, fornecendo uns aos outros informações sobre as experiências de implementação e gestão de políticas públicas municipais.

Ao traçar o perfil dos gestores, definimos dois critérios básicos de seleção: 1) correlação da área de exercício no município com as políticas desenvolvidas pelo projeto, como secretários e dirigentes municipais de assistência social, desenvolvimento econômico, trabalho, emprego e renda, indústria e comércio, e afins; 2) preferência pelos gestores do gênero feminino para corrigir distorções de gênero. Os gestores receberam três tipos de conteúdo em cada capacitação, o relativo ao projeto ministrado pela FNP, o dos programas de assistência relacionados ao MDS, e o curso intensivo de operacionalização de empréstimos de microcrédito produtivo orientado fornecido pela Caixa Econômica Federal.



I CAPACITAÇÃO DE GESTORES E AGENTES DE MICROCRÉDITO DO g100, 1º DE JUNHO DE 2014

ALCANÇANDO RESULTADOS

O projeto buscou atingir formalmente três resultados originais, dois gerais e um específico. O primeiro objetivo geral estabelecido foi o de *favorecer a integração social e econômica e a coesão social das populações, em particular mulheres e jovens, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e pobreza extrema nos municípios brasileiros com maior população e menor receita per capita através do fortalecimento da implementação em nível local das políticas e dos programas federais.*

Nesse sentido observamos significativa evolução nos indicadores dos programas sociais abordados pelo projeto orientados para a redução da pobreza, integração produtiva e melhoria da condição socioeconômica nos municípios do **g100**. Nesse período, no **g100**, o número de matriculados no *Pronatec Brasil Sem Miséria* (específico para os cidadãos inscritos no *Cadastro Único* dos programas sociais do Governo Federal) aumentou em 422.538. O número de operações de microcrédito provenientes do *Programa Crescer de microcrédito produtivo orientado* por inscritos no cadastro único entre 2012 e 2014 foram 977.195 e o número de operações tomadas por beneficiários do Programa Bolsa Família foram de 665.360.

O conjunto de dados fiscais e socioeconômicos sobre os municípios do **g100**, compilados no âmbito do projeto para a elaboração da publicação do Anuário **g100 - 2013** garantiu a fundamentação necessária para que a FNP sensibilizasse o Governo Federal para a priorização do **g100** na alocação de profissionais médicos do *Programa Mais Médicos* para o Brasil que, segundo o Ministério da Saúde, assiste hoje 5.923.650 de cidadãos nos municípios do **g100**.

Quanto à meta geral foi *contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), especificamente o ODM 1, que trata de reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza e a proporção da população que sofre com a fome, e o ODM 3, que trata de “combater o preconceito, ampliar as chances*



MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, TEREZA CAMPELLO, COM PREFEITOS DO g100 NO LANÇAMENTO DO ANUÁRIO g100 – 2013, NO BNDES, 26 DE FEVEREIRO DE 2014

das mulheres no mercado de trabalho, com melhores empregos, salário igual ao dos homens para iguais funções e maior participação feminina na política” (<http://www.portalodm.com.br/>).

Objetivo atingido, sobretudo no que concerne à política nacional de microcrédito produtivo orientado, pois, entre os inscritos no *Cadastro Único*, cerca de 52% das operações foram tomadas por mulheres no período e 56% dos empréstimos entre os beneficiários do *Bolsa Família* foram tomados por mulheres. No *Pronatec Brasil Sem Miséria* (específico para cidadãos inscritos no cadastro único dos programas sociais do Governo Federal e beneficiários do *Bolsa Família*), a média de matrículas de mulheres foi de 62% contra 38% de homens. Nacionalmente as mulheres representam 59% das matrículas no *Pronatec BSM*, o que significa que o **g100** está acima da média nacional no número de matrículas feitas por mulheres. Ao todo foram efetuadas 467.103 matrículas do *Pronatec* nos municípios do **g100**, com um aumento estimado de 545% no número de matrículas em 2015 com relação a 2013, quando foram realizadas 72.432 matrículas.

Os objetivos específicos que previam *a melhoria das condições de vida e da integração social e econômica de pelo menos 20 mil famílias em pelo menos 50 dos municípios do g100; incentivar, monitorar e avaliar a oferta de vagas na educação profissional e tecnológica, por meio do acompanhamento e a implementação local do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); incentivar o volume e quantidade das operações de microcrédito por meio do acompanhamento e da implementação* ➔



local do Programa Nacional de Microcrédito (*Crescer*) também foram atingidos.

No total, foram beneficiados nos municípios do **g100**, desde a assinatura do projeto, 467.103 cidadãos matriculados no *Pronatec*. Quanto aos tomadores de microcrédito produtivo orientado em situação de vulnerabilidade, foram 977.195 operações entre os inscritos no cadastro único e 665.360 entre os beneficiários do *Bolsa Família*.

Ou seja, com esses indicadores, avaliamos muito positivamente a execução das ações, entendendo que se faz necessária uma articulação entre os municípios mais vulneráveis, através de parcerias para o incremento e a melhor execução de programas já existentes, ofertados pelo Governo Federal. A qualificação e capacitação permanente dos gestores municipais são desafios que projetos como esse ajudam a superar.

CONQUISTANDO PARCERIAS E HORIZONTES

O **g100** angariou outras conquistas muito importantes durante o projeto, como a priorização desses municípios na iniciativa desenvolvida pela Anvisa

REUNIÃO COM SECRETÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE MUNICÍPIOS DO g100 DO ESTADO DE SÃO PAULO, 25 DE MAIO

de *Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária*, que aprimora os instrumentos de articulação e integração socioeconômica do programa de *Inclusão Produtiva*. O projeto surgiu da demanda real de empreendedores, cujas atividades estão relacionadas à alimentação, higiene, beleza e afins, se formalizarem sem serem penalizados pela regulação sanitária, mas ao mesmo tempo respeitando os procedimentos que assegurassem a integridade e saúde dos usuários e consumidores. Nesse sentido, a Anvisa patrocinou diversos eventos relacionados ao projeto e envidou esforços de sensibilização dos prefeitos e gestores junto à FNP.

O tratamento diferenciado ao **g100** na contratação do PMAT junto ao BNDES foi outra importante conquista alcançada no âmbito do projeto. O PMAT é um programa que financia projetos de melhoria da gestão, aumento da arrecadação, informatização dos sistemas e racionalização administrativa. O programa ataca um problema fundamental do **g100**, que é a baixa receita e a qualificação dos serviços. No entanto, é consenso entre os prefeitos que ainda é preciso avançar em alguns itens em relação ao acesso



CAPACITAÇÃO DA FNP E DO BNDES PARA OS PREFEITOS DO g100 DO ESTADO DE GOIÁS PARA O PMAT



CONCLUSÃO DA CAPACITAÇÃO PILOTO DE GESTORES E AGENTES DE MICROCRÉDITO

e aos requisitos para obtenção do financiamento. As conquistas do **g100** são sinais de um diálogo possível e muito promissor.

O programa *Mais Médicos*, que surgiu como resultado de uma campanha promovida pela FNP intitulada “Cadê o Médico?” e lançada na mesma data do *Projeto de Fortalecimento Institucional do g100*, tornou o **g100** critério oficial para a alocação de médicos provenientes do programa, o que destaca sua importância e relevância, reconhecidamente respeitado e considerado como elemento fundamental na correção das distorções que programas federais podem ocasionar.

Em maio de 2013, o prefeito e vice-presidente da FNP para Assuntos do **g100**, Sérgio Ribeiro (Carapicuíba-SP), solicitou ao então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que o **g100** se tornasse critério prioritário para alocação dos médicos do programa. O ministro atendeu ao pedido da FNP, ciente da relevância e repercussão do projeto, assim como dos resultados já alcançados.

Visto todos os resultados obtidos, a repercussão

e importância desse recorte para a unicidade de ações no enfrentamento da realidade, acreditamos ser imprescindível a existência de projetos deste nível de abrangência. Outrossim, entendemos que os avanços obtidos por projetos desta envergadura se apresentam cada vez mais promissores em nosso país, com o apoio da União Europeia, de Ministérios e Agências do Governo Federal.

Deste modo, com o contínuo avanço das políticas sociais na garantia de direitos, é possível garantir que juntos, municípios brasileiros - autônomos, politicamente independentes, com mais competências técnicas nas áreas da gestão local de políticas urbanas e profunda responsabilidade em coesão social e desenvolvimento sustentável de sua sociedade local - possam inspirar as cidades dos países vizinhos no Mercosul, em países africanos em desenvolvimento e todos aqueles que se apresentam com dificuldades de superação de desigualdades e correção de distorções federativas. O **g100** pode contribuir como importante ferramenta na cooperação entre países que buscam o desenvolvimento com sustentabilidade, democracia e soberania.

ÍNDICE g100

INDICADORES PARA A FORMAÇÃO DO g100 - 2015

RG	UF	Município	População 2014	Receita corrente per capita média 2010-2013	Percentual da população atendida pela saúde suplementar Setembro/2014	Pessoas em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 154,00 Setembro/2014	Percentual das crianças de até cinco anos matriculadas 2010	Índice g100
1	PA	Bragança	120.124	969,99	1,7%	38,3%	20,6%	0,0738
2	MA	Paço do Lumiar	115.693	934,40	8,8%	56,0%	41,4%	0,1062
3	MG	Ribeirão das Neves	319.310	950,18	20,7%	75,1%	24,6%	0,1263
4	PA	Ananindeua	499.776	991,85	21,7%	71,3%	19,0%	0,1331
5	RJ	São Gonçalo	1.031.903	954,50	28,4%	75,1%	22,6%	0,1336
6	PR	Almirante Tamandaré	111.586	1.014,40	17,5%	74,0%	15,8%	0,1364
7	PA	São Félix do Xingu	111.633	1.091,09	0,3%	72,8%	13,4%	0,1414
8	PB	Bayeux	95.677	1.091,87	6,5%	52,8%	28,6%	0,1430
9	GO	Águas Lindas de Goiás	182.526	1.100,51	3,2%	58,7%	26,6%	0,1464
10	PE	São Lourenço da Mata	109.298	1.133,75	8,6%	52,1%	30,2%	0,1594
11	GO	Novo Gama	104.899	1.127,80	5,8%	75,7%	12,5%	0,1606
12	PE	Paulista	319.769	1.088,44	16,1%	67,8%	25,1%	0,1631
13	AC	Cruzeiro do Sul	80.953	1.240,49	1,3%	27,0%	36,4%	0,1650
14	SE	São Cristóvão	85.814	1.103,79	11,9%	60,3%	34,4%	0,1656
15	MA	Bacabal	102.265	1.200,96	3,8%	37,4%	39,3%	0,1693
16	SE	Nossa Senhora do Socorro	174.974	1.177,81	8,7%	54,3%	24,7%	0,1697
17	AP	Santana	110.565	1.191,22	6,5%	50,5%	27,6%	0,1706
18	PE	Santa Cruz do Capibaribe	99.232	1.133,28	8,2%	51,1%	43,9%	0,1715
19	RJ	São João de Meriti	460.711	1.094,42	23,8%	75,2%	23,2%	0,1782
20	PE	Abreu e Lima	98.201	1.201,42	17,2%	50,5%	22,8%	0,1794
21	PA	Abetetuba	148.873	1.273,07	5,7%	33,3%	31,6%	0,1801
22	PE	Carpina	80.194	1.170,65	5,7%	55,8%	43,1%	0,1845
23	MA	São José de Ribamar	172.402	1.212,71	7,4%	54,0%	31,2%	0,1850
24	PA	Tailândia	93.906	1.248,69	2,5%	56,7%	24,4%	0,1863
25	RJ	Belford Roxo	479.386	1.162,19	19,7%	65,8%	25,2%	0,1879
26	GO	Trindade	115.470	1.176,03	9,6%	69,3%	27,8%	0,1880
27	AM	Manacapuru	92.996	1.416,37	1,1%	34,0%	15,3%	0,1977
28	PA	Cametá	129.161	1.347,40	0,8%	35,3%	35,7%	0,2013
29	RS	Viamão	251.033	1.224,44	20,5%	76,1%	12,3%	0,2046
30	RJ	Nova Iguaçu	806.177	1.238,16	24,4%	66,3%	17,7%	0,2081
31	CE	Maranguape	122.020	1.303,91	5,9%	54,0%	33,8%	0,2116
32	RS	Alvorada	205.683	1.255,71	20,8%	80,2%	7,7%	0,2134
33	MA	Barra do Corda	85.603	1.363,38	1,6%	35,1%	43,0%	0,2134
34	SP	Carapicuíba	390.073	1.119,28	41,0%	81,1%	33,9%	0,2199
35	PB	Patos	105.531	1.336,87	5,5%	54,9%	34,5%	0,2217
36	PE	Olinda	388.821	1.238,68	27,0%	61,0%	34,2%	0,2220
37	AP	Macapá	446.757	1.316,84	13,5%	69,9%	22,5%	0,2274
38	BA	Feira de Santana	612.000	1.261,21	18,9%	72,1%	31,0%	0,2282
39	RJ	Mesquita	170.473	1.298,55	19,9%	71,6%	23,1%	0,2312
40	BA	Valença	96.507	1.387,15	3,4%	55,1%	34,8%	0,2331
41	PA	Santarém	290.521	1.435,55	8,6%	43,5%	29,9%	0,2340
42	PB	Santa Rita	133.927	1.422,03	7,3%	47,5%	32,6%	0,2360
43	PR	Sarandi	89.388	1.290,56	16,4%	74,9%	30,4%	0,2361
44	PE	Arapipina	82.298	1.537,49	2,2%	28,7%	31,6%	0,2388
45	SE	Itabaiana	92.732	1.402,64	5,1%	52,2%	37,9%	0,2390
46	MT	Cáceres	90.106	1.330,61	17,4%	61,6%	37,1%	0,2412
47	CE	Quixadá	84.684	1.448,45	4,2%	40,2%	42,5%	0,2422
48	BA	Guanambi	85.237	1.451,05	4,0%	47,4%	35,9%	0,2431
49	PE	Jaboatão dos Guararapes	680.943	1.351,11	23,1%	61,6%	28,4%	0,2436
50	PE	Camaragibe	152.840	1.382,97	15,3%	57,2%	32,4%	0,2437
51	GO	Aparecida de Goiânia	511.323	1.374,21	15,7%	81,9%	10,5%	0,2447
52	PE	Gravatá	81.182	1.469,31	4,6%	49,1%	32,7%	0,2467
53	PE	Vitória de Santo Antão	134.871	1.470,45	9,4%	46,8%	30,3%	0,2471
54	MA	Codó	119.962	1.526,57	1,5%	36,3%	35,5%	0,2472
55	CE	Juazeiro do Norte	263.704	1.377,06	10,1%	55,4%	45,7%	0,2485
56	SE	Lagarto	101.305	1.459,29	6,7%	46,7%	40,3%	0,2515
57	MG	Santa Luzia	214.830	1.376,32	27,5%	76,2%	11,0%	0,2519
58	PE	Igarassu	110.917	1.433,18	12,0%	55,3%	33,2%	0,2519
59	MA	Pinheiro	80.917	1.450,59	2,3%	41,4%	53,3%	0,2528

RG	UF	Município	População 2014	Receita corrente per capita média 2010-2013	Percentual da população atendida pela saúde suplementar Setembro/2014	Pessoas em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 154,00 Setembro/2014	Percentual das crianças de até cinco anos matriculadas 2010	Índice g100
60	PA	Castanhal	186.895	1.475,91	8,3%	58,9%	24,8%	0,2538
61	BA	Senhor do Bonfim	80.810	1.417,38	6,5%	49,1%	52,3%	0,2554
62	PE	Serra Talhada	83.712	1.512,89	4,9%	50,6%	30,5%	0,2566
63	AM	Parintins	110.411	1.540,37	0,9%	43,0%	36,8%	0,2577
64	SP	Itaquaquecetuba	348.739	1.364,53	23,0%	75,3%	27,3%	0,2596
65	PR	Piraquara	102.798	1.405,75	15,6%	77,3%	23,8%	0,2614
66	BA	Serrinha	82.733	1.480,71	7,5%	42,9%	50,1%	0,2634
67	PE	Garanhuns	136.057	1.484,69	15,7%	49,3%	34,5%	0,2634
68	BA	Ilhéus	182.350	1.506,27	12,1%	52,2%	30,2%	0,2636
69	PE	Caruaru	342.328	1.458,83	20,4%	56,5%	29,2%	0,2638
70	CE	Itapipoca	123.613	1.532,07	2,2%	36,2%	51,0%	0,2644
71	PR	Colombo	229.872	1.313,16	22,1%	78,0%	44,0%	0,2646
72	CE	Caucaia	349.526	1.406,25	11,9%	58,2%	49,8%	0,2646
73	MT	Várzea Grande	265.775	1.446,46	17,6%	63,2%	31,8%	0,2673
74	PA	Breves	97.351	1.730,54	1,0%	29,5%	20,4%	0,2692
75	CE	Crato	127.657	1.450,39	11,0%	53,1%	49,6%	0,2693
76	PE	Petrolina	326.017	1.473,28	18,4%	51,8%	37,9%	0,2694
77	MG	Coronel Fabriciano	108.843	1.279,72	35,7%	83,5%	40,8%	0,2712
78	BA	Teixeira de Freitas	155.659	1.492,25	13,0%	68,6%	23,9%	0,2713
79	RS	Uruguaiana	129.580	1.500,29	8,3%	66,3%	29,3%	0,2715
80	BA	Itabuna	218.925	1.440,58	18,3%	64,7%	37,9%	0,2743
81	MA	Timon	163.342	1.571,91	7,5%	44,7%	38,9%	0,2753
82	GO	Planaltina	86.751	1.563,52	4,8%	60,2%	28,1%	0,2754
83	PI	Parnaíba	149.348	1.527,55	6,1%	59,9%	37,0%	0,2770
84	TO	Araguaína	167.176	1.491,87	7,3%	63,0%	42,5%	0,2785
85	PR	Guarapuava	176.973	1.511,39	15,4%	71,1%	22,6%	0,2793
86	BA	Vitória da Conquista	340.199	1.533,07	13,4%	61,2%	29,6%	0,2795
87	BA	Santo Antônio de Jesus	100.550	1.473,61	10,5%	59,6%	49,0%	0,2804
88	RO	Ji-Paraná	129.242	1.509,85	11,1%	72,8%	27,6%	0,2813
89	GO	Formosa	110.388	1.614,58	7,7%	59,6%	23,0%	0,2839
90	MG	Ibirité	171.932	1.536,66	27,6%	66,9%	13,8%	0,2845
91	GO	Valparaíso de Goiás	150.005	1.496,63	12,4%	74,8%	31,8%	0,2858
92	PA	Itaituba	98.405	1.703,73	2,1%	41,0%	31,6%	0,2874
93	RJ	Japeri	99.141	1.628,76	9,1%	58,5%	24,1%	0,2885
94	MG	Caratinga	90.192	1.479,42	14,6%	71,0%	40,2%	0,2885
95	MA	Santa Inês	82.680	1.618,65	4,7%	52,0%	38,9%	0,2902
96	RJ	Nilópolis	158.299	1.442,37	30,7%	78,9%	27,4%	0,2907
97	CE	Iguatu	100.733	1.584,54	4,9%	57,5%	42,0%	0,2913
98	SP	Ferraz de Vasconcelos	182.544	1.438,69	21,6%	82,9%	34,3%	0,2915
99	AM	Itacoatiara	95.714	1.756,46	1,4%	44,3%	23,9%	0,2930
100	MG	Nova Serrana	87.260	1.427,17	22,3%	91,8%	29,4%	0,2935
101	SP	Francisco Morato	166.505	1.486,86	25,8%	72,6%	31,6%	0,2945
102	MG	Passos	112.402	1.464,08	20,3%	78,2%	37,7%	0,2952
103	RJ	Queimados	142.709	1.659,08	19,1%	57,9%	18,6%	0,2989
104	PR	Fazenda Rio Grande	90.648	1.492,78	22,2%	81,1%	30,6%	0,2998
105	MG	Conselheiro Lafaiete	124.370	1.376,35	44,0%	81,2%	38,9%	0,3012
106	PA	Marituba	120.305	1.643,09	5,9%	56,2%	40,6%	0,3025
107	BA	Alagoinhas	153.560	1.634,01	14,5%	59,8%	30,6%	0,3028
108	MG	Sabará	133.528	1.488,24	26,9%	77,9%	37,1%	0,3066
109	ES	Cariacica	378.915	1.499,12	33,2%	72,5%	36,8%	0,3099
110	MG	Ubá	109.779	1.375,92	46,4%	83,4%	43,4%	0,3103
111	BA	Salvador	2.902.927	1.603,52	28,5%	70,7%	21,9%	0,3124
112	BA	Porto Seguro	143.282	1.762,81	6,5%	55,6%	31,0%	0,3178
113	MG	Vespasiano	116.506	1.648,76	21,1%	73,7%	22,0%	0,3179
114	MG	Teófilo Otoni	140.567	1.677,94	20,4%	61,7%	30,8%	0,3203

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Elaboração: Frente Nacional de Prefeitos e Aequus Consultoria.

DADOS GERAIS DO g100

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO g100 - 2015

UF	Município	Demografia				Receitas			
		População 2014	Taxa anual de crescimento da população 2000-2014	População com menos de 15 anos - 2010	População urbana em extrema pobreza - 2010	Receita corrente per capita 2013	Receita tributária per capita 2013	FPM per capita 2013	ICMS per capita 2013
em R\$ 1,00 ¹									
PA	Bragança	120.124	1,8%	32,4%	16,0%	960,38	48,31	267,05	62,59
MA	Paço do Lumiar	115.693	3,0%	26,6%	7,0%	925,91	118,76	279,05	39,17
MG	Ribeirão das Neves	319.310	1,9%	25,9%	3,2%	891,70	132,60	205,89	131,58
PA	Ananindeua	499.776	1,7%	26,0%	6,3%	970,32	124,47	139,26	166,89
RJ	São Gonçalo	1.031.903	1,1%	20,7%	3,2%	925,68	183,89	53,13	181,75
PR	Almirante Tamandaré	111.586	1,7%	27,6%	2,3%	1.065,54	140,37	353,47	156,42
PA	São Félix do Xingu	111.633	8,7%	29,7%	8,8%	997,25	84,22	261,49	182,97
PB	Bayeux	95.677	0,6%	25,7%	10,1%	1.087,07	75,80	358,59	166,75
GO	Águas Lindas de Goiás	182.526	4,0%	31,9%	5,3%	1.050,36	113,58	344,86	37,92
PE	São Lourenço da Mata	109.298	1,4%	24,9%	13,3%	1.138,17	109,71	355,67	151,94
GO	Novo Gama	104.899	2,5%	30,4%	5,8%	308,79	...
PE	Paulista	319.769	1,4%	22,5%	7,9%	992,69	167,12	241,56	188,82
AC	Cruzeiro do Sul	80.953	1,3%	35,8%	12,0%	1.224,84	219,05	259,10	262,17
SE	São Cristóvão	85.814	2,0%	27,6%	8,7%	1.046,25	170,59	343,89	108,58
MA	Bacabal	102.265	0,8%	29,6%	10,3%	1.148,93	51,69	291,21	114,86
SE	Nossa Senhora do Socorro	174.974	2,1%	28,8%	9,3%	1.155,24	137,89	423,80	200,18
AP	Santana	110.565	2,3%	33,0%	10,7%	1.030,17	106,21	181,95	331,45
PE	Santa Cruz do Capibaribe	99.232	3,8%	26,7%	5,7%	1.110,73	101,22	372,64	175,69
RJ	São João de Meriti	460.711	0,2%	22,8%	3,3%	1.215,74	161,12	111,39	232,74
PE	Abreu e Lima	98.201	0,7%	23,8%	8,9%	1.208,02	92,54	369,29	420,40
PA	Abaetetuba	148.873	1,6%	30,7%	15,3%	1.256,42	47,16	454,47	68,61
PE	Carpina	80.194	1,6%	24,4%	12,7%	1.173,17	101,74	394,62	228,43
MA	São José de Ribamar	172.402	3,4%	27,5%	10,5%	1.184,88	156,60	463,15	69,20
PA	Tailândia	93.906	6,6%	34,9%	16,8%	1.133,03	65,72	288,23	127,52
RJ	Belford Roxo	479.386	0,7%	24,9%	6,2%	1.173,01	155,46	107,48	224,56
GO	Trindade	115.470	2,5%	24,7%	3,3%	299,29	...
AM	Manacapuru	92.996	1,7%	36,9%	13,4%	1.456,10	79,05	303,69	293,80
PA	Cametá	129.161	2,0%	35,6%	18,8%	1.279,83	25,20	248,76	42,07
RS	Viamão	251.033	0,7%	24,5%	2,9%	1.106,87	119,37	218,58	225,21
RJ	Nova Iguaçu	806.177	-0,9%	24,0%	5,7%	1.244,79	224,75	63,78	196,99
CE	Maranguape	122.020	2,4%	26,7%	9,0%	1.223,44	54,11	335,24	172,81
RS	Alvorada	205.683	0,8%	26,2%	3,1%	1.168,98	129,30	266,92	146,44
MA	Barra do Corda	85.603	0,7%	31,9%	17,6%	1.282,51	49,16	325,60	75,98
SP	Carapicuíba	390.073	0,9%	24,3%	3,8%	1.044,92	206,94	142,28	233,33
PB	Patos	105.531	1,0%	25,0%	8,4%	1.266,09	124,46	347,72	152,98
PE	Olinda	388.821	0,4%	22,0%	8,2%	1.218,99	248,49	197,12	320,70
AP	Macapá	446.757	3,3%	31,2%	7,9%	1.301,98	205,30	479,32	243,97
BA	Feira de Santana	612.000	1,7%	24,1%	6,7%	1.214,40	256,90	126,91	264,28
RJ	Mesquita	170.473	..	22,7%	3,9%	1.266,18	205,08	301,62	218,69
BA	Valença	96.507	1,6%	26,7%	12,4%	1.291,64	81,15	353,07	137,76
PA	Santarém	290.521	0,7%	31,6%	10,2%	1.438,64	119,66	238,48	140,81
PB	Santa Rita	133.927	1,0%	26,7%	12,0%	1.288,67	109,94	291,17	296,56
PR	Sarandi	89.388	1,6%	24,1%	2,7%	385,91	...
PE	Araripina	82.298	1,1%	31,5%	16,6%	1.460,38	66,77	388,41	178,19
SE	Itabaiana	92.732	1,4%	26,5%	8,4%	1.320,29	144,36	341,10	143,95
MT	Cáceres	90.106	0,3%	26,8%	5,0%	1.253,20	170,51	289,86	187,65
CE	Quixadá	84.684	1,4%	27,2%	13,9%	1.411,63	82,38	395,78	104,67
BA	Guanambi	85.237	1,2%	23,1%	7,6%	1.399,11	205,31	372,94	127,31
PE	Jaboatão dos Guararapes	680.943	1,1%	23,9%	9,4%	1.331,61	246,05	113,24	447,54
PE	Camragibe	152.840	1,2%	23,1%	8,1%	1.231,81	127,61	488,82	108,98
GO	Aparecida de Goiânia	511.323	3,0%	25,9%	2,6%	1.258,38	353,63	122,54	211,82
PE	Gravatá	81.182	1,4%	24,8%	12,1%	1.374,84	245,25	389,02	165,85
PE	Vitória de Santo Antão	134.871	1,0%	24,6%	13,2%	1.552,31	172,99	323,61	350,40
MA	Codó	119.962	0,5%	31,9%	19,6%	1.448,96	71,21	280,97	135,21
CE	Juazeiro do Norte	263.704	1,6%	26,7%	9,1%	1.298,98	121,26	302,33	148,57
SE	Lagarto	101.305	1,4%	26,8%	10,3%	1.362,66	88,32	334,66	105,94
MG	Santa Luzia	214.830	1,1%	24,8%	2,6%	1.243,31	164,95	304,79	250,18
PE	Igarassu	110.917	2,2%	25,4%	11,7%	1.299,71	98,77	352,35	403,48

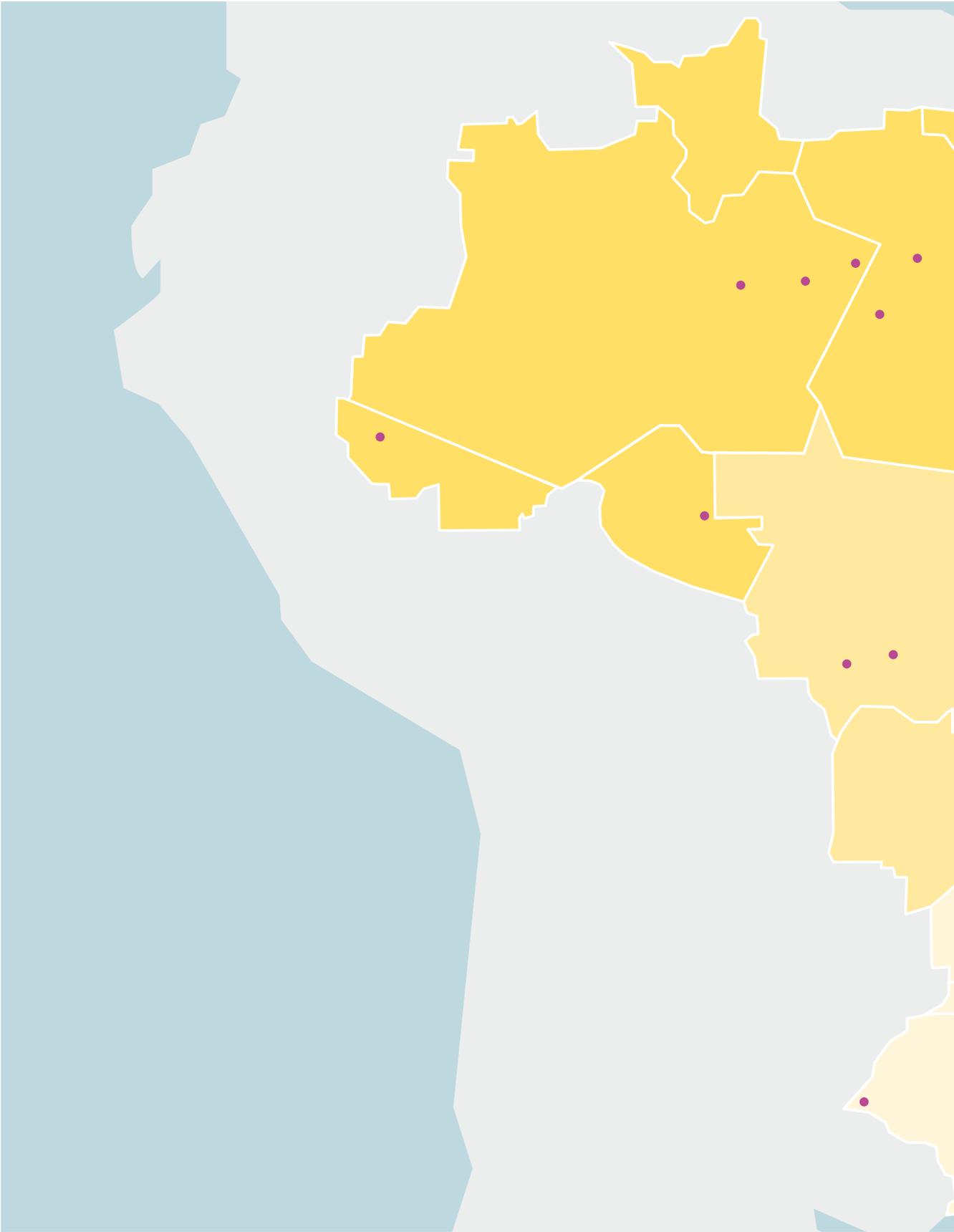
UF	Município	Educação		Saúde			Perfil econômico		Violência
		Despesa com educação por aluno 2013	Ideb das séries iniciais do Ensino Fundamental 2013	Despesa com saúde per capita 2013	Despesa com recursos próprios 2013	Cumprimento da EC nº 29 - 2013	PIB per capita 2012	Número de emprego por mil habitantes 2013	Taxa média de homicídio por 100 mil habitantes 2013
				em R\$ 1,00 ¹	em R\$ 1,00 ¹	em R\$ milhões	em %		em R\$ 1,00 ¹
PA	Bragança	3.237,05	3,4	189,31	7,4	16,46	4.997,17	62	34,5
MA	Paço do Lumiar	3.509,96	4,3	202,85	7,2	15,71	3.683,79	51	35,3
MG	Ribeirão das Neves	4.159,07	5,0	398,74	34,8	21,93	9.068,46	85	45,0
PA	Ananindeua	3.360,07	4,5	336,81	36,5	16,27	8.589,53	127	124,7
RJ	São Gonçalo	5.542,76	4,1	337,06	116,2	25,54	11.786,62	116	26,9
PR	Almirante Tamandaré	4.368,85	4,9	204,38	18,1	24,75	8.136,70	116	62,6
PA	São Félix do Xingu	3.063,85	3,2	272,89	10,2	17,59	7.251,78	47	20,6
PB	Bayeux	3.524,10	3,8	307,12	13,7	24,10	8.813,51	109	43,1
GO	Águas Lindas de Goiás	3.820,31	4,4	186,51	17,0	19,91	5.381,94	53	54,5
PE	São Lourenço da Mata	3.434,45	3,9	308,47	11,0	16,19	6.794,39	84	31,4
GO	Novo Gama	...	5,0	...	7,2	15,78	5.526,10	50	49,5
PE	Paulista	4.455,60	3,9	233,63	31,6	16,15	9.161,07	121	31,3
AC	Cruzeiro do Sul	3.525,30	4,3	302,11	10,9	18,57	10.767,24	99	12,4
SE	São Cristóvão	4.694,93	3,2	209,88	8,2	15,76	7.283,81	208	52,0
MA	Bacabal	3.013,15	4,0	435,30	10,4	21,47	6.724,41	82	32,4
SE	Nossa Senhora do Socorro	4.315,60	4,0	272,62	21,0	15,93	12.407,95	106	49,3
AP	Santana	4.013,58	4,6	232,10	13,5	19,56	15.276,59	101	30,3
PE	Santa Cruz do Capibaribe	3.381,90	4,7	347,22	20,3	30,28	8.336,88	136	41,3
RJ	São João de Meriti	7.806,15	4,5	361,48	38,3	17,07	12.406,34	127	21,3
PE	Abreu e Lima	5.107,49	3,9	412,79	20,2	23,03	10.770,91	141	21,5
PA	Abetetuba	3.337,13	4,0	278,62	16,5	19,43	5.198,40	67	34,0
PE	Carpina	5.146,38	3,9	321,44	10,8	18,00	9.940,10	140	35,3
MA	São José de Ribamar	3.774,02	4,4	364,29	38,7	33,35	4.030,85	95	39,9
PA	Taiálandia	2.823,02	4,0	200,33	7,5	17,20	4.992,94	124	77,3
RJ	Belford Roxo	4.457,76	3,7	348,78	66,3	27,46	15.892,76	73	14,4
GO	Trindade	...	5,2	...	16,3	19,48	10.345,42	125	60,8
AM	Manacapuru	3.417,71	4,3	345,17	15,3	24,92	9.596,46	55	26,1
PA	Cametá	3.069,55	3,7	205,39	5,9	15,06	3.679,41	52	6,3
RS	Viamão	4.168,00	4,6	156,14	27,4	17,03	10.409,63	86	42,0
RJ	Nova Iguaçu	5.115,65	3,9	422,41	97,3	23,55	13.303,03	128	25,0
CE	Maranguape	3.640,36	4,4	328,54	14,5	20,91	7.021,40	109	29,1
RS	Alvorada	3.977,56	4,7	207,53	28,2	23,30	8.599,33	96	49,3
MA	Barra do Corda	2.740,96	3,8	341,37	9,3	23,63	6.504,76	44	37,6
SP	Carapicuíba	7.936,74	4,8	308,20	90,6	32,32	11.079,32	117	14,2
PB	Patos	3.735,63	4,4	518,10	13,3	19,56	8.246,32	135	60,2
PE	Olinda	3.718,69	3,6	312,22	54,9	18,28	9.723,19	224	31,7
AP	Macapá	5.463,32	4,1	225,52	67,2	16,53	15.530,10	233	32,7
BA	Feira de Santana	4.370,86	3,4	451,90	111,5	26,58	15.199,91	206	46,5
RJ	Mesquita	4.626,81	4,5	352,48	18,9	15,11	9.984,47	98	5,3
BA	Valença	3.417,31	4,0	194,03	9,6	17,23	8.040,32	126	87,2
PA	Santarém	3.534,20	4,9	299,20	23,3	15,05	8.826,00	144	15,6
PB	Santa Rita	4.312,61	3,2	408,19	16,2	17,26	13.315,29	179	92,6
PR	Sarandi	3.773,01	5,2	249,53	13,7	17,99	9.626,50	151	34,0
PE	Araripina	3.516,25	4,1	309,22	9,9	18,39	6.325,79	94	14,9
SE	Itabaiana	5.173,36	3,5	437,24	9,8	17,47	11.365,59	148	49,0
MT	Cáceres	4.565,04	4,5	244,13	18,3	29,83	12.443,44	150	29,0
CE	Quixadá	3.673,98	4,5	466,14	12,0	24,13	7.572,10	122	73,8
BA	Guanambi	4.030,14	4,5	427,50	9,8	15,98	8.733,80	127	29,5
PE	Jaboatão dos Guararapes	4.557,32	4,3	317,33	91,9	15,96	14.478,20	160	39,8
PE	Camargibe	3.916,72	3,9	478,20	26,4	22,94	6.343,95	75	18,5
GO	Aparecida de Goiânia	4.261,67	5,2	404,26	54,7	16,00	15.684,38	237	57,7
PE	Gravatá	4.414,42	4,0	381,24	16,1	24,80	8.040,24	123	27,3
PE	Vitória de Santo Antão	3.476,08	3,8	381,80	18,4	16,10	15.016,74	176	50,0
MA	Codó	2.903,32	3,6	349,08	11,0	18,63	6.039,51	71	11,7
CE	Juazeiro do Norte	3.176,67	4,2	331,71	30,7	19,10	9.210,68	175	53,6
SE	Lagarto	4.154,27	4,6	372,87	8,9	17,03	8.956,95	120	19,9
MG	Santa Luzia	4.584,76	5,6	319,02	41,0	24,27	11.636,61	120	39,4
PE	Igarassu	3.262,39	3,9	285,01	16,5	17,44	14.008,17	189	40,2

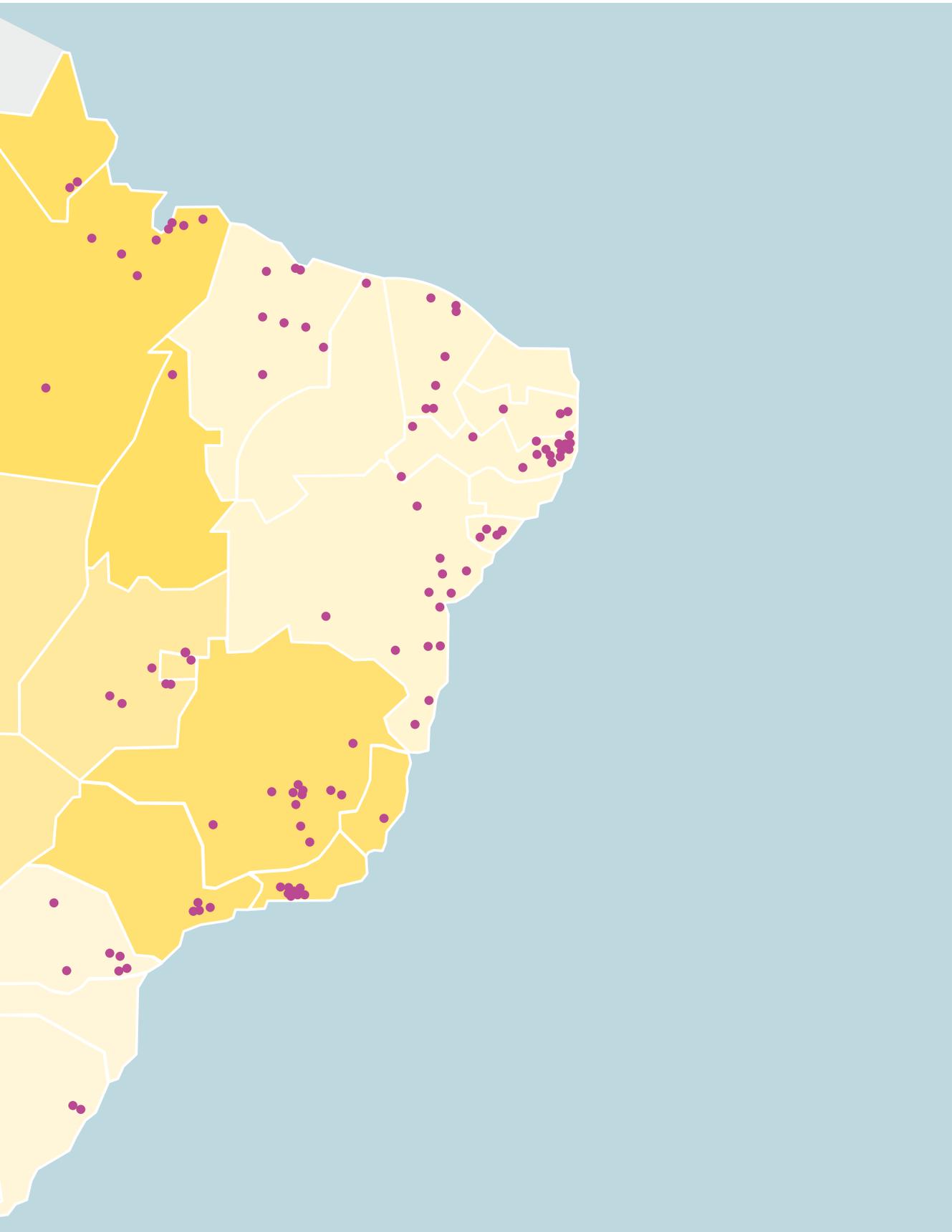
UF	Município	Demografia				Receitas			
		População 2014	Taxa anual de crescimento da população 2000-2014	População com menos de 15 anos - 2010	População urbana em extrema pobreza - 2010	Receita corrente per capita 2013	Receita tributária per capita 2013	FPM per capita 2013	ICMS per capita 2013
MA	Pinheiro	80.917	1,2%	29,3%	11,0%	1.447,16	79,99	319,86	76,89
PA	Castanhal	186.895	2,4%	28,2%	7,9%	1.401,90	92,56	374,04	201,69
BA	Senhor do Bonfim	80.810	1,3%	25,9%	12,5%	1.250,51	75,16	393,33	105,78
PE	Serra Talhada	83.712	1,2%	26,2%	10,6%	1.400,95	129,29	376,84	237,17
AM	Parintins	110.411	1,5%	37,5%	14,2%	1.460,98	118,34	291,69	247,65
SP	Itaquaquecetuba	348.739	1,8%	27,8%	5,8%	1.304,68	242,63	160,13	297,33
PR	Piraquara	102.798	2,5%	27,3%	1,7%	361,56	...
BA	Serrinha	82.733	0,0%	26,3%	10,6%	1.398,11	77,73	384,23	105,99
PE	Garanhuns	136.057	1,0%	26,6%	12,8%	1.349,94	149,80	320,67	258,71
BA	Ilhéus	182.350	-1,4%	25,2%	8,1%	1.475,65	215,51	416,66	259,90
PE	Caruaru	342.328	2,2%	24,8%	7,0%	1.414,72	274,24	226,74	246,74
CE	Itapipoca	123.613	1,9%	29,8%	17,5%	1.463,46	58,56	330,27	106,74
PR	Colombo	229.872	1,6%	26,2%	1,5%	1.216,01	237,86	276,80	210,42
CE	Caucaia	349.526	2,4%	27,3%	9,5%	1.293,97	135,16	229,02	202,95
MT	Várzea Grande	265.775	1,5%	25,6%	3,4%	1.419,89	249,93	201,19	264,51
PA	Breves	97.351	1,4%	40,8%	20,9%	289,95	...
CE	Crato	127.657	1,4%	25,6%	8,0%	1.387,80	83,41	318,86	137,70
PE	Petrolina	326.017	2,9%	28,3%	6,4%	1.338,49	171,14	239,16	239,83
MG	Coronel Fabriciano	108.843	0,8%	22,4%	2,5%	1.241,47	162,28	340,68	160,25
BA	Teixeira de Freitas	155.659	2,7%	26,6%	7,3%	485,67	...
RS	Uruguaiana	129.580	0,1%	26,0%	4,0%	1.426,09	236,17	275,98	331,19
BA	Itabuna	218.925	0,8%	22,8%	7,9%	1.341,57	153,39	352,66	319,99
MA	Timon	163.342	1,7%	29,0%	10,5%	1.457,12	60,32	488,07	103,74
GO	Planaltina	86.751	1,2%	30,1%	5,8%	1.474,78	140,34	345,40	96,63
PI	Parnaíba	149.348	0,9%	25,2%	10,8%	1.550,60	127,44	503,43	168,93
TO	Araguaina	167.176	2,8%	26,8%	4,3%	1.537,69	241,91	358,50	230,35
PR	Guarapuava	176.973	0,9%	25,4%	2,9%	1.473,66	289,96	357,80	330,88
BA	Vitória da Conquista	340.199	1,9%	25,0%	7,6%	1.440,77	224,60	228,27	204,14
BA	Santo Antônio de Jesus	100.550	1,9%	23,4%	6,2%	1.387,43	152,86	366,41	204,08
RO	Ji-Paraná	129.242	1,4%	25,5%	4,2%	1.322,75	241,58	230,28	346,29
GO	Formosa	110.388	2,5%	26,8%	4,3%	312,93	...
MG	Ibirité	171.932	1,8%	26,2%	3,1%	1.425,53	202,68	382,70	272,91
GO	Valparaíso de Goiás	150.005	3,3%	28,0%	3,0%	1.463,67	263,85	260,39	101,86
PA	Itaituba	98.405	0,3%	31,6%	13,0%	1.644,17	171,13	284,29	197,01
RJ	Japeri	99.141	1,3%	25,9%	7,1%	1.665,98	108,93	295,20	272,70
MG	Caratinga	90.192	1,1%	23,3%	3,7%	1.396,82	189,90	360,40	247,01
MA	Santa Inês	82.680	1,4%	30,2%	10,5%	1.742,73	169,22	313,08	146,16
RJ	Nilópolis	158.299	0,2%	20,6%	2,3%	324,29	...
CE	Iguatu	100.733	1,2%	23,7%	8,4%	1.495,77	137,70	355,97	171,48
SP	Ferraz de Vasconcelos	182.544	1,8%	26,0%	4,1%	1.388,10	197,09	305,98	273,18
AM	Itacoatiara	95.714	2,0%	35,6%	13,8%	1.756,43	150,46	295,70	411,53
MG	Nova Serrana	87.260	6,2%	24,6%	0,8%	1.335,21	137,70	354,56	301,62
SP	Francisco Morato	166.505	1,6%	28,0%	6,6%	1.467,99	136,31	334,97	164,39
MG	Passos	112.402	1,0%	21,3%	1,2%	1.414,97	223,67	330,46	248,79
RJ	Queimados	142.709	1,1%	25,4%	6,2%	1.693,74	220,29	245,88	310,11
PR	Fazenda Rio Grande	90.648	2,6%	28,4%	2,5%	1.522,94	315,35	383,00	122,90
MG	Conselheiro Lafaiete	124.370	1,4%	20,6%	1,7%	1.277,73	201,73	318,00	187,32
PA	Marituba	120.305	3,5%	28,8%	7,9%	1.618,82	80,66	253,61	156,10
BA	Alagoinhas	153.560	1,2%	23,3%	8,5%	1.597,47	212,80	488,26	265,90
MG	Sabará	133.528	1,1%	23,9%	3,0%	1.365,98	203,30	295,56	270,10
ES	Cariacica	378.915	1,1%	24,4%	3,1%	1.422,99	247,66	152,48	351,88
MG	Ubá	109.779	1,8%	21,9%	1,5%	1.351,36	182,94	340,08	311,68
BA	Salvador	2.902.927	1,2%	20,7%	5,5%	1.539,35	599,49	204,41	228,88
BA	Porto Seguro	143.282	2,9%	30,6%	7,5%	1.701,18	353,01	309,98	159,13
MG	Vespasiano	116.506	3,1%	25,9%	2,5%	1.591,33	313,47	322,61	320,73
MG	Teófilo Otoni	140.567	0,6%	23,5%	4,8%	1.612,76	131,63	296,34	173,16
g100		24.096.190	1,5%	25,4%	6,5%	1.311,72	230,19	250,03	219,17
Acima de 80 mil hab. ¹ sem g100		94.063.292	1,4%	21,9%	3,1%	2.604,08	837,84	195,19	580,83
Total dos municípios do Brasil		199.944.262	1,3%	24,1%	5,4%	2.230,24	512,84	394,03	485,74

UF	Município	Educação		Saúde			Perfil econômico		Violência
		Despesa com educação por aluno 2013	Ideb das séries iniciais do Ensino Fundamental 2013	Despesa com saúde per capita 2013	Despesa com recursos próprios 2013	Cumprimento da EC nº 29 - 2013	PIB per capita 2012	Número de emprego por mil habitantes 2013	Taxa média de homicídio por 100 mil habitantes 2013
				em R\$ 1,00 ¹	em R\$ 1,00 ¹	em R\$ milhões	em %		em R\$ 1,00 ¹
MA	Pinheiro	2.799,69	4,2	379,91	7,6	19,42	5.368,16	55	46,0
PA	Castanhal	3.576,55	4,0	473,99	25,0	19,21	10.948,31	172	45,7
BA	Senhor do Bonfim	4.241,68	3,2	481,03	8,3	17,21	7.431,82	107	27,4
PE	Serra Talhada	4.779,09	4,0	377,88	13,6	21,30	11.443,28	131	18,1
AM	Parintins	3.561,36	4,4	359,03	14,3	20,59	6.504,35	58	6,4
SP	Itaquaquecetuba	4.810,78	4,6	211,57	61,8	22,28	11.826,43	135	35,7
PR	Piraquara	...	4,8	...	18,6	19,09	7.853,37	85	40,6
BA	Serinha	3.328,09	3,2	323,30	8,4	18,16	6.887,74	127	35,3
PE	Garanhuns	5.249,32	4,0	321,84	16,6	16,14	10.589,46	147	36,3
BA	Ilhéus	3.995,41	3,6	345,30	26,1	16,52	13.477,49	173	80,7
PE	Caruaru	3.880,71	4,2	392,05	63,9	24,64	11.950,04	221	52,2
CE	Itapipoca	3.680,37	4,6	355,64	12,3	20,01	6.576,73	77	28,6
PR	Colombo	3.939,97	5,7	261,21	46,8	26,89	11.858,73	176	41,4
CE	Caucaia	3.284,06	4,4	293,39	35,9	17,52	10.881,38	100	62,6
MT	Várzea Grande	4.218,36	4,8	403,83	35,3	17,20	15.758,61	186	51,0
PA	Breves	...	2,9	...	8,6	21,21	4.172,07	73	14,5
CE	Crato	3.546,63	4,7	497,95	15,2	21,09	8.082,37	171	39,5
PE	Petrolina	4.403,39	5,2	353,68	35,1	15,69	12.399,02	204	39,1
MG	Coronel Fabriciano	4.887,54	5,6	241,31	17,5	21,74	9.940,09	172	49,9
BA	Teixeira de Freitas	...	4,4	...	30,2	23,82	9.743,21	165	58,7
RS	Uruguaiana	4.785,18	5,1	282,67	20,8	16,26	25.242,40	168	17,0
BA	Itabuna	4.297,95	4,2	518,70	34,7	18,36	14.484,10	187	81,1
MA	Timon	3.371,47	4,2	404,38	21,2	20,48	6.225,74	79	22,9
GO	Planaltina	4.351,82	4,4	310,87	16,1	33,76	6.893,53	88	93,0
PI	Parnaíba	3.613,64	4,0	538,97	30,9	25,33	7.658,16	114	21,5
TO	Araguaína	6.085,47	5,4	420,00	26,3	18,37	14.101,21	189	42,7
PR	Guarapuava	4.653,78	5,8	337,99	33,4	17,61	19.238,96	245	31,9
BA	Vitória da Conquista	3.900,02	3,9	519,15	55,7	22,89	12.522,46	199	49,6
BA	Santo Antônio de Jesus	3.536,15	4,2	444,57	12,5	16,12	12.313,81	209	51,3
RO	Ji-Paraná	5.790,90	6,3	359,31	25,5	22,64	17.306,92	209	8,6
GO	Formosa	...	5,0	...	12,5	15,44	11.841,12	141	60,8
MG	Ibirité	4.509,48	5,6	547,32	45,3	28,56	9.080,96	99	30,6
GO	Valparaíso de Goiás	4.174,89	5,0	293,01	16,8	18,44	8.940,67	102	49,8
PA	Itaituba	3.468,86	3,8	369,88	13,8	21,80	8.106,28	100	32,5
RJ	Japeri	3.571,41	4,3	357,62	19,6	28,85	10.542,88	68	13,2
MG	Caratinga	5.649,48	5,4	596,57	21,3	27,41	12.200,26	187	14,5
MA	Santa Inês	2.895,77	3,9	676,32	13,0	25,13	7.409,37	94	34,1
RJ	Nilópolis	4.632,03	4,3	418,43	19,2	16,21	12.252,40	125	12,6
CE	Iguatu	3.998,75	5,1	473,69	16,6	24,46	8.978,46	142	29,0
SP	Ferraz de Vasconcelos	5.379,90	5,2	232,53	33,6	22,82	11.202,12	121	12,8
AM	Itacoatiara	3.636,63	4,4	441,08	20,1	24,65	11.681,96	119	25,5
MG	Nova Serrana	3.851,47	6,0	378,83	19,5	26,98	13.796,28	316	35,5
SP	Francisco Morato	5.189,78	4,8	318,35	29,7	25,85	7.256,47	56	10,3
MG	Passos	5.170,30	6,5	426,44	24,1	23,03	16.034,66	226	28,7
RJ	Queimados	4.787,53	4,0	421,68	20,9	18,28	14.545,41	157	12,0
PR	Fazenda Rio Grande	3.501,14	5,8	325,72	23,2	31,44	9.327,04	154	43,8
MG	Conselheiro Lafaiete	4.273,11	6,7	485,86	31,2	31,59	11.269,21	181	4,9
PA	Marituba	3.052,77	3,8	411,34	10,7	18,34	7.830,39	98	75,7
BA	Alagoinhas	4.798,06	...	399,79	30,7	20,37	13.802,16	158	74,1
MG	Sabará	3.980,99	5,2	293,88	30,8	28,36	11.860,78	130	15,1
ES	Cariacica	4.255,80	4,9	207,11	54,3	17,97	19.212,59	148	51,6
MG	Ubá	5.841,98	6,1	278,18	23,8	23,44	14.859,10	265	21,2
BA	Salvador	5.632,52	4,0	335,23	480,4	16,00	14.705,51	289	40,0
BA	Porto Seguro	3.727,33	4,2	381,55	20,8	17,56	8.639,56	179	97,9
MG	Vespasiano	3.746,63	5,3	539,55	28,3	25,00	16.977,07	162	44,6
MG	Teófilo Otoni	5.034,13	5,8	695,34	14,5	15,17	10.919,77	181	35,7
g100		4.197,13	...	349,11	3.455,3	20,01	11.675,18	158	39,6
Acima de 80 mil hab. ¹ sem g100		6.855,25	...	669,95	36.594,7	22,37	31.298,83	345	30,5
Total dos municípios do Brasil		5.384,84	...	564,27	63.867,3	22,12	22.060,94	240	26,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego e DataSUS. Elaboração: Frente Nacional de Prefeitos e Aequus Consultoria.
Nota: ¹Não inclui Brasília, .. Não se aplica dado numérico, ... Dado numérico não disponível.

MAPA COM OS MUNICÍPIOS DO g100 - 2015





ENTENDA COMO É FEITA A SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS DO g100

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS NO g100

A seleção dos municípios do g100 para a edição 2015 revelou que oscilações muito pequenas nos indicadores utilizados para o cálculo do Índice g100, fizeram com que alguns municípios deixassem de pertencer ao grupo, enquanto que outros, pelo mesmo motivo, entraram para a lista. Foram 14 os municípios que se alternaram em relação ao g100 definido em 2013 devido, principalmente, às variações em suas receitas correntes per capita, o indicador de maior peso para o cálculo do Índice g100.

Nesse sentido a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) se deparou com dificuldades que demandaram um aprimoramento dos critérios de definição da lista dos municípios do g100. O g100 é composto por municípios para os quais a FNP reivindica tratamento diferenciado e favorecido em políticas públicas. Por esse motivo, a rotatividade de cidades na lista, ocasionada por pequenas oscilações poderiam causar interrupções nas políticas públicas em curso, prejudicando eventualmente algum município que saísse do g100 em uma lista, mas que provavelmente entraria na lista seguinte.

Consultando especialistas e instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educaionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério do Desenvolvimento Social e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de gestores, e prefeitos do g100, a FNP aprimorou o critério para a definição da lista de cidades integrantes do g100. Desse modo, a FNP estabeleceu que, a partir de 2015, para fazer parte do g100 o município deverá estar entre os cem com mais de 80 mil habitantes, as mais baixas receitas per capita, os mais altos índices de vulnerabilidade e constar entre os cem na última lista publicada, de maneira que um município só poderá ser considerado fora do g100 caso fique fora dos cem por duas listas consecutivas.

Para fazer valer esse critério, fi-

cou estabelecido ainda que a atualização da lista e dos indicadores do g100 será bienal, em anos ímpares, coincidindo com a publicação do Anuário. Assim um município que tenha ficado fora dos cem piores índices, será considerado não-pertencente ao g100 apenas ao cabo de quatro anos e caso não volte a fazer parte da lista dos cem nesse período. Essa metodologia permite uma continuidade mínima nas políticas públicas direcionadas ao g100 e um melhor monitoramento dos municípios elegíveis.

A partir de 2015, portanto, o g100 deverá ser composto por 114 municípios, tendo os cem primeiros colocados como parâmetro para a permanência ou saída dos demais municípios no grupo.

MUNICÍPIOS NOVOS¹ NO g100

UF	Município	População 2014
PE	Araripina	82.298
PE	Carpina	80.194
PR	Colombo	229.872
AC	Cruzeiro do Sul	80.953
PE	Gravatá	81.182
BA	Guanambi	85.237
MG	Nova Serrana	87.260
MA	Pinheiro	80.917
MA	Santa Inês	82.680
SE	São Cristóvão	85.814
BA	Senhor do Bonfim	80.810
PE	Serra Talhada	83.712
BA	Serrinha	82.733
MA	Timon	163.342

¹Municípios que entraram no g100 2015 por terem apresentado índices entre os 100 menores.

MUNICÍPIOS MANTIDOS¹ NO g100

UF	Município	População 2014
SP	Francisco Morato	166.505
MG	Passos	112.402
RJ	Queimados	142.709
PR	Fazenda Rio Grande	90.648
MG	Conselheiro Lafaiete	124.370
PA	Marituba	120.305
BA	Alagoinhas	153.560
MG	Sabará	133.528
ES	Cariacica	378.915
MG	Ubá	109.779
BA	Salvador	2.902.927
BA	Porto Seguro	143.282
MG	Vespasiano	116.506
MG	Teófilo Otoni	140.567

¹Municípios que não apresentaram Índice g100 2015 entre os 100 menores, mas foram mantidos no grupo por estarem presentes no g100 2013.

ÍNDICE g100

A definição dos municípios que pertencem ao **g100** é realizada com base nos resultados do Índice **g100**, cuja metodologia de cálculo é explicada a seguir.

De forma resumida, o Índice **g100** é composto dos seguintes critérios com suas ponderações:

- ▶ Índice da Receita Corrente Per Capita: ponderado em 70%.
- ▶ Índice de Pobreza: ponderado em 10%.
- ▶ Índice da Independência da População em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS): ponderado em 10%.
- ▶ Índice da Educação: ponderado em 10%.

ÍNDICE DA RECEITA CORRENTE PER CAPITA

Dados utilizados:

- ▶ Receita corrente deduzida das contribuições constitucionais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), calculada com base nos balanços anuais dos municípios publicados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN), e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sicofi), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram utilizadas as informações dos três últimos anos com dados disponíveis: 2011, 2012 e 2013.
- ▶ Estimativas populacionais para os municípios nos anos de 2011, 2012 e 2013, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cálculo da média da receita corrente per capita: soma dos valores da

receita corrente para os anos disponíveis, dividida pela soma da população dos mesmos anos para os quais estão disponíveis os dados da receita corrente. Os valores da receita corrente foram atualizados para preços médios de 2014 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE.

Cálculo do Índice Receita Corrente Per Capita:

atribuiu-se um logaritmo de base dez para cada valor de receita corrente média per capita de cada município com mais de 80 mil habitantes. Relaciona-se esse valor com os valores dos demais logaritmos de base dez dos demais municípios e obtém-se um índice que, quanto menor, menor a receita corrente média per capita. É importante ressaltar que foram excluídos do cálculo os municípios cuja receita corrente per capita média do período foi superior ao triplo da média do grupo das cidades com mais de 80 mil habitantes. Nesta edição, os municípios excluídos foram Paulínia, Macaé, Cubatão, Barueri, São Caetano do Sul e Rio das Ostras.

Objetivo do índice: medir e comparar a capacidade que as prefeituras possuem para financiar suas políticas públicas e prestar serviços satisfatórios às populações. Quanto maior o índice, maior seria

a capacidade financeira da prefeitura para atender as demandas de sua população. Não foi utilizada a receita total, pois ela inclui a receita de capital, que são recursos que não ingressam com regularidade nos cofres municipais, como os obtidos através da contratação de operações de crédito, convênios ou repasses voluntários da União ou do Estado destinados a investimentos.

ÍNDICE DE POBREZA

Dados utilizados:

- ▶ Número de pessoas vivendo em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 154,00, cadastradas em setembro de 2014. Informação divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MSD) em seu Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e no Cadastro Único.
- ▶ População municipal estimada para 2014 pelo IBGE.

Cálculo do Índice de Pobreza: inverso da proporção de pessoas vivendo em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 154,00, em relação à população total do município. Quanto maior o índice, menor é a proporção de pessoas de famílias carentes na população total.

$$i_{rcpc} = \frac{(\text{Log}_{município x}) - (\text{Log}_{mínimo do grupo})}{(\text{Log}_{máximo do grupo}) - (\text{Log}_{mínimo do grupo})}$$

onde,

i_{rcpc} é o Índice da Receita Corrente Per Capita;

$\text{Log}_{município x}$ é o logaritmo de base dez de um município X qualquer;

$\text{Log}_{máximo do grupo}$ é o logaritmo de base dez da menor receita per capita do grupo de municípios com mais de 80 mil habitantes;

$\text{Log}_{mínimo do grupo}$ é o logaritmo de base dez da maior receita per capita do grupo de municípios com mais de 80 mil habitantes. ➔

$$i_p = 1 - \frac{Pob_{2014}}{Pop_{2014}}$$

onde,

i_p é o Índice de Pobreza;

Pob_{2014} é o número de pessoas vivendo em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 154,00, cadastradas em setembro de 2014;

Pop_{2014} é a população municipal estimada para 2014.

Objetivo do índice: favorecer a inclusão no **g100** de cidades que tenham uma proporção maior de pessoas pobres na população, pois, quanto maior é essa proporção, maior é a demanda por serviços públicos como educação, saúde e assistência social.

ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO SUS

Dados utilizados:

- ▶ Número de pessoas atendidas pela saúde suplementar, em setembro de 2014, divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- ▶ População municipal estimada para 2014 pelo IBGE.

Cálculo do Índice de Independência da População em relação ao SUS:

relação direta do número de pessoas atendidas pela saúde suplementar sobre a população total do município.

$$i_s = \frac{Sup_{2014}}{Pop_{2014}}$$

onde,

i_s é o Índice de Independência da População em relação ao SUS;

Sup_{2014} é o número de pessoas atendidas pela saúde suplementar, em setembro de 2014;

Pop_{2014} é a população municipal estimada para 2014.

Objetivo do índice: quanto maior o índice, maior é a quantidade de pessoas que não dependem do sistema público de saúde no município. Esse índice favorece a inclusão no **g100** de cidades que tenham uma proporção maior de pessoas que dependem do SUS.

ÍNDICE DA EDUCAÇÃO

Dados utilizados:

- ▶ Número de crianças matriculadas nas redes municipais, estaduais e particulares do ensino infantil regular em 2010, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- ▶ População de zero a cinco anos de idade, de acordo com o Censo Demográfico de 2014, do IBGE.

mográfico de 2014, do IBGE.

Cálculo do Índice da Educação:

relação direta do número de crianças matriculadas nas redes municipais, estaduais e particulares do ensino infantil regular sobre a população total do município.

$$i_e = \frac{Edu_{2010}}{Pop_{2014}}$$

onde,

i_e é o Índice da Educação;

Edu_{2010} é o número de crianças matriculadas nas redes municipais, estaduais e particulares do ensino infantil regular, em 2014;

Pop_{2014} é a população municipal de crianças de zero a cinco anos de idade, em 2014.

Objetivo do índice: quanto maior o índice, maior é a proporção de crianças atendidas pela rede de ensino infantil pública e privada. O índice favorece a inclusão no **g100** de municípios que não tenham conseguido oferecer vagas no ensino infantil suficientes para abranger a totalidade de crianças demandantes.

ÍNDICE DO g100

O índice final, chamado de Índice do **g100** é calculado da seguinte forma:

$$i_{g100} = (i_{rcpc} * 0,7) + (i_p * 0,1) + (i_s * 0,1) + (i_e * 0,1)$$

onde,

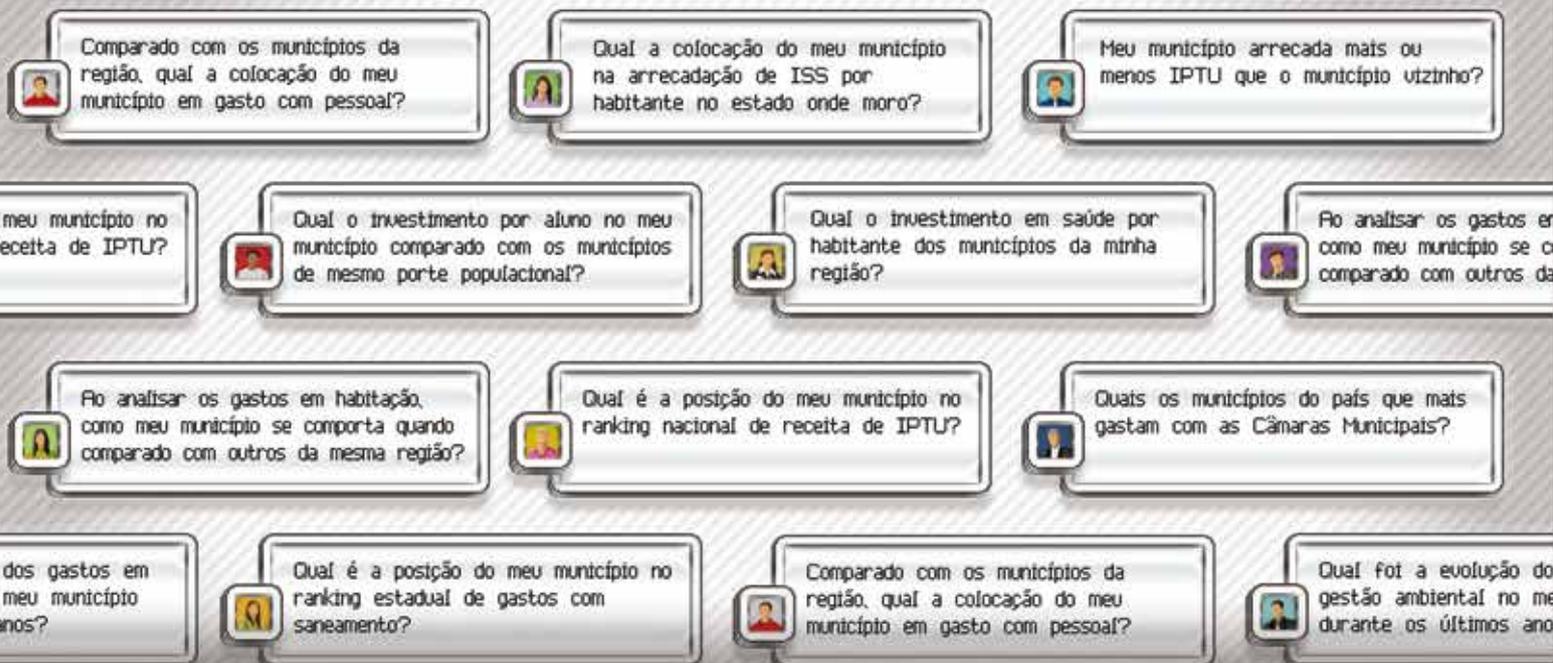
i_{g100} é o índice final do **g100**;

i_{rcpc} é o Índice Receita Corrente Per Capita;

i_p é o Índice de Pobreza;

i_s é o Índice da Independência da População em relação ao SUS;

i_e é o Índice de Educação.



Compara Brasil

Todas as respostas em um só lugar.

Agora gestores públicos e sociedade em geral dispõem de uma ferramenta para consultar e comparar dados das finanças públicas dos três níveis de governo.

Acesse

www.comparabrasil.com

Realização:



Apoio:



Há mais de 25 anos reunindo prefeitos e trabalhando pela melhoria das cidades brasileiras.

FNP Frente Nacional de Prefeitos

Pensar além da sua cidade, para melhorar a sua cidade



Filie-se à **Frente Nacional de Prefeitos** e faça parte da única entidade municipalista dirigida, exclusivamente, por prefeitos e prefeitas em efetivo exercício de seus mandatos.

